



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES*

**UNIFACS UNIVERSIDADE SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
URBANO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

MANOEL MESSIAS TEIXEIRA

**CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO RIO
DAS RÃS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA**

Salvador
2016

MANOEL MESSIAS TEIXEIRA

**CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO RIO
DAS RÃS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Renato Barbosa Reis.

Salvador
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador – UNIFACS. Laureate International Universities

Teixeira, Manoel Messias

Caracterização da educação na comunidade quilombola do Rio das Rãs no município de Bom Jesus da Lapa./ Manoel Messias Teixeira. – Salvador: UNIFACS, 2016.

121 f. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof^o Dr^o Renato Barbosa Reis.

1. Educação multicultural. 2. Educação rural. 3. Quilombolas. I. Reis, Renato Barbosa, orient. II. Título.

CDD: 370.11

TERMO DE APROVAÇÃO

MANOEL MESSIAS TEIXEIRA

CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO RIO
DAS RÃS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, à seguinte banca examinadora:

Renato Barbosa Reis – Orientador _____
Geógrafo, Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pelo Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz - Fundação Oswaldo Cruz, CPQGM, Brasil
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Paulo Sérgio Rodrigues de Araújo _____
Doutor em Agronomia pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - Universidade de São Paulo - USP
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Ridalva Dias Martins Felzemburg _____
Pós-doutora em Saúde Coletiva pela Fundação Oswaldo Cruz-Bahia
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Salvador, de de 2016.

Dedico este trabalho a toda minha família.
A todos aqueles que acreditam em
novos desafios e sabem que é
possível realizá-los.

AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de tudo, pois sua força é quem me conduz nessa jornada da vida.

Aos meus filhos pelo amor, compreensão e ternura sempre manifestados pelo apoio moral incondicional, mesmo sem entender os fatos; enfim, por tudo o que eles representam em minha vida.

A meu orientador Prof^o. Dr^o. Renato Barbosa Reis, pela oportunidade, empenho, compreensão, e acima de tudo, pelos sábios ensinamentos, de estimado valor potencial acadêmico, de trabalho e de realização pessoal.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, da UNIFACS, pela oportunidade de crescimento, aprendizado, realização profissional e pessoal.

Aos colegas e amigos, que me apoiaram, incentivaram e ajudaram ao longo do curso de mestrado; sem eles, certamente, o caminho teria sido bem mais difícil.

Enfim, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção desta dissertação, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

A presente dissertação caracteriza a educação oferecida pelo estado para a Comunidade Quilombola do Rio das Rãs no Município de Bom Jesus da Lapa com atenção para as suas práticas educativas e seus efeitos sociais, especialmente no que concerne aos costumes e tradições e à manutenção do homem do campo. Trata-se de um estudo bibliográfico, documental e de campo. Abordou o projeto político pedagógico implementado e a grade curricular proposta pela Secretaria Municipal de Educação. Surgiram diversas questões: as estratégias de ensino impactam positivamente a comunidade assistida? Esse processo educacional ajuda a amenizar o quadro de problemas da educação rural? Procurou-se, também, verificar através de pesquisas de campo se as questões pedagógicas são abordadas através de um processo de trabalho que acompanha a realidade escolar da educação rural nas escolas municipais da Comunidade. Foram aplicados questionários às famílias (177 pessoas) e entrevistados os profissionais (24 pessoas) atuantes em educação. Observou-se a percepção positiva da comunidade com relação à atuação das escolas nos atributos de identidade e perpetuação quilombola, bem como, nos assuntos relacionados com a natureza e meio ambiente. Os profissionais deixaram transparecer uma percepção insatisfatória com relação à educação oferecida

Palavras-chave: Educação em área rural. Tradições afrodescendentes. Identidade cultural.

ABSTRACT

This work characterizes the education offered by the state to the Quilombo Community of the Frogs River in the city of Bom Jesus da Lapa with attention to their educational practices and their social effects, especially with regard to the customs and traditions and man maintenance field. This is a bibliographic study, documentary and field. He addressed the implemented political pedagogical project and the curriculum proposed by the Municipal Department of Education. There were several issues: the teaching strategies positively impact the assisted community? This educational process helps to alleviate the problems of the context of rural education? He tried to also check through field research is the pedagogical issues are addressed through a work process accompanying the school reality of rural education in municipal schools of the Community. families to questionnaires were applied (177 people) and professionals interviewed (24 people) active in education. There was a positive perception of the community with respect to the performance of schools in the attributes of identity and quilombo perpetuation, as well as in matters related to nature and environment. The left professional transpire an unsatisfactory perception regarding the education offered.

Keywords: Education in rural. African descent Traditions. Cultural identity.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil: Populações Rural e Urbana.....	22
Gráfico 2 - População Indígena Brasileira – Grandes Regiões	38
Gráfico 3 – Brasil - Populações Indígena e Cigana.....	41
Gráfico 4 - Bom Jesus da Lapa e Quilombo Rio das Rãs - População Rural.....	58
Gráfico 5 - Formação Acadêmica. Professores das Escolas Municipais do Rio das Rãs.....	76
Gráfico 6 - Formação Acadêmica. Gestores das Escolas Municipais do Rio das Rãs	77
Gráfico 7 - Grau de Envolvimento das Escolas para com a Educação do Campo....	78
Gráfico 8 – Participação dos Professores nos Trabalhos em Grupo das Escolas Quilombolas do Rio das Rãs	79
Gráfico 9 – Envolvimento dos Professores na Administração das Escolas Quilombolas do Rio das Rãs.....	80
Gráfico 10 – Perfil dos Moradores do Quilombo do Rio das Rãs por Gênero	84
Gráfico 11 – Perfil dos Moradores no Quilombo Rio das Rãs por Estado Civil	85
Gráfico 12 – Perfil dos Moradores no Quilombo Rio das Rãs por Religião	86
Gráfico 13 – Moradores do Quilombo Rio das Rãs. O que mais gostavam na Comunidade.....	87
Gráfico 14 – Moradores do Quilombo Rio das Rãs. O que menos gostavam na Comunidade.....	88
Gráfico 15 – Escolas Municipais Quilombolas - Frequência	89
Gráfico 16 – Serviços Básicos – O Que Precisa Melhorar	92

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Estado da Bahia - Localização do Município de Bom Jesus da Lapa	56
Figura 2 - Casa típica da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs	64
Figura 3 - Reservatório de Águas do Quilombo Rio das Rãs.....	65
Figura 4 - Instalações da Antena de Celular do Quilombo Rio das Rãs.....	66
Figura 5 - Escola Municipal Quilombola Emiliano Joaquim Vilaça	67
Figura 6 - Ônibus Escolar Quilombola.....	68
Figura 7 - Placa de Inauguração da Escola Municipal Quilombola Emiliano Joaquim Vilaça	69
Figura 8 - Sala de Aula do EMITEC	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matriz Curricular utilizada na Escola Municipal Elgino Nunes de Souza e na Escola Municipal Quilombola Emiliano Joaquim Vilaça	72
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Bom Jesus da Lapa - Indicadores Demográficos e Sociais	57
Tabela 2 - Matrículas realizadas na Escola Municipal Emiliano Joaquim Vilaça no período de 2010 a 2013	70
Tabela 3 - Matrículas - Escola Municipal Elgino Nunes de Souza no período de 2011 a 2013	73
Tabela 4 - Localidades do Quilombo Rio das Rãs	84
Tabela 5 - Escolaridade Estratificada por Gênero.....	85
Tabela 6 - Características da Formação Escolar de Uma Comunidade Quilombola	90
Tabela 7 - Saneamento Básico	91
Tabela 8 - Perfil da Educação no Quilombo Rio das Rãs - Evasão Escolar	93
Tabela 9 - População de Até 21 anos - Abandono do Quilombo.....	94
Tabela 10 - Fundamentos Básicos da Formação Escolar no Quilombo Rio das Rãs Dificuldades para Ler e Escrever	94
Tabela 11 - Fundamentos Básicos da Formação Escolar no Quilombo Rio das Rãs Dificuldades para Somar e Diminuir.....	95
Tabela 12 - Características da Formação Escolar - Sentimento e Identidade Quilombola	95
Tabela 13 - Características da Formação Escolar - Interesse Pelo Meio Ambiente..	96
Tabela 14 - Características da Formação Escolar - Tradições e História Quilombola	97
Tabela 15 - Características da Formação Escolar - Aceitação da Identidade Quilombola	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAQRR	Associação Agropastoril Quilombola do Rio das Rãs
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CBAR	Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais
CEB	Câmara de Educação Básica
CDC	Centro para Controle e Prevenção de Doenças
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
COELBA	Companhia de Eletricidade da Bahia
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPC	Centros Populares de Cultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EFA	Escolas Família Agrícola
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMITEC	Ensino Médio com Intermediação Tecnológica
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FCP	Fundação Cultural Palmares
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GPT	Grupo Permanente de Trabalho de Educação no Campo

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MAEB	Movimento Eclesial de Bases
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEB	Movimento Educacional de Base
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MPU	Ministério Público da União
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organizações não Governamentais
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNE	Plano Nacional de Educação
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPE	Projeto Político Pedagógico
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
ProUni	Programa Universidade Para Todos
PSECD	Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos
SAMU	Serviços de Atendimento Médico de Urgência
SEDR	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEC-BA	Secretaria da Educação da Bahia
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SSR	Serviço Social Rural
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	United Nations Children's Fund = Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	19
1.1 HISTÓRICO EDUCACIONAL BRASILEIRO	19
1.1.1 Processo Educacional	19
1.1.2 Educação na Área Rural	21
1.1.3 Trajetória Sócio Histórica da Escola em Área Rural	23
1.1.3.1 Da República Velha ao Ruralismo Pedagógico (1889/1930)	23
1.1.3.2 Escolarização em Área Rural no Estado Novo (1930/1945)	24
1.1.3.3 Educação em Área Rural e a Redemocratização (1945/1964)	25
1.1.3.4 Educação em Área Rural no Contexto Militar (1964/1985).....	27
1.1.3.5 Escola em Área Rural Contemporânea e a Lei 9.394 de 1996	29
1.1.4 Tentativa de Educação do Campo	32
1.1.4.1 A Educação Popular de Paulo Freire.....	32
1.1.4.2 Escolas Família Agrícola	33
1.2.1 Povos Indígenas	36
1.2.2 Comunidades de Terreiro	39
1.2.3 Povos Ciganos	39
1.2.4 Comunidades Ribeirinhas	41
1.2.5 Comunidades Quilombolas	43
1.2.5.1 Educação Quilombola.....	46
CAPÍTULO II - METODOLOGIA	52
2.1 ASPECTOS GERAIS	52
2.2 DOS OBJETIVOS	52
2.3 DAS QUESTÕES NORTEADORAS	55
CAPÍTULO III - ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO	56
3.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS E HUMANOS.....	56
3.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.	63
CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO	67
4.1 ESPAÇO ESCOLAR FORMAL	67
4.2 A EDUCAÇÃO NO ESPAÇO INFORMAL	74
4.3 EDUCAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES.....	75
4.4 A EDUCAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS GESTORES.....	81

4.5 EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO QUILOMBO RIO DAS RÃS.....	83
4.5.1 Análise de dados estratificados entre as localidades do Quilombo do Rio das Rãs	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS.....	103
APÊNDICE A - Questionário Aplicado a Moradores.....	110
APÊNDICE B - Questionário para educadores das Comunidades Quilombolas do Rio das Rãs	114
APÊNDICE C - Questionario para gestores envolvidos na educação do campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs – Município de Bom Jesus da Lapa	116
ANEXO A – Estatuto da Associação Agropastoril Quilombola Rio das Rãs – Alterações	118
ANEXO B – Localização da Comunidade do Quilombo do Rio das Rãs - Município de Bom Jesus da Lapa-Ba	121

INTRODUÇÃO

A escolha do tema “Caracterização da Educação na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs no Município de Bom Jesus da Lapa” foi inspirada na perspectiva de que, nos meios escolares quilombolas, existem poucas informações oficiais sobre as taxas de escolaridade, evasão e aproveitamento, ou seja, indicadores sobre a educação em comunidades quilombolas. Também, sobre a preservação dos costumes, tradições e tecnologias que constituem o legado de conhecimentos africanos que se mantém presente na sociedade brasileira.

No primeiro capítulo é apresentada uma revisão bibliográfica enfatizando a Educação do Campo, não deixando de adentrar no histórico educacional rural e na legislação brasileira, referente à educação do campo. Na contextualização das tentativas de educação na comunidades rurais brasileiras, abordagens e reflexões sobre a proposta de educação popular de Paulo Freire e as Escolas Família Agrícola. A parte de revisão bibliográfica é concluída com abordagens da educação quilombola, na qual são feitas reflexões sobre a formação dos quilombos brasileiros e os amparos normativos e políticos das medidas, tomadas para a implantação de uma educação. Essas medidas, de acordo com Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais, devem ser desenvolvidas em unidades educacionais, inscritas em suas terras e cultura. Para isso, requer pedagogia própria, em respeito à especificidade étnico cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente. Para tanto, devem ser observados os preceitos constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a educação básica brasileira.

No segundo capítulo – metodologia - durante e análise busca caracterizar avanços e desafios no desenvolvimento da qualidade da educação oferecida pelas para a população quilombola do Rio das Rãs. Foram entrevistados cinco dos oito gestores educacionais, quinze dos vinte educadores, presidente e ex-presidente da Associação Agropastoril Quilombola do Rio das Rãs, representante da comunidade na Câmara Municipal de Bom Jesus da Lapa e líderes de 177 das 750 famílias residentes do Quilombo Rio das Rãs.

O terceiro capítulo - espaço de investigação – são apresentados os aspectos históricos, culturais, escolares, físicos e econômicos do município de Bom Jesus da Lapa, em especial, da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs. A pesquisa organiza-se pelo objetivo geral de identificar os aspectos educacionais na

comunidade do Rio das Rãs no município de Bom Jesus da Lapa após a promulgação da Constituição de 1988.

O quarto capítulo - estudo de caso - caracteriza o processo de investigação com a percepção dos gestores, professores, alunos e pais de alunos, sobre a suficiência e adequabilidade da educação, oferecida pelo estado, para a Comunidade Quilombola do Rio das Rãs. A pesquisa foi direcionada pelos objetivos específicos: 1) Analisar os pressupostos teóricos aplicados na educação da comunidade quilombola; 2) Identificar as políticas públicas direcionadas para a educação do Campo; 3) Descrever aspectos físicos, geográficos, históricos e sócio econômicos da Comunidade Quilombola do rio das Rãs; 4) Avaliar o papel das Organizações não Governamentais para a educação na comunidade quilombola do rio das Rãs. A pesquisa desenvolve-se procurando respostas às questões norteadoras que dão base ao tema.

Nas considerações finais apresentam-se as percepções de gestores educacionais, professores e moradores sobre a educação oferecida e as indicações de como elas poderão ser úteis para a melhoria da qualidade do processo educacional quilombola da Comunidade Rural do Rios das Rãs.

CAPÍTULO I – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1 HISTÓRICO EDUCACIONAL BRASILEIRO

1.1.1 Processo Educacional

O processo educacional engloba atividades de *ensinar e aprender* que o constitui como um fenômeno observado em qualquer sociedade e nos grupos constitutivos destas. De acordo com Brandão (2002), esse processo é responsável pela sua manutenção e perpetuação a partir da transposição às gerações que se seguem dos modos culturais de ser, estar e agir necessários à convivência e ao ajustamento de um membro no seu grupo ou sociedade.

Com uma visão mais abrangente Leite (2002) considera que o processo educacional pressupõe racionalidade, aprendizagem e homens sendo que paralela e respectivamente essas categorias significam elaboração de algo, trabalho e conflitos.

A racionalidade não retém a construção mental só para si. Projeta-a de forma a caracterizar e transmitir ideias. Aí desponta a aprendizagem, que exige trabalho. Trabalho de assimilação de conceitos e atos conhecidos. Essa tarefa é humana e, por isso, manifesta-se o conflito, no sentido profundo de luta, combate, busca. (LEITE, 2002, p.13).

A educação é isto: razão (elaboração mental), aprendizagem (trabalho de construção e reconstrução dos conhecimentos elaborados) e conflito (exercício prático do saber), ou seja, transformação da realidade, intervenção direta na história.

Ainda de acordo com Leite (2002) a educação pode ser ampla, multifacetada, variável, de conformidade com o espaço humano-racional em que lhe é possível aflorar. Por isso existem tipos e formas educacionais diferentes, entre elas a educação rural, que se manifesta considerando-se a realidade campestre a partir de uma estrutura sociocultural e econômica bastante distinta dos outros agrupamentos humanos.

Para Freitag (1980) a educação sempre expressa uma doutrina pedagógica, a qual implícita ou explicitamente se baseia numa filosofia de vida, concepção de homem e sociedade e numa realidade social concreta, o processo educacional se dá através de instituições específicas (família, igreja, escola, comunidade) que se tornam porta-vozes de uma determinada doutrina pedagógica. A educação é uma constante em todas as culturas e sociedades e, de certa forma, reflete as intenções

– ideologia – dos dirigentes políticos administrativos, quer em tendências totalitárias, quer em tendências abertas à vivência democrática. Toda e qualquer política educacional, em qualquer ocasião, é filtrada pelo Estado, que subsidia a escolaridade formal, mesmo considerando, como no caso brasileiro, que o direito de educar seja da família.

Pela linha de pensamento de Leite (2002) não se pode desconsiderar o papel da produção existente no bojo das organizações políticas e civis, bem como a função e papel do modelo econômico na fundamentação dos paradigmas da sociedade e da cultura contemporâneas. No jogo dialético entre infraestrutura e superestrutura, hegemonia e poder, dominantes e subalternos, o processo educativo é alimentado pelas divergências ideológicas e necessidades das classes, de modo a carecer de uma reinterpretação de seus objetivos e direcionamentos. Dessa forma, a educação oferecida para as comunidades rurais brasileiras, tal como para a sociedade urbana, ratifica o pensamento de Louis Althusser (1987) de que a escola constitui-se num dos mais importantes instrumentos ideológicos de poder do Estado.

Segundo Althusser (1987) raros são os currículos e professores que se posicionam contra a ideologia, o sistema e as práticas que os aprisionam. A maioria nem sequer suspeita do trabalho que o sistema os obriga a fazer ou, o que é ainda pior, põem todo o seu empenho e engenhosidade em fazê-lo de acordo com a última orientação (os métodos novos). Eles questionam tão pouco que pelo próprio devotamento contribuem para manter e alimentar essa representação ideológica da escola, que hoje faz da Escola algo tão natural e indispensável quanto era a Igreja no passado. O papel da educação e suas operações são determinados fora dela, na base econômica da sociedade.

Para Freire (1986) o termo “educação” abrange um contexto muito amplo no qual existe um processo de desenvolvimento que engloba o ato de ensinar e aprender. É também algo menos tangível, mas mais profundo: construção do conhecimento, bom julgamento e sabedoria.

A presença do Estado no processo escolar faz-se necessária mediante as dotações orçamentárias e pagamento da folha dos funcionários. A manutenção financeiro-econômica na maioria das vezes desponta como o “planejado”, limitando a participação do Estado, nesse caso, apenas como mantenedor material e logístico do processo em si. O ponto crucial, no entanto, não está no planejamento ou na

ausência de, e sim, na intervenção do Estado no processo educativo, na implantação de uma política educacional em função deste mesmo Estado.

Constante nos sistemas sociais, a educação estabelece-se como valor cultural que permeia as ações humanas e, como fenômeno universal, está presente na transmissão das experiências histórico-sociais. De maneira formal ou informal, a educação como 'valor' permanente instrui comportamentos e práxis, dado seu papel de produção e reprodução do conhecimento. (LEITE, 2002, p. 75).

Necessários para a vida em sociedade, esses conhecimentos são básicos para o desenvolvimento político, paralelamente às necessidades materiais e à produção dos meios que permitem a sobrevivência humana.

1.1.2 Educação na Área Rural

Pensar a escola rural é pensar o homem rural, seu contexto, sua dimensão como cidadão e sua ligação com o processo produtivo. É questionar sua ligação direta com a qualificação profissional e seu grau de comprometimento e interferência na formação sociocultural dos rurícolas e a forma como tem acompanhado as transformações ocorridas no campo.

Para Arroyo, Caldart e Molina (2004) no Brasil existe uma tendência dominante de considerar a maioria da população que vive no campo como parte atrasada e fora do lugar do almejado projeto de modernidade, onde o Brasil é visto apenas como um mercado emergente, predominantemente urbano, camponeses e indígenas são tidos como espécies em extinção. A educação na área rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, que Leite (2002, p. 76) registra como conhecida popularmente na expressão: "gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade".

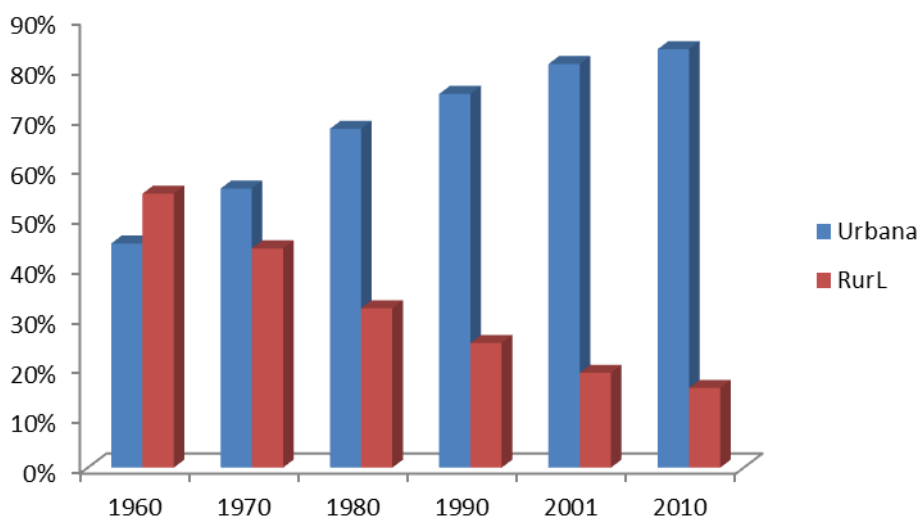
Para estudar a educação do campo, é necessária uma abordagem preliminar sobre as populações que vivem nas áreas rurais brasileiras que durante décadas foram colocadas em segundo plano, experimentando defasagem educacional em todos e níveis e modalidades de ensino.

Oficialmente, são consideradas populações do campo, àquelas que produzem condições de vivência no meio rural, nos termos do Decreto nº 7.352, de 2010:

Os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. (MEC, 2010d, p.1).

Por ser um país essencialmente agrícola, a população brasileira, até meados do século XX, contava com mais povos vivendo no campo, do que a população urbana. No Gráfico 1, em 1960, o Censo do IBGE registra uma população rural de 38.9 milhões de habitantes, superior à população urbana brasileira, de 32,0 milhões de habitantes. Em 2010, a população urbana representa 84% da população brasileira, enquanto a população rural representa 16% dos brasileiros. Com a redução mencionada, para que o campo não se torne um grande vazio ocupacional, fica evidente a necessidade de políticas públicas, que contenham a migração campo-cidade, em especial educadores, que fortaleçam o ensino e a aprendizagem das pessoas que ainda residem no campo.

Gráfico 1 - Brasil: Populações Rural e Urbana



Fonte: Adaptado de IBGE (2015).

Ao pesquisar sobre a história da educação brasileira, encontram-se poucas políticas públicas que ofereceram oportunidades de educação de qualidade para a população rural, esta relegada a planos inferiores, durante toda nossa história, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Durante a história brasileira, os povos, que residem no campo, tiveram tratamento diferenciado, principalmente no processo educacional, instalado em todos os níveis e modalidade de ensino. A colocação sobre a tendência da

sociedade brasileira, em considerar a maioria da população do campo como atrasada, evidencia como as políticas públicas ofereciam poucas oportunidades educacionais para a população rural

No Brasil existe uma tendência dominante de considerar a população que vive no campo como parte atrasada e fora do lugar do almejado projeto de modernidade, onde o Brasil é visto apenas como um mercado emergente, predominantemente urbano, camponeses e indígenas são tidos como espécies em extinção (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 21).

De acordo com Bof e Sampaio (2006) considerando o baixo investimento do sociocultural no campo, é possível mensurar o nível de instrução e o acesso à educação da população, residente na zona rural, como importantes indicadores da secundarização histórica, das políticas educacionais, voltadas para o campo.

A forma como as autoridades educacionais trataram a educação do campo refletiu nos índices de analfabetismo do país. Na área rural esses dados são mais preocupantes. Segundo o Censo Demográfico de 2010, 29,8% da população adulta da zona rural são analfabetos, enquanto que na zona urbana essa taxa é de 10,3% (IBGE, 2010). É importante ressaltar que a taxa de analfabetismo aqui considerada não inclui os analfabetos funcionais, ou seja, aquela população que não concluiu as quatro séries do ensino fundamental.

1.1.3 Trajetória Sócio Histórica da Escola em Área Rural

1.1.3.1 Da República Velha ao Ruralismo Pedagógico (1889/1930)

Para Leite (2001) ao se instalar no Brasil, a República estabeleceu um embate sociopolítico confrontando de setores antagônicos, como o agrário-exportador versus urbano-industrial. Pretendendo a inserção do Brasil na modernidade do século XX, buscou no processo escolar a fonte de inspiração para esse salto qualitativo e diante desse objetivo, estabeleceu a escolarização como alavanca para o progresso, criando na sociedade brasileira da época um novo projeto de vida.

De acordo com Ribeiro (2001) devido a pressão das transformações sociais e econômicas, as elites dominantes tiveram que abrir mão da escolaridade formal em detrimento das classes emergentes, considerando que a educação era um quase privilégio das camadas elevadas. Antes disso, já no fim do Império, um número significativo de congregações religiosas instalou escolas de ensino médio nas

principais províncias, permitindo a escolarização das classes médias inferiores do meio urbano. No que se refere ao meio rural, o processo escolar continuou descontínuo e desordenado, como sempre fora.

Ainda de acordo com Ribeiro (2001) a sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno nos anos 1910/20, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo. Surgiu o ruralismo pedagógico que desejava uma escola integrada às condições locais regionalistas, cujo objetivo maior era promover a fixação do homem ao campo.

Segundo Leite (2002) o ruralismo estava vinculado a fontes sócio-políticas e culturais da época (movimento nacionalista e o movimento católico do início do século), ocasionando, de certa forma, a valorização da visão fisiocrata, na qual a riqueza tem origem na produção agrícola e, também, a tendência de colocar o Brasil em um destino econômico agropecuário.

Para Freitag (1980) as características da política educacional do início da República até a crise do café, gerada pela estagnação econômica mundial de 1929 precisavam ser vistas à luz da organização da economia e da especificidade da formação social brasileira como um todo. O modelo agroexportador, implantado à época da colônia, fundamentava a organização da economia na produção de produtos primários, predominantemente agrários, destinados à exportação para as metrópoles. Assim sendo, a monocultura latifundiária exigia um mínimo de qualificação e diversificação da força de trabalho, não havendo nenhuma função de reprodução da força de trabalho a ser preenchida pela escola.

1.1.3.2 Escolarização em Área Rural no Estado Novo (1930/1945)

Para Leite (2002) as proposições e o movimento revolucionário de 1930 fortemente centrados na visão liberal trouxeram à sociedade brasileira uma nova forma interpretativa do processo produtivo e econômico que desembocava em situações concretas de bem-estar, direitos e participação. Confirmados na Constituição de 1934, possibilitando as condições de equilíbrio social.

Assim sendo, para Freitag (1980) a escolarização urbana passou a fazer parte desse ideário como suporte para a industrialização, e o processo escolar rural

permaneceu inalterado, sendo que as proposições getulistas do Estado Novo mantiveram a tradição escolar brasileira, garantindo a obrigatoriedade e a gratuidade da escolaridade, porém, dando ênfase ao trabalho manual nas escolas primárias e secundárias e ao desenvolvimento de uma política educacional voltada para o ensino vocacional urbano, destinado especialmente às classes populares.

Ainda de acordo com Freitag (1980) a nova Constituição de 1934 (art. 150) estabeleceu a necessidade de elaboração de um Plano Nacional da Educação que coordenasse e supervisionasse as atividades de ensino em todos os níveis, sendo implantada a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário. A escola rural somente foi objeto das atenções governamentais federais em 1937, quando se criou a Sociedade Brasileira de Educação Rural com o objetivo de expansão do ensino e preservação da arte e folclore rurais.

1.1.3.3 Educação em Área Rural e a Redemocratização (1945/1964)

De acordo com Leite (2002), em meados da década de 1940, em conformidade com a política externa norte-americana, criou-se a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), que tinha como objetivo a implantação de projetos educacionais na área rural e o desenvolvimento das comunidades campestres, mediante a criação de Centros de Treinamento para professores especializados que repassariam as informações técnicas aos rurícolas. No início da década de 1950, destacam-se, no desenvolver das atividades educacionais para as populações rurais, a criação da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e do Serviço Social Rural (SSR). Ambos desenvolveram projetos para a preparação de técnicos destinados à educação de base rural e programas de melhoria de vida dos rurícolas, nas áreas de saúde, trabalho associativo, economia doméstica e artesanato.

Para Leite (2002) a década de 1950 como a época de crise na educação em decorrência da prolongada discussão sobre a elaboração de LDB (de 1948 a 1961), observando que ela refletia de modo nítido as contradições existentes da educação brasileira, quer geral, quer rural. O modelo escolar brasileiro evidenciava fielmente as forças sociais existentes em nosso grupo humano, que, entre tantos meios, buscavam na educação e no processo escolar formal, o veículo condutor de seus anseios e o caminho para a superação de deficiências impostas pela realidade

circundante. Ou seja, se para alguns grupos a escolaridade é meio de manutenção do status quo, para outros é processo de independência sociocultural, política e econômica.

De acordo com Ribeiro (2001) a Lei 4.024 de dezembro de 1961, da Presidência da República, instituiu as primeiras Diretrizes e Bases da Educação Brasileira foi resultado do trabalho de dois grupos com orientações de filosofia/partidária distinta. Os estatistas eram esquerdistas e defendiam que a finalidade da educação era preparar o indivíduo para o bem da sociedade e que só o Estado devia educar. Os liberalistas eram de centro/direita e defendiam os direitos naturais e que não cabia ao Estado garanti-los ou negá-los, mas simplesmente respeitá-los. Após quase 16 anos de disputa entre essas correntes, as ideias dos liberalistas acabaram representando a maior parte do texto aprovado pelo Congresso.

Para Freitag (1980) a escola brasileira baseada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) não só reproduziu e reforçou a estrutura de classes, como também perpetuou as relações de trabalho que produziram essa estrutura, ou seja, a divisão do trabalho que separa o trabalho manual do trabalho intelectual.

Os três níveis de ensino preparam sua clientela para certas hierarquias profissionais dentro da sociedade, assim, cargos dirigentes e de mando exigem, mesmo que só formalmente, uma formação de nível superior, ao passo que trabalhos rudimentares (manuais) dispensam na maior parte qualquer tipo de formação. Como quase somente filhos de classe alta e média alta atingem o nível superior (universitário) é entre eles que será recrutada a futura elite dirigente. Em contraposição os trabalhos pesados e serviços baixos e de rotina são realizados praticamente sem exceção pelo pessoal não ou semiqualficado. (FREITAG,1980, p. 65-66).

De acordo com Leite (2002) a tentativa de superação do descompasso das relações culturais, escolares e sociais para com as classes menos favorecidas do campo, o estatismo informal da educação rural possibilitou, indiretamente, a criação do espaço necessário para o aparecimento de movimentos sociais populares, como os Centros Populares de Cultura (CPC) e o Movimento Educacional de Base (MEB), ligados aos movimentos de esquerda e tiveram como sustentação ideológica o trabalho desenvolvido pelas ligas camponesas, sindicatos de trabalhadores rurais.

Deixando a cargo das municipalidades a estruturação da escola fundamental na zona rural a Lei 4.024 (BRASIL, 1961) omitiu-se quanto à escola no campo, uma vez que a maioria das prefeituras municipais do interior era desprovida de recursos

humanos e, principalmente, financeiros, dessa forma com uma política educacional nem centralizada nem descentralizada, o sistema formal de educação rural ficou sem condições de auto sustentação pedagógica, administrativa e financeira, entrando em um processo de deterioração, submetendo-se aos interesses urbanos.

3.1.3.4 Educação em Área Rural no Contexto Militar (1964/1985)

Segundo Ribeiro (2001) em meados da década de 1960, o país vivenciou o início da crise do modelo desenvolvimentista através:

a) das ondas migratórias das populações carentes, principalmente as nordestinas e ou do meio rural para o urbano;

b) do golpe militar de 1964, que modificou a estrutura sócio-política que cristalizou o modelo de dependência econômica do país em relação aos países do bloco capitalista;

c) da anulação dos direitos civis e da cidadania, levando-se em consideração as ações repressoras do regime militar;

d) do desenvolvimento do “milagre econômico” e da aproximação do país do fundo Monetário Internacional.

De acordo Freitag (1980) durante o primeiro governo militar foi elaborado através do Ministério do Planejamento o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social para o período de 1967/76, no qual o processo educativo, tanto urbano como rural, aparece como instrumento de capacitação mínima do cidadão para sua futura inserção no mercado de trabalho e consequente elevação da sua qualidade de vida.

Ainda de acordo com Freitag (1980) com a ideologia dos militares que ocupavam o poder desde 1964, a escolarização nacional sofreu novas alterações com a promulgação das Leis 5.540/68 e 5692/71, respectivamente, sobre a reforma do ensino superior e sobre a estruturação do ensino médio e secundário. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a partir de seus objetivos gerais era de caráter conservador. Dada sua ênfase liberal, não trouxe novidades transformadoras. Pelo contrário, acentuou as divergências sócio-políticas existentes na escolaridade do povo brasileiro e consagrou o elitismo que sempre esteve presente no processo escolar nacional.

Por outro lado, a Lei de Diretrizes e Bases abriu espaço para a educação rural, porém restrita em seu próprio meio e sem contar com recursos humanos e materiais satisfatórios. A lei 5.692, distanciada da realidade sócio educacional do campesinato brasileiro, não incorporou as exigências do processo escolar rural em suas orientações fundamentais nem mesmo cogitou possíveis direcionamentos para uma política educacional destinada, exclusivamente, aos grupos campestinos.

Para Leite (2002) o analfabetismo na década de 1970 manifestou-se negativamente dentro da sociedade nacional, provocando proposições no I. Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e posteriormente a elaboração do Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos (PSECD), possibilitando suporte filosófico-ideológico para projetos especiais do Ministério da Educação e Cultura (MEC), como o EDURURAL e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

No Nordeste instalou-se o EDURURAL – com vigência de 1980 a 1985, sob orientação do Governo Federal, Universidade Federal do Ceará (UFC) e financiamento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Segundo Leite (2002), principal objetivo do EDURURAL era a ampliação das condições de escolaridade do povo nordestino, mediante melhoria da rede física e dos recursos materiais e humanos disponíveis. Pretendia também a reestruturação curricular, bem como a adequação do material didático para a formação cultural-intelectual de adultos e orientação para o trabalho.

De acordo com Leite (2002) o PSECD propunha, entre outras situações, a expansão do ensino fundamental no campo, a melhoria do nível de vida e de ensino, e a redução da evasão e da repetência escolar. Recomendava ainda, a valorização da escola rural, o trabalho do homem do campo, a ampliação das oportunidades de renda e de manifestação cultural do rurícola, a extensão dos benefícios da previdência social e ensino ministrado de acordo com a vida campestina. Recomendava também um mesmo calendário escolar para toda escola rural, tendo por base o calendário urbano, e entendia a unidade escolar rural como agência de mudanças e transformações sociais.

Em uma tentativa de ampliação das relações produção trabalho no campo, e a modernização reavivou e valorizou a escola e os grupos comunitários, buscando condições satisfatórias de vida para a população rural, incentivando e fomentando a criação de pequenas cooperativas e/ou grupos produtivos, e abrindo um leque maior

de opções para trabalho e produção no campo, sem, contudo, perder de vista seu objetivo maior: o mercado exterior.

Numa avaliação dos objetivos, a função e o papel do EDURURAL, Leite (2002, p. 51) destaca que o papel das políticas sociais no Nordeste, e em particular na área rural que se situavam os programas de educação rural, tinha mais o objetivo de diminuir tensões sociais geradas pela pobreza no campo do que propriamente de enfrentar e resolver a questão do analfabetismo.

Para Leite (2002) outro programa da época, o MOBRAL, que tinha como principal objetivo trabalhar educacionalmente tanto grupos urbanos como os agrupamentos rurais, buscando repassar todo um projeto social e político do governo central, visando exclusivamente à questão econômica e política do regime, isto é, promover o aumento e aceleração da produção, porém, inibindo avanços sociais mais amplos para a classe trabalhadora, não acatando a práxis natural desses mesmos grupos.

Contraopondo ao pensamento de Leite (2002), para Freitag (1980), o MOBRAL não foi o primeiro esforço alfabetizador, mas foi a primeira vez que o governo se encarregou de implantar um movimento que, antes de mais nada, alfabetizava e forçava o trabalhador a elevar, mesmo que por um mínimo, o seu grau de qualificação

1.1.3.5 Escola em Área Rural Contemporânea e a Lei 9.394 de 1996

Para Leite (2002, p. 54) a Lei de Diretrizes e Bases trouxe vários benefícios para a educação na área rural, provocando a sua reestruturação e desvinculação da área urbana:

A atual Lei de Diretrizes e Bases promove a desvinculação da escola rural dos meios e da *performance* escolar urbana, exigindo para a primeira um planejamento interligado à vida rural e de certo modo desurbanizado.

Dessa forma a partir da Lei de Diretrizes e Bases a educação rural não se limita ao modelo urbano/industrial, como fora nas décadas de 1960 a 1980. A sustentação dessa escolaridade encontra-se na consciência ecológica, na preservação dos valores culturais e da práxis rural e, primordialmente, no sentido da ação política dos rurícolas. A Lei de Diretrizes e Bases 1996 reconhece, em seus Artigos. 3º, 23, 27 e 61, a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à

diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação rural (BRASIL, 1996). Permite a organização escolar própria, a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

De acordo com Munarim (2008) por meio da Emenda Constitucional nº 14 e da Lei nº 9.424 de 1996, foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Esse fundo acelerou o processo de universalização do acesso ao ensino fundamental, redistribuindo recursos financeiros para o financiamento dessa modalidade de ensino em todo o país. Esses recursos variam em função do número de alunos efetivamente matriculados em cada sistema de ensino, definindo valores diferenciados para as modalidades em que os gastos são maiores, o que beneficiou a educação nas escolas localizadas em zonas rurais.

O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil sempre foi tratado nas escolas brasileiras com o tema da escravidão negra africana. A partir da Lei nº 10.639 de 2003 (BRASIL, 2003b), alterada pela Lei nº 11.645 de 2008, (BRASIL, 2008), essa temática tornou-se obrigatório no ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio.

Para Munarim (2008), dois processos políticos importantes se desenvolveram no interior do Estado brasileiro no decorrer dos anos da passagem de milênio, quais sejam: o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pelo Congresso Nacional em 2001 e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, pelo Conselho Nacional de Educação, que resultou na Resolução CNE/CEB n. 1, de abril de 2002.

Em 2001, foi promulgado o Plano Nacional de Educação (PNE) o qual, embora estabeleça entre suas diretrizes o “tratamento diferenciado para a escola rural” (BRASIL, 2001), numa clara alusão ao modelo urbano, a organização do ensino em séries, a extinção progressiva das escolas unidocentes e a universalização do transporte escolar. Observe-se que o legislador não levou em consideração o fato de que a unidocência em si não é o problema, mas sim a inadequação da infraestrutura física e a necessidade de formação docente especializada exigida por essa estratégia de ensino.

Vale destacar que a Conferência Nacional de Educação (CONAE) que aconteceu em Brasília, 2010, realizou um debate sobre a ‘diversidade’ no campo da

política educacional. As discussões da CONAE resultaram na inclusão da educação escolar quilombola como modalidade da educação básica no Parecer CNE/CEB 07/2010 (MEC, 2010c) e na Resolução CNE/CEB 04/2010, que instituem as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica (MEC, 2010b). Isso significa que a regulamentação da Educação Escolar Quilombola nos sistemas de ensino deverá ser consolidada em nível nacional e seguir orientações curriculares gerais da Educação Básica e, ao mesmo tempo, garantir a especificidade das vivências, realidades e histórias das comunidades quilombolas do país.

Dentro de um contexto de reconhecimento da adversidade sociocultural, do direito de igualdade à diferença, e, da ação dos movimentos sociais, que buscou uma educação escolar para o exercício da cidadania, independente da sua localização, em áreas urbanas ou rurais, iniciaram-se os preparativos para a Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. De acordo com Arroyo, Caldart e Molina (2004, p. 22) essa Conferência teria como principal objetivo “ajudar a recolocar o rural e a educação, que a ele se vincula, na agenda política do país.”

Ainda de acordo com Arroyo, Caldart e Molina (2004) antes da efetivação da Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo, em Luziânia, Goiás, em 1998, foram realizados seminários estaduais, que serviram para formatar um processo que uniu muitos parceiros na sua realização. Nesses seminários congregaram, de forma participativa, educadores do campo, com membro das seguintes instituições: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Universidade de Brasília (UnB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A discussão principal da Conferência foi de como garantir que todas as pessoas do meio rural tivessem acesso a uma educação de qualidade, bem como o estabelecimento de uma proposta educativa que deveria ser voltada aos interesses da vida do campo. Ainda, a vinculação dessa educação com estratégias específicas de desenvolvimento para o campo através dos seguintes temas: a) os desafios para perceber que educação estava sendo oferecida ao meio rural; b) qual o conceito da LDB que identifica a Educação Básica como um dos níveis da educação; c) utilização da expressão campo e não meio rural; a chamada Educação Básica do Campo, indicando a construção do processo que se pretendia desencadear na Conferência, d) o lugar do campo na sociedade moderna.

1.1.4 Tentativa de Educação do Campo

1.1.4.1 A Educação Popular de Paulo Freire

Para Brandão (2002), Paulo Freire (1921-1997) foi o mais célebre educador brasileiro, com atuação e reconhecimento internacionais. Conhecido principalmente pelo método de alfabetização de adultos que leva seu nome, ele desenvolveu um pensamento pedagógico assumidamente político. Falar em educação popular, seja rural ou urbana é falar impreterivelmente do legado do educador Paulo Freire que trouxe importantes reflexões sobre os sujeitos postos à margem da sociedade do capital. Por entender as classes populares como detentoras de um saber não valorizadas e excluídas do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade, mostra a relevância de se construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo provocando uma leitura da realidade na ótica do oprimido, que ultrapasse as fronteiras das letras e se constitui nas relações históricas e sociais.

Segundo Leite (2002) Paulo Freire revolucionou a prática educativa brasileira, desenvolvendo métodos de educação popular. Teve por suporte filosófico ideológico os valores e o universo sociolinguístico-cultural desses mesmos grupos.

De acordo com Leite (2002, p. 43):

Freire rompeu com a dicotomia até então conhecida e vivenciada pela escola brasileira, na tentativa de possibilitar uma educação voltada para a solidariedade, para a práxis, em que o elemento político-social, econômico e cultural constitui a parte principal do processo de ensino/aprendizagem e da cidadania consciente.

A proposta educacional de Freire foi amplamente utilizada, constituindo-se em movimento de educação popular. Essa proposta ganhou inúmeros adeptos, e, rapidamente se espalhou pelo país, não só como forma de resistência e/ou contestação ao processo escolar tradicional, defasado e sem vitalidade para as classes de renda mais baixa, mas, também, como nova metodologia de alfabetização de adultos. A educação deixa de ser vinculada somente à transmissão de saberes e passa a ser ato político (FREIRE, 2001). Constitui um projeto educativo que resgata a concepção mais universal de educação, isto é, a educação como formação humana, qual seja, formação do sujeito em suas múltiplas potencialidades na busca de um sujeito integral.

Para Brandão (2002) baseadas no método de Paulo Freire, várias comunidades rurais desenvolveram a “educação libertadora”, legalmente com o

apoio de grupos progressistas, com uma proposta pedagógica, com enfoque principal a conscientização do cidadão, que, de acordo com Leite (2002, p. 44), esse método “contraria aos princípios básicos de uma escola voltada para a submissão e subserviência das classes subalternas, bem como para o acatamento irrestrito aos planejamentos econômico-capitalistas.”

De acordo com Leite (2002) a partir de suas primeiras experiências no Rio Grande do Norte, em 1963, quando ensinou 300 adultos a ler e a escrever em 45 dias, Paulo Freire desenvolveu um método inovador de alfabetização, adotado primeiramente em Pernambuco.

Assim sendo, o método Paulo Freire reflete sobre modelos até então vigentes, escola formal/tradicional ou informal/liberal com propostas conservadoras e, ao mesmo tempo, limitadoras de expressões sociopolíticas mais amplas. Essas propostas eram contrárias ao método de Paulo Freire, uma vez que esses modelos pedagógicos estavam voltados para o predomínio de determinados grupos sobre outros, para um processo de urbanização amplo e irrestrito. Nesse processo, as minorias dos grupos camponeses não tinham espaço e/ou possibilidades de se manifestarem.

1.1.4.2 Escolas Família Agrícola

De acordo com Bof e Sampaio (2006, p. 80) as Escolas Família Agrícola (EFA) têm suas raízes vinculadas às experiências francesas, de *Maisons Familiales Rurales*, originadas no sudoeste da França, em 1935, por meio de mobilização e organização de um grupo de famílias de pequenos agricultores, na busca de alternativa de formação para seus filhos.

No Brasil, Escolas Família Agrícola (EFA) em sua fase inicial 1968-1973, eram destinadas aos jovens do meio rural, sem limitações de idade e de escolaridade. Os cursos que tinham duração de dois anos adotavam em ritmo de alternância de 15 dias na escola e 15 dias na família. (BOF; SAMPAIO, 2006, p. 80).

A alternância, principal característica das Escolas Família Agrícola, combina no processo de formação do jovem, nos períodos de vivência na escola e na propriedade rural. Alterna-se, assim, a formação agrícola na propriedade com a formação teórica geral na escola.

Dessa forma, a o processo de entremear os dias letivos com dias na família caracterizou e proporcionou uma ampla e sistemática expansão das experiências educativas das Escolas Família Agrícola para diferentes regiões brasileiras.

O financiamento das Escolas Família Agrícola foi fruto de negociações entre as associações das escolas com os poderes públicos. Segundo Bof e Sampaio (2006), em algumas regiões, registrou-se uma reduzida participação dos governos de Estado, como é o caso de Minas Gerais e Bahia, onde foram as prefeituras municipais que colaboram com o montante maior de recursos.

Sobre as Escolas Família Agrícola (EFA) da Bahia, segundo Moreira (2009) a primeira EFA do estado foi implantada no município de Brotas de Macaúbas. Devido à sua grande expansão surgiu a necessidade de se criar Associações das Comunidades das Escolas de Famílias Agrícolas, com sede em Riacho de Santana.

Com as Escolas Família Agrícola, no município de Riacho de Santana, surgiu a oportunidade das crianças da microrregião frequentarem as aulas sem prejuízo das atividades agrícolas, desenvolvidas pelas suas famílias.

É importante o registro de que Riacho de Santana é município vizinho ao de Bom Jesus da Lapa, em cujo território estão instaladas as comunidades Quilombolas do Rio das Rãs.

1.2 COMUNIDADES E POVOS TRADICIONAIS

De acordo com o Decreto 6.040 de 2007, da Presidência da República as comunidades tradicionais podem ser consideradas como grupos etno-raciais que possuem culturas diferentes da cultura tradicional e predominante na sociedade, tendo como principal característica o fato de se reconhecerem como tal. Organizam-se de maneira distinta, ocupando e utilizando territórios e recursos naturais *para* manter sua cultura, tanto com *relação à organização social quanto à* religião, economia e ancestralidade (BRASIL, 2007).

Para Toledo (1990) existem mais de 300 milhões de pessoas pertencentes a povos e comunidades tradicionais vivendo em 75 do mundo. Esses povos ocupam praticamente cada um dos principais biomas do planeta eles. São também chamados de autóctones, minorias ou primeiras nações dependendo dos critérios de definição. Ainda de acordo com Toledo (1990) os Povos e Comunidades podem ser encontrados executando diversas atividades de uso e manejo dos ecossistemas do planeta e são moradores das florestas, das planícies tropicais ou das montanhas,

como pastoralistas nas savanas e outras áreas de pasto, ou como caçadores e extrativistas nômades e seminômades nas florestas, pradarias e desertos.

O Governo Federal através do Decreto 6.040 de 2007 criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Referido instrumento normativo e regulatório define os Povos e Comunidades Tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, p.1).

Assim sendo, essas comunidades surgem e se reproduzem cultural, social, religiosa, ancestral e econômica de forma permanente ou transitória ocupando e a grande diversidade sociocultural existente no Brasil encontram-se povos e comunidades que desenvolveram estilos de vida relacionados a ambientes naturais específicos e estabeleceram vínculos distintos com esses ambientes, cujos principais exemplos são indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, extrativistas, ribeirinhos, caboclos e pescadores artesanais. Esses grupos, além de contribuírem para a riqueza sociocultural do país, também desempenham um importante papel na proteção da biodiversidade brasileira devido à interação e ao manejo da natureza em moldes tradicionais, e aos conhecimentos específicos que esses grupos detêm sobre os recursos naturais.

Apesar da importância desses grupos, reconhecidos como povos e comunidades tradicionais, suas especificidades e necessidades características foram muitas vezes marginalizadas na sociedade e no processo de formulação de políticas públicas. A Constituição Federal de 1988 buscou reconhecer os direitos específicos de alguns desses grupos, no caso as comunidades indígenas e quilombolas, as quais gozam de direitos territoriais e culturais especiais. Além disso, a Constituição de 1988, em seu Art. 215 estabelece a proteção de manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BRASIL, 1988).

Mesmo com essas iniciativas, questionamentos importantes com esses grupos continuam pendentes, como o acesso à terra, à saúde e à educação diferenciada, bem como o acesso às condições mínimas necessárias para que

esses povos e comunidades possam permanecer em seus territórios e para que sua identidade cultural seja preservada.

Também como instrumento de defesa e regulação dessas comunidades no Brasil, foram criados os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007), que consistem no conjunto das ações de curto, médio e longo prazo, elaboradas com o fim de programar, nas diferentes esferas de governo, os princípios e os objetivos estabelecidos por esta Política.

Os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais são estabelecidos com base em parâmetros ambientais, regionais, temáticos, étnico-sócio-culturais e deverão ser elaborados com a participação equitativa dos representantes de órgãos governamentais e dos povos e comunidades tradicionais envolvidos.

A CNPCT tem como objetivo central pactuar a atuação conjunta de representantes da Administração Pública direta e de membros do setor não governamental pelo fortalecimento social econômico, cultural e ambiental dos povos e comunidades tradicionais. (BRASIL, 2007, p. 1).

Ainda de acordo com o Decreto 6.040 de 2007, entre principais atribuições da Comissão Nacional dos Povos e comunidades Tradicionais estão propor princípios e diretrizes para políticas governamentais vinculadas à temática do desenvolvimento sustentável dos povos e das comunidades tradicionais (BRASIL, 2007).

Entre os principais Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, estão os povos indígenas, os quilombolas, as comunidades de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais.

1.2.1 Povos Indígenas

A Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973 (BRASIL, 1973), também conhecida como Estatuto do Índio, regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmonicamente, à comunhão nacional.

O Art. 2 da mencionada Lei define Índio ou Silvícola:

É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional. (BRASIL, 1973, p. 1).

Assim sendo os povos indígenas do Brasil são formados por um grande número de diferentes grupos étnicos que habitam o país desde milênios antes do início da colonização portuguesa, que principiou no século XVI, fazendo parte do grupo maior dos povos ameríndios.

De acordo com Fausto (1994) quando da chegada dos portugueses no Brasil a população nativa era composta por tribos seminômades que subsistiam da caça, pesca, coleta e da agricultura itinerante, desenvolvendo culturas diferenciadas.

Para os dados do Censo do IBGE (2010) 817.963 brasileiros se autodeclararam indígenas, embora milhões de outros tenham algum sangue índio em suas veias. Para Fausto (1994) ainda sobrevivem diversos povos isolados, sem contato com a civilização. Os indígenas foram importantes aliados dos portugueses, mesmo que involuntariamente, na consolidação da conquista territorial brasileira, defendendo e fixando cada vez mais distantes fronteiras, e deram grande contribuição à composição da atual população nacional através da mestiçagem.

Para Luciano (2006) as culturas indígenas diversificadas compunham originalmente um rico mosaico de tradições, línguas e visões de mundo que, ao longo do tempo foram desprezadas como típicas de sociedades bárbaras, ingênuas e atrasadas, ou no máximo apreciadas como exotismos e curiosidades. Hoje já começam a ser vistas como culturas complexas, sofisticadas em muitos aspectos, interessantes por si mesmas e portadoras de valores importantes para o mundo moderno, como o respeito pela Natureza e um modo de vida sustentável, merecendo consideração como qualquer outra.

Ainda de acordo com Luciano (2006) o destino dos povos indígenas do Brasil ainda é incerto. Os conflitos que os envolvem continuam a se multiplicar; mortes, abusos, violência e interna continuam a afligir muitas comunidades, mesmo com todos os avanços e toda proteção jurídica, com toda a conscientização política das comunidades. Há poderosos interesses políticos e econômicos em jogo, e mesmo interesses culturais.

Entretanto, a Constituição de 1988 dá um novo tratamento aos povos indígenas, reconhecendo sua identidade cultural própria e diferenciada (organização social, costumes, línguas, crenças e tradições), assegurando o direito de permanecerem como índios e explicita como direito originário (que antecede a criação do estado) o usufruto das terras que tradicionalmente ocupam. Segundo a

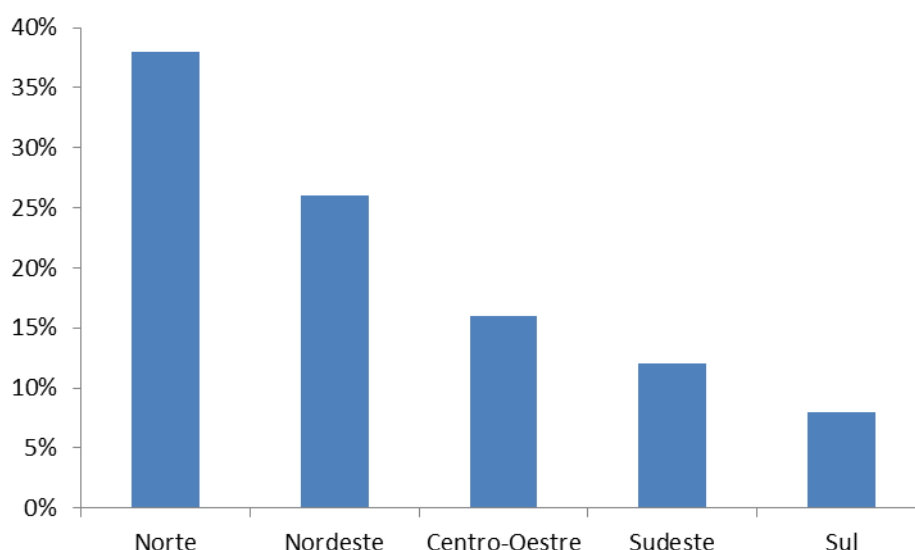
constituição, cabe ao Estado zelar pelo reconhecimento destes direitos por parte da sociedade (BRASIL, 1988).

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2015), desde 1500 até a década de 1970 a população indígena brasileira decresceu acentuadamente e muitos povos foram extintos. O desaparecimento dos povos indígenas passou a ser visto como uma contingência histórica, algo a ser lamentado, porém inevitável. Este quadro começou a dar sinais de mudança nas últimas décadas do século passado. A partir de 1991, o IBGE incluiu os indígenas no censo demográfico nacional.

Para o Censo do IBGE (2010) os brasileiros que se considerava indígena cresceu 150% na década de 90. O ritmo de crescimento foi quase seis vezes maior que o da população em geral. O percentual de indígenas em relação à população total brasileira saltou de 0,2% em 1991 para 0,4% em 2000, totalizando 734 mil pessoas. Houve um aumento anual de 10,8% da população, a maior taxa de crescimento dentre todas as categorias, quando a média total de crescimento foi de 1,6%.

O IBGE (2010) através do Censo Demográfico de 2010 registra a população indígena brasileira se concentra no Norte e Nordeste do país, conforme Gráfico 2:

Gráfico 2 - População Indígena Brasileira – Grandes Regiões



Fonte: IBGE (2010).

Objetivando promover a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável desses povos, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o

Ministério do Meio Ambiente (MMA) firmaram parceria para desenvolver o programa Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas.

De acordo com o MMA (2010) a Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas é uma ação do governo federal, resultado de parceria entre o MMA, através da sua Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), através da sua Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), com o objetivo contribuir para a gestão ambiental das terras indígenas e a segurança alimentar e nutricional das comunidades indígenas, em todo o território nacional.

1.2.2 Comunidades de Terreiro

Povos e Comunidades de terreiro são aquelas famílias que possuem vínculo com casa de tradição de matriz africana – chamada casa de terreiro, assim os Povos e Comunidades de terreiro são definidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2015). Este espaço congrega comunidades que possuem características comuns, como a manutenção das tradições de matriz africana, o respeito aos ancestrais, os valores de generosidade e solidariedade, o conceito amplo de família e uma relação próxima com o meio ambiente e ainda, possuem uma cultura diferenciada e uma organização social própria, que constituem patrimônio cultural afro-brasileiro.

Em 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Fundação Cultural Palmares (FCP) desenvolveram pesquisa voltada para o reconhecimento e a valorização das comunidades tradicionais de terreiro no Brasil (BRASIL, 2015).

1.2 3 Povos Ciganos

Os povos de cultura cigana começaram a chegar ao Brasil no período colonial. De acordo com Gaspar (2012) documentos históricos comprovam que houve um grande crescimento populacional e econômico da comunidade cigana na

Bahia. Salvador, a primeira capital colonial brasileira, tornou-se a cidade mais importante para os ciganos no Brasil. Da Bahia muitos deles foram em direção a Minas Gerais, causando desconforto para as autoridades da época, que tentaram de várias maneiras impedir a presença deles na região por ser considerado um povo *desobediente e malcriado*.

Ainda sobre o comportamento considerado arredo, existem notícias de ciganos em São Paulo, no ano de 1726, quando foram solicitadas providências às autoridades para sua expulsão, dentro de 24 horas, sob pena de serem presos, uma vez que era um povo afeito a jogos e outras perturbações.

A partir da Primeira Guerra Mundial, 1914 a 1918, houve um grande número de famílias ciganas que imigraram para o Brasil, oriundos principalmente, de países do Leste Europeu. Ao chegar, eles se dedicaram ao comércio de burros, cavalos, ao artesanato de cobre, às atividades circenses, viviam em barracas e praticavam o nomadismo. Hoje, poucos ciganos ainda são nômades no Brasil.

De acordo Gaspar (2012), em 2010 existia no país cerca de 800 mil ciganos. Pela primeira vez foram mapeados oficialmente os acampamentos ciganos no País. A pesquisa da revista encontrou assentamentos em 291 cidades brasileiras, concentradas, principalmente, no litoral das Regiões Sul, Sudeste e Nordeste, destacando-se o estado da Bahia, com o maior número de grupos. Vivem em tendas de lona, que são geralmente montadas em terrenos baldios.

Como se observa no Gráfico 3, a população dos povos ciganos em 2010, foi estimada em 800 mil habitantes, enquanto a população indígena brasileira totalizada 817.963, pouco mais do que a população cigana, detalhe que passa despercebido para a maioria dos brasileiros que considera os ciganos uma raça nômade e nunca presente nas publicações oficiais, motivo pelo qual as famílias ciganas reclamam do descaso do Estado e reivindicam acesso a programas oficiais e educação para seus filhos.

Gráfico 3 – Brasil - Populações Indígena e Cigana



Fontes: IBGE (2010) e Gaspar (2012).

A maioria dos ciganos vive do comércio e as mulheres se dedicam a leitura de mão. Grande parte da população cigana vive em casas e não praticam mais o nomadismo.

1.2.4 Comunidades Ribeirinhas

Para Amorim (2007) a população tradicional que mora nas proximidades dos rios e sobrevive da pesca artesanal, da caça, do roçado e do extrativismo é denominada de ribeirinha. Por conta dos aspectos geográficos do país, é na Amazônia que está a maior parte dessa população. Além das populações nativas, somam-se a esta categoria descendentes de migrantes do Nordeste do país.

O Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, reconheceu a existência dos povos e comunidades tradicionais, dentre os quais estão os ribeirinhos, instituindo uma política nacional voltada para as necessidades específicas desses povos, a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007).

De acordo com Amorim (2007) na segunda metade do século XIX, muitos nordestinos deixaram sua terra natal e seguiram para a Amazônia procurando os empregos oferecidos nas empresas que atuavam no ciclo da extração do látex das árvores conhecidas como seringueiras. Na década de 1950, com a crise da borracha, como ficou conhecida a queda do mercado brasileiro do látex, os seringueiros, como eram chamados aqueles que se dedicavam à extração desse material, ficaram sem alternativa de trabalho.

Assim sendo, principalmente os nordestinos, ficaram sem oportunidades no restrito mercado de trabalho da Amazônia na época e para não terem que retornar aos seus Estados, tiveram com opção procurarem residência e exploração da pesca e caça e pequenas plantações nas margens dos rios da Região Norte.

A ausência de políticas públicas que tratassem da desmobilização desse contingente de trabalhadores fez com que eles se espalhassem ao longo dos rios da floresta amazônica, a exemplo do Rio Negro e Rio Amazonas, onde construíram suas moradias. (AMORIM, 2007, p.1).

Por residirem em um ambiente onde a força da natureza se faz presente, os ribeirinhos aprenderam a viver em um meio repleto de limitações e desafios impostos pelo rio e pela floresta. A relação desse povo com as mudanças naturais fez com eles que adaptassem o seu cotidiano, seu modo de morar e de buscar meios para sua subsistência.

Suas moradias são construídas utilizando a madeira como principal alternativa de construção. A grande maioria das casas são palafitas, não possui energia elétrica, água encanada e saneamento básico e estão localizadas próximas às margens dos rios. Construídas alguns metros acima do nível do rio para evitar que sejam invadidas pelas águas durante as enchentes, as palafitas ainda possuem a tecnologia de uso de tábuas para subir o piso nos períodos de cheia.

O rio possui um papel fundamental na vida dos ribeirinhos. É através dele que são estabelecidas as ligações entre as localidades com a utilização de jangadas e barcos como o único meio de transporte. O rio é sua rua. É nele também que os ribeirinhos executam uma das principais atividades que lhes proporciona fonte de renda e de sobrevivência: a pesca. (AMORIM, 2007, p.1).

Outra fonte de renda advém do extrativismo, a exemplo da extração da malva, uma planta muito comum na bacia do Rio Amazonas. A malva possui uma fibra, retirada no momento da sua colheita nas margens do rio, que é utilizada como matéria prima na indústria de estofados e tecidos. A plantação de milho e mandioca, a produção de farinha e a coleta da castanha e do açaí também ocupam lugar de destaque nas atividades agrícolas das comunidades ribeirinhas.

Para Amorim (2007) a relação diferenciada com a natureza faz dos ribeirinhos grandes detentores de conhecimentos sobre aspectos da fauna e da flora da floresta; o uso de plantas medicinais; o ritmo e o caminho das águas; os sons da mata; as épocas da terra. Esse convívio alimenta a cultura e os saberes transmitidos de pai para filho.

Entretanto, as comunidades ribeirinhas convivem com o isolamento econômico e social, ficando à margem de uma série de políticas públicas e mecanismos de controle da qualidade de vida. A situação geográfica de muitas dessas comunidades é um dos principais fatores limitantes de acesso aos serviços básicos de saúde e educação.

1.2.5 Comunidades Quilombolas

Para Anjos (2006, p. 46) quilombo significava a busca por proteção e segurança, por igualdade de condições e liberdade de acesso à terra. Os quilombos reconstruíam um tipo de organização social e territorial de origem africana no novo espaço denominado Brasil e funcionava como uma válvula de escape para diluir a violência da escravidão que por quatro séculos provocou fortes tensões e confrontos de classes no território brasileiro.

Ainda de acordo com Anjos (2006) quilombolas é designação comum aos escravos refugiados em quilombos, ou descendentes de escravos negros cujos antepassados no período da escravidão fugiram dos engenhos de cana-de-açúcar, fazendas e pequenas propriedades onde executavam diversos trabalhos braçais para formar pequenos vilarejos chamados de quilombos.

Para O'Dwyer (2002) até recentemente, o termo *quilombo* era de uso quase exclusivo de historiadores e demais especialistas que, por meio de documentação disponível procuravam construir novas abordagens e interpretações sobre o nosso passado como nação.

A partir da Constituição Brasileira de 1988, o quilombo adquire uma significação atualizada, ao ser inscrito no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para conferir direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro. O texto constitucional não evoca apenas uma identidade histórica que pode ser assumida e acionada na forma da lei, vez que o texto, é preciso, sobretudo, que os sujeitos históricos presumíveis existam no presente e tenham como condição básica o fato de ocupar uma terra que, por direito, deverá ser em seu nome titulada.

Para O'Dwyer (2002, p.13), quilombo foi designado como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham

ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. Essa definição contém basicamente cinco elementos, que O’Dwyer (2002, p.13) procurou assim sintetizar: [...] “Considera que o primeiro é a fuga, isto é, a situação de quilombo sempre estaria vinculada a escravos fugidos”; o segundo é que quilombo sempre comportaria uma quantidade mínima de “fugidos”, a qual tem que ser exatamente definida — e nós vamos verificar como é que ocorrem variações dessa quantidade no tempo. Em 1740, o limite fixado correspondia a “que passem de cinco”; o terceiro consiste numa localização sempre marcada pelo isolamento geográfico, em lugares de difícil acesso e mais perto de um mundo natural e selvagem do que da chamada “civilização”; o quarto elemento refere-se ao chamado “rancho”, ou seja, se há moradia habitual, consolidada ou não, enfatizando as benfeitorias porventura existentes; e o quinto seria essa premissa: “nem se achem pilões nele”. Que significa “pilão” nesse contexto? O pilão, enquanto instrumento que transforma o arroz colhido em alimento, representa o símbolo do autoconsumo e da capacidade de reprodução.

Vale ressaltar que a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) da Presidência da República, através do Diagnóstico do Programa Brasil Quilombola, define comunidades quilombolas como:

grupos étnico-raciais segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (SEPPIR, 2012, p. 16).

Além dos quilombos constituídos no período escravocrata, muitos foram formados após a abolição formal da escravatura, pois essa forma de organização comunitária continuaria a ser, para muitos, a única possibilidade de viver em liberdade. Constituir um quilombo tornou-se um imperativo de sobrevivência, posto que a Lei Áurea, diferentemente do propugnado pelo movimento abolicionista, não levou em conta mecanismos de redistribuição de terras.

Para a SEPPIR (2012, p. 20), de um modo geral, os territórios quilombolas originaram-se em diferentes situações, tais como:

Doações de terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como a cana-de-açúcar e o algodão; compra de terras pelos próprios sujeitos, possibilitada pela desestruturação do sistema escravista; terras que foram conquistadas por meio da prestação de serviços, inclusive de guerra; bem como áreas ocupadas por negros que fugiam da escravidão. Há também as chamadas terras de preto, terras de santo ou terras de santíssima, que indicam uma

territorialidade vinda de propriedades de ordens religiosas, da doação de terras para santos e do recebimento de terras em troca de serviços religiosos prestados a senhores de escravos por sacerdotes de religiões afro-brasileiras. (SEPPPIR, 2012, p. 20).

Na República, os quilombos permaneceram invisibilizados, da sua problematização até a década de 1980, quando reaparecem como resultado da ação dos movimentos negros, apenas com a Constituição de 1988, depois de cerca de cem anos da abolição até a aprovação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o qual assegura o seguinte:

Aos quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Tais como comunidades se distinguem pela identidade étnica, tendo desenvolvido práticas de manutenção e reprodução de modos de vida característicos num determinado lugar. (BRASIL, 1988).

Os primeiros quilombos, que a princípio foram reduzidos, formados por poucos negros, muitos dos quais famintos e doentes que fugiram dos engenhos, das fazendas e dos *eitos*¹ e que só foram possível graças à associação que o negro efetuou com o índio, na causa de resistência à escravidão.

Sobre a origem do processo de formação dos quilombos para Machado (2005) alguns historiadores fixam o ano de 1630 para o início do processo de formação dos quilombos constitutivos dos Palmares pela entrada e distribuição de negros escravos provenientes de Angola pertencentes a tribos Jagas que eram indomáveis e amantes da liberdade.

A razão preponderante da formação dos quilombos no Brasil assenta-se na ferocidade atroz do colono dominante nos engenhos e nas fazendas, nos eitos e nas minerações, protegidos pela mais bruta legislação negra que incluía castigos e maus tratos infligidos desde os momentos da captura na África. (MACHADO et al, 2005, p. 28).

O negro que chegava era considerado como uma peça de trabalho e por mais abatido e rebaixado que fosse em sua dignidade, em sua vontade de liberdade e pela prepotência de seu semelhante levava-o a fugir da sociedade que o esmagava, procurando a expansão de sua liberdade, algumas vezes em insurreições, cujas relações foram caracterizadas por Anjos (2006, p. 46):

As relações dos povos africanos e seus descendentes com sistema escravista são marcadas, sistematicamente, por conflitos e tensões, tanto no espaço rural, quanto nas áreas urbanas. As rebeliões em importantes cidades brasileiras constituem registros significativos que

¹ Roça onde trabalhavam escravos.

fazem parte da historiografia de centros como Salvador, Recife, São Paulo, Porto Alegre, São Luís, Belém, Rio de Janeiro, entre outros.

Machado e outros autores (2005), na obra *Tijuaçu: uma resistência negra no semiárido baiano*, narra a formação de Tijuaçu, comunidade quilombola do interior do Estado da Bahia, localizado a 23 km da Cidade de Senhor do Bonfim, história que com certeza se repetiu em outras comunidades negras de todo o território brasileiro.

Como símbolo da luta do movimento negro no Brasil, Anjos (2006) exemplifica a comunidade de Palmares, núcleo de resistência formado em 1630 por negros foragidos e reunia diversos quilombos. Palmares sofreu constantes ataques de portugueses e holandeses. Seu principal líder, Zumbi, conduziu uma resistência heroica que culminou com a destruição do quilombo e sua morte em 20 de novembro de 1695, data escolhida para marcar o Dia Nacional da Consciência Negra (Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011).

1.2.5.1 Educação Quilombola

A exemplo da Educação do Campo, para estudar a educação quilombola, não há como deixar de fora da análise uma abordagem preliminar sobre as populações quilombolas brasileiras.

Para Anjos (2006, p. 47), quilombo significava a busca por proteção e segurança, por igualdade de condições e liberdade de acesso à terra.

Os quilombos eram espaços onde se reconstruía um tipo de organização social e territorial de origem africana no novo espaço denominado Brasil e funcionava como uma válvula de escape para diluir a violência da escravidão que por quatro séculos provocou fortes tensões e confrontos de classes no território brasileiro. (ANJOS, 2006, p. 47).

Dessa forma, concorda-se com Anjos (2006), quando se estabelece quilombola, como o nome dado aos escravos, que durante o período escravocrata se refugiavam em áreas rurais, ou descendentes de escravos negros, que exploravam pequenas propriedades, onde executavam diversos trabalhos braçais, para formar pequenos vilarejos chamados de quilombos.

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR, 2012, p. 16)), da Presidência da República, através do Diagnóstico do Programa Brasil Quilombola, define comunidades quilombolas como:

Grupos étnico raciais segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (SEPPIR, 2012, p. 16).

A definição oficial de quilombola como grupos étnico raciais, com área territorial específica e ligação de ancestralidade com os negros, mantém vivas as tradições afros, trazidas pelos escravos, e, as lutas pelo direito de propriedade de suas terras, consagrado pela Constituição Federal do Brasil de 1988.

Além dos quilombos, constituídos no período escravocrata, muitos foram formados após a abolição formal da escravatura. Essa forma de organização comunitária continuaria a ser, para muitos, a única possibilidade de viver em liberdade. Para a SEPPIR (2012, p. 20), de um modo geral, os territórios quilombolas originaram-se em diferentes situações, tais como:

Doações de terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como a cana-de-açúcar e o algodão; compra de terras pelos próprios sujeitos, possibilitada pela desestruturação do sistema escravista; terras que foram conquistadas por meio da prestação de serviços, inclusive de guerra; bem como áreas ocupadas por negros que fugiam da escravidão. Há também as chamadas terras de preto, terras de santo ou terras de santíssima, que indicam uma territorialidade vinda de propriedades de ordens religiosas, da doação de terras para santos e do recebimento de terras em troca de serviços religiosos prestados a senhores de escravos por sacerdotes de religiões afro-brasileiras. (SEPPIR, 2012, p. 20).

Dessa forma, para os negros que passaram a ter a condição de livres, após a Lei Áurea, constituir um quilombo tornou-se uma necessidade de sobrevivência, posto que, a Lei Áurea não levou em conta mecanismos de redistribuição de terras. De acordo com Anjos (2006) da Proclamação da República até a década de 1980 os quilombos permaneceram invisibilizados. Reapareceram como resultado da ação dos movimentos negros que influenciaram na elaboração da Constituição de 1988. Transcorreram, portanto, cerca de cem anos da abolição até a aprovação do Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o qual assegura o seguinte:

Aos quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecido a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Tais como comunidades se distinguem pela identidade étnica, tendo desenvolvido práticas de manutenção e reprodução de modos de vida característicos num determinado lugar. (BRASIL, 1988, p. 15).

Assim sendo, asseguradas pela Constituição Federal, as comunidades quilombolas que constituíram e organizaram coletivamente por meio de fortes laços de parentesco e herança familiar se encontram distribuídas em todo o território nacional. Existem comunidades que ficam no campo (rurais) e outras que ficam nas cidades (urbanas).

Para Anjos (2006) os primeiros quilombos, que a princípio foram reduzidos, de poucos negros, muitos dos quais famintos e doentes que fugiram dos engenhos, das fazendas e dos *eitos*, só foram possível graças à associação que o negro efetuou com o índio, na causa de resistência à escravidão.

De acordo com Machado e outros autores (2005, p. 28) alguns historiadores fixam a data de 1630 para o início dos quilombos, constitutivos dos Palmares, pela entrada e distribuição de negros escravos, provenientes de Angola, pertencentes a tribos Jagas, que eram indomáveis e amantes da liberdade.

A razão preponderante da formação dos quilombos no Brasil assenta-se na ferocidade atroz do colono dominante nos engenhos e nas fazendas, nos *eitos* e nas minerações, protegidos pela mais bruta legislação negra que incluía castigos e maus tratos infligidos desde os momentos da captura na África. (MACHADO et al, 2005, p.28).

O negro que chegava era considerado como uma peça de trabalho e por mais abatido e rebaixado que fosse em sua dignidade, em sua vontade de liberdade, pela prepotência de seus proprietários, sempre encontrava formas de fugir da sociedade que o esmagava. Procurava sua liberdade nos quilombos.

Diante das condições desumanas da escravidão brasileira, o quilombo era a última fase do protesto. O negro, na sua busca de liberdade, não hesitava em privar-se da vida para se livrar de seus sofrimentos infligidos pelos senhores de engenhos e de fazendas.

Para as reflexões, acerca da educação quilombola, inicia-se tratando do seu objetivo.

O objetivo da política de educação voltada às comunidades quilombolas é a ampliação e qualificação da oferta de educação

básica, contemplando as especificidades da história, vivência, tradições, cultura e a inserção no mundo do trabalho, próprios das populações quilombolas. (SEPPIR, 2012, p. 44).

A partir do princípio de que as comunidades quilombolas possuem dimensões sociais, políticas e culturais significativas, com particularidades no contexto geográfico brasileiro, tanto no que diz respeito à localização, quanto à origem, a SEPPIR (2012) considerou a necessidade de ressaltar e valorizar as especificidades de cada comunidade, no planejamento de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável delas.

Para esse planejamento, também, fez-se necessário dimensionamento das populações quilombolas, que acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), através do Censo realizado em 2010, existiam 210.510 alunos nas escolas localizadas em comunidades quilombolas.

No referido censo, a Região Nordeste concentrava 67,99 % das 1.912 escolas, com 20.514 professores, equivalente a 64,22% da função docente e 67,99% das matrículas de quilombolas nas escolas brasileiras.

O Estado da Bahia, no Censo de 2010, contava com 413 escolas, segundo lugar no ranking nacional, ficando abaixo do Maranhão. Quanto ao número de professores e matrículas, o estado da Bahia se localizava em primeiro lugar do ranking nacional (IBGE, 2010).

Para Cunha (2011) o debate sobre o tema da educação em comunidades quilombolas se sustenta: no plano normativo, em ao menos quatro documentos: 1) Lei Federal nº. 10639/2003; 2) Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada pelo decreto 5.051, de 2004; 3) Plano Nacional de Desenvolvimento de Populações Tradicionais (decreto 6.040, 2007); e, 4) Resolução nº 7 de 2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE).

A garantia do direito de uma educação apropriada às diferenças das populações étnicas tem suporte normativo na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada pelo Decreto 5.051, de 2004 BRASIL, (2004).

O direcionamento para a necessidade de se produzir modalidades de educação, adequadas aos modos de vida das populações tradicionais, é tratado no Plano Nacional de Desenvolvimento de Populações Tradicionais (BRASIL, 2007).

Ainda, no plano normativo, avanços importantes para a educação quilombola são trazidos na Resolução nº 7 de 2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE),

que, segundo Cunha (2011), propõe uma educação diferenciada ao mencionar a necessidade de respeito por parte das escolas que atendem às populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas, para com suas peculiaridades de modos de vida. A Resolução recomenda, ainda, a utilização de pedagogias condizentes com as suas formas próprias de produzir conhecimentos.

Entretanto, a Lei 10.639 de 2003 e seus desdobramentos legais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico raciais, vieram a atender a uma reivindicação de lutas sociais do movimento negro (BRASIL, 2003b). Mas também, vêm somar ao processo de conquista de espaço para o tema da diversidade sociocultural, reivindicado por diversos movimentos sociais.

Esta conquista é materializada em documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em que ganha destaque a inserção dos temas transversais e, entre eles, o da pluralidade cultural.

Ainda, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais (BRASIL, 2003b), a educação escolar quilombola deve ser desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura. Requer pedagogia própria, em respeito à especificidade étnico cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observado os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a educação básica brasileira.

Dessa forma, na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural.

Assim sendo, entende-se que a elaboração de uma proposta escolar quilombola não significa só romper com os conhecimentos escolares tradicionais, mas sim, procurar incorporar a esses conhecimentos a história e a dinâmica das comunidades quilombolas, de modo que os conteúdos escolares estejam ligados a natureza histórica e cultural dessas comunidades, para que tenham relevância e sentido para os alunos quilombolas.

No campo político, é importante lembrar a conquista histórica para as populações negras, no Brasil, com a institucionalização da Lei Federal 10.639/2003, que altera a LDB estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica (BRASIL, 2003b). Permite, assim, a construção de ações e projetos mais contundentes para a valorização da cultura negra brasileira e africana, bem como da educação quilombola.

Dessa forma, a Lei 10.639 de 2003, apesar de não ser específica para quilombos, apresentou a possibilidade de se construir propostas de escolarização para quilombolas. Uma vez que, não se pode falar de história cultura afro brasileira sem abordar a formação dos quilombos.

Além desses apoios normativos, a educação para comunidades quilombolas ganhou a sua primeira proteção política no texto do Programa Brasil Quilombola (PBQ) de 2006 (SEPPPIR, 2015). Segundo Cunha (2011), das oito linhas de Ação do PBQ, duas são relativas à regularização fundiária, duas ao tema do desenvolvimento local e sustentável, e, quatro são relativas à educação.

Conseqüentemente, no PBQ duas das ações dirigidas às comunidades quilombolas são direcionadas para receber apoio, no que concerne à formação de professores de Educação Básica: a) para a distribuição de material didático para o Ensino Fundamental, para ampliação e melhoria da rede física escolar; b) na capacitação de agentes representativos das comunidades.

Finalmente, os avanços elencados, trazidos pelos suportes legal e normativos para a educação quilombola, apontam para uma importante passagem de uma perspectiva exclusivamente voltada ao reconhecimento cultural, para uma perspectiva que integra o objetivo da redistribuição, corrigido pelo reconhecimento de determinadas particularidades de natureza social e cultural.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

2.1 ASPECTOS GERAIS

Esta dissertação analisa avanços e desafios no desenvolvimento da qualidade do ensino da Educação do Campo oferecida pelas Escolas Municipais Quilombola Elgino Nunes de Souza e Emiliano Joaquim Vilaça para a população quilombola do Rio das Rãs.

2.2 DOS OBJETIVOS

Buscando alcançar o objetivo geral de reconhecer os aspectos educacionais na comunidade Quilombola do Rio das Rãs no município de Bom Jesus da Lapa após a promulgação da Constituição de 1988, utilizou-se de pesquisas ao Projeto Político Educacional da Escola Municipal Quilombola Elgino Nunes de Souza, matriz curricular sugerida pela Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa e respostas entrevistas e questionários aplicados a gestores educacionais, educadores e moradores da comunidade.

Para atender o primeiro objetivo específico de identificar os pressupostos teóricos, aplicados na educação da comunidade quilombola, fez-se necessário uma pesquisa bibliográfica do histórico educacional rural brasileiro, sendo enfocadas algumas tentativas de Educação do Campo, com ênfase na Educação Popular de Paulo Freire, Escolas Famílias Agrícolas e Educação Quilombola.

Procurando cumprir este objetivo, utilizou-se de subsídios em dados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), publicações da Fundação Pró Índio, informações da Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa, orientações da Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) e Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo. O arcabouço legal foi consultado na Constituição Federal do Brasil de 1988, Primeira Lei de Diretrizes e bases da Educação, Leis 10.172/2001, 10.639/2003 e Decreto 7.352 de 2010.

Um embasamento teórico foi buscado em obras de Arroyo, Caldart e Molina (2004), Bof e Sampaio (2006), Freire (1979, 1981, 1984, 1986, 2001, 2005, 2007),

Freitag (1980), Leite (2002) Veran (1999), Machado e outros autores (2005), Silva (1998), Souza (1994a, 1994b).

Buscando identificar as políticas públicas direcionadas para a educação, verificar os aspectos físicos, geográficos, históricos e sócio econômicos da comunidade Quilombola do rio das Rãs e o papel das Organizações não Governamentais atuantes na educação para a comunidade Quilombola do Rio das Rãs, além das constatações no local efetuadas pelo pesquisador, utilizou-se de pesquisas ao estatuto da Associação Agropastoril Quilombola do Rio das Rãs, Projeto Político Educacional da Escola Municipal Quilombola Elgino Nunes de Souza, questionários aplicados a gestores educacionais, educadores da comunidade, depoimentos do presidente da Associação Agropastoril do Rio das Rãs, e representante da comunidade quilombola do Rio das Rãs na Câmara Municipal de Bom Jesus da Lapa.

Para a efetivação do trabalho de campo o pesquisador, partindo da cidade de Guanambir realizou seis viagens ao Quilombo do Rio das Rãs. Na primeira utilizou meios rodoviários de 180 Km até a cidade de Bom Jesus da Lapa, localidade em que visitou e colheu informações junto a Secretaria Municipal de Educação e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. De Bom Jesus da Lapa deslocou-se, para o Quilombo do Rio das Rãs pela BA 160, percorrendo 50 Km rodovia em péssimo estado de conservação. As demais viagens foram realizadas percorrendo 100 Km da BR 030 até a entrada da cidade de Iuiu, onde passou a utilizar 70 Km da BA 160, trecho também em péssimo estado de conservação, até chegar à Comunidade Quilombola do Rio das Rãs.

A consolidação do trabalho avaliativo da caracterização da educação formal oferecida para comunidade Quilombola do Rio das Rãs, através de estudo de caso, utilizou dos instrumentos metodológicos de entrevistas e aplicação de questionários sobre a educação na percepção dos gestores educacionais, professores e pais de alunos.

Para entrevistar os gestores educacionais, foram efetuados contatos prévios através de telefone e os encontros foram realizados com cinco dos oitos gestores nas sedes de suas escolas. As perguntas pré-elaboradas versaram sobre dados estatísticos, história da escola, qualidade do ensino, procurando respostas sobre o estímulo da educação do campo através de atividades contextualizadas, grade curricular utilizada, preservação dos costumes e tradições afrobrasileiro, formação

acadêmica, políticas públicas e investimentos realizados na área da educação. As ações das Organização não Governamentais na vida da Comunidade Quilombola também foram questionadas.

A percepção dos professores foi acerca da caracterização da educação na comunidade foi colhida junto a 15 dos 20 profissionais das escolas quilombolas municipais, em etapa própria através de contatos e prévios, distribuição de vinte formulários contendo indagações acerca dos seguintes temas: formação acadêmica, local de residência, integração das atividades curriculares e os eixos norteadores propostos pelas escolas, envolvimento com a educação do campo, realização de trabalhos em grupo de professores com a direção e pais de alunos, encontros pedagógicos, formas de discutir e inserir nas aulas de temas pertinentes a cultura, valores e saberes quilombolas, dificuldades e desafios para desenvolver os conteúdos das disciplinas ligadas à Educação do Campo. Foram devolvidos quinze formulários devidamente respondidos.

Para a percepção da população acerca da educação e condições socioeconômicas, foram entrevistados 177 moradores através de aplicação de questionários contendo blocos de 30 perguntas sobre dados demográficos e econômicos: idade, raça, escolaridade, estado civil, religião, quantidade de filhos, renda das famílias. Os pontos fortes e fracos da comunidade, interesses das crianças para com os estudos, aproveitamento, dificuldades e frequência dos filhos nas escolas, infraestrutura e serviços básicos oferecidos na comunidade.

Os dados coletados nos questionários aplicados em pesquisa de campo foram tabulados através da utilização do Epi info, software de domínio público criado pelo Centro para Controle e Prevenção de Doenças (CDC) do governo dos Estados Unidos que visa atender a uma necessidade emergente em todo o planeta: o gerenciamento e a análise de bancos de informações individualizados e em constante renovação. O Epi Info reúne aplicações de banco de dados: criação, entrada e processamento, análise estatísticas, geração de tabelas e gráficos.

A educação no espaço informal foi pesquisada através de entrevista ao gestor principal do Centro Cultural Moisés Cândido da Silva, associação recreativa cultural, que tem como principal objetivo manter a cultura afro brasileira entre os moradores região do Rio das Rãs.

2.3 DAS QUESTÕES NORTEADORAS

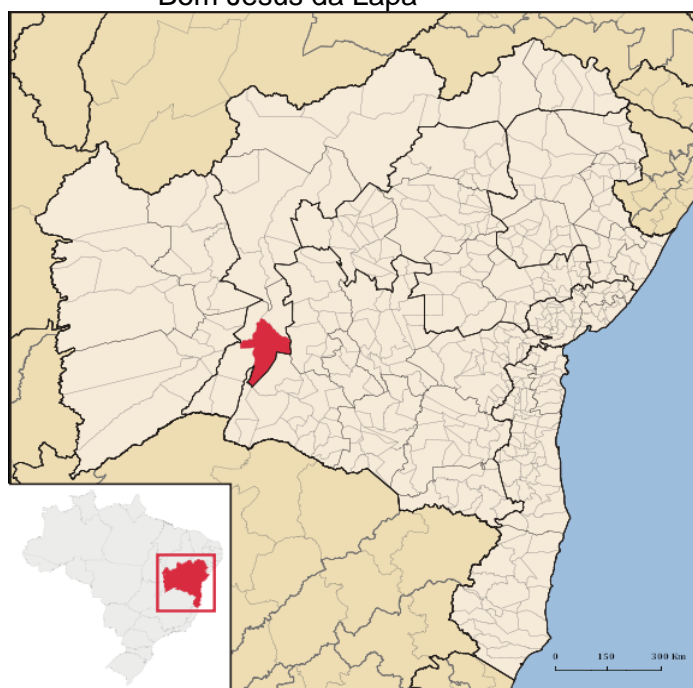
O estudo de pesquisa desenvolve-se procurando respostas às questões norteadoras que dão base ao tema, da seguinte forma: Quais são os pressupostos teóricos metodológicos aplicados na educação da comunidade quilombola? Quais são as políticas públicas direcionadas para a Educação do Campo. Quais os aspectos físicos, geográficos, históricos e sócioeconômicos da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs e qual o papel das Organizações não Governamentais desempenhado na educação na comunidade Quilombola do Rio das Rãs.

CAPÍTULO III - ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO

3.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS E HUMANOS.

A presente pesquisa de campo foi efetuada na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, localizada no município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, destacado na Figura 1

Figura 1 – Mapa do Estado da Bahia - Localização do Município de Bom Jesus da Lapa



Fonte: IBGE (2013, p.3).

Para apresentar o município de Bom Jesus da Lapa, faz-se necessário o conhecimento de alguns dos seus principais aspectos físicos, humanos e econômicos.

Bom Jesus da Lapa tem a origem de seu nome na Lapa do Morro, onde o português Francisco Mendonça do Mar em 1681, após percorrer uma região semiárida da Bahia, instalou a imagem de Bom Jesus Crucificado (BOM JESUS DA LAPA NOTÍCIAS, 2013).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013) registra o município de Bom Jesus da Lapa com sua população de 68.922, estimada em 2013. De acordo com o sítio Bom Jesus da Lapa Notícias (2013) o município, localizado em destaque no mapa do Estado da Bahia, fica distante 796 km da capital

estadual. Possui uma área de 4.200 km² e é banhado pelo rio São Francisco. Suas atividades econômicas estão baseadas na agricultura, comércio, turismo e pesca. O turismo religioso constitui na principal atividade econômica, mesmo estando a cidade localizada às margens do Rio São Francisco, com grande potencial hídrico para a prática da agricultura irrigada.

Dessa forma, a exemplo de Salvador, segundo Uzeda (2002, p. 609) “a condição de cidade não industrial teve efeitos sobre o comportamento social e político dos habitantes.” Uma vez que, a cidade de Bom Jesus da Lapa concentra no mês de agosto uma das maiores festas religiosas da Igreja Católica do Brasil. A procissão ou romaria do Bom Jesus, atrai milhares de fiéis todos os anos.

Tabela 1 – Bom Jesus da Lapa - Indicadores Demográficos e Sociais

INDICADORES DEMOGRÁFICOS	Bom Jesus da Lapa	Bahia	Brasil
População total ⁽¹⁾	68.922	15.126.371	201.032.714
Densidade demográfica ⁽¹⁾	13,15	24,46	23,65
Grau de Urbanização ⁽¹⁾	67,86	69,48	84,31
Taxa de analfabetismo da população (15 anos ou mais) ⁽¹⁾	24,1	16,6	9,6
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ⁽²⁾	0,633	0,660	0,757

Fontes: (1) IBGE (2013) e (2) PNUD (2013).

Os dados consignados na Tabela 1 destacam o município de Bom Jesus da Lapa com IDH compatível com o observado para o Estado da Bahia, porém a taxa de analfabetismo superior. Em 2010 a taxa de analfabetismo para a população acima de 15 anos fica superior à do Estado da Bahia em 7,5 pontos e bastante superior, 14,5 pontos, quando comparada com o universo brasileiro.

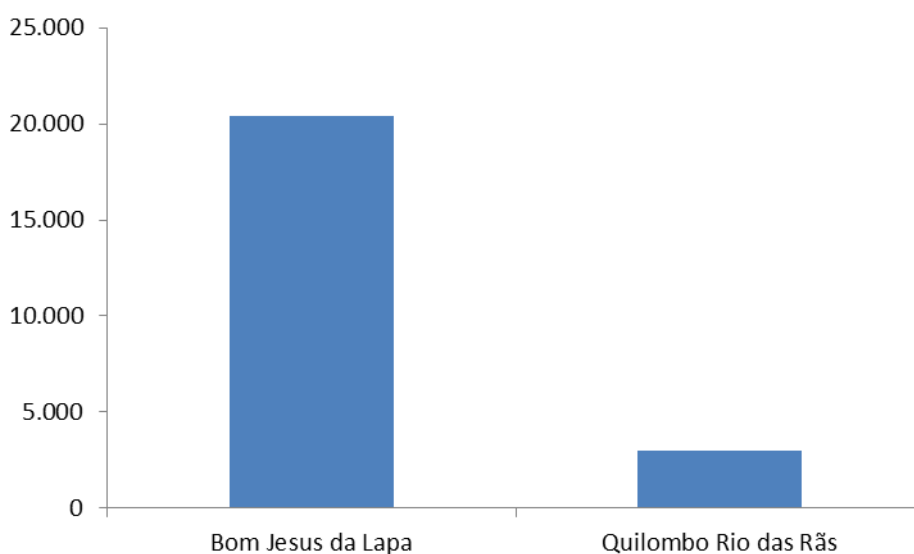
De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, 19% da população brasileira encontra-se no campo (IBGE, 2010). Esses números revelam uma alta taxa de urbanização do Brasil (81%). Em Bom Jesus da Lapa, estes números apresentam uma diferença de 11,93 pontos a mais na zona rural, evidenciando uma tendência de parcela da população (31%) em permanecer no campo.

O IBGE (2010) registra, no ano de 2010, a população no município de Bom Jesus da Lapa de 63.480 habitantes, dos quais 20.400 na zona rural. A Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, objeto do presente trabalho de dissertação,

exclusivamente rural, de acordo com levantamentos feitos pela Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa, contava com 3.000 habitantes, representando 14,70% da população rural (Gráfico 4).

De acordo com a Comissão Pró-Índio (NÉSPOLI, 2013), a Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, fica situada no município de Bom Jesus da Lapa, entre o rio São Francisco e o rio das Rãs, seu território foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares (FCP), no ano de 2000. Titulado, provisoriamente, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no mesmo ano, com a doação de 37 mil hectares de terra. De acordo com Silva (1988) por diversos pontos da área, doada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA), as famílias da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs se distribuem em localidades conhecidas como Brasileira, Capão do Cedro, Enxu (ou Exu), Riacho Seco, Mucambo, Pau Preto, Retiro, Corta Pé e Rio das Rãs.

Gráfico 4 - Bom Jesus da Lapa e Quilombo Rio das Rãs - População Rural



Fontes: IBGE (2010); Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa (2013).

A região do Médio São Francisco, no Estado da Bahia, onde se encontra essa comunidade, passou a ser ocupada a partir do século XVI. Entre os séculos XVII e XVIII, conforme Veran (1999), experimentou-se um período de prosperidade devido a sua localização entre a rota canavieira nordestina e mineradora, principalmente com a criação de gado. Depois, de acordo com a Comissão Pró-Índio de São Paulo, vivenciou-se quase cem anos de dificuldades, em função da decadência da atividade pecuária. Nesse período, permaneceram na região quase que exclusivamente negros e índios aquilombados (NÉSPOLI, 2013, p. 46).

De acordo com Silva (1998), pesquisas etnográficas recentes realizadas em algumas das muitas comunidades negras rurais, apontam a recorrência de certos aspectos na história destes grupos. O primeiro aspecto destacado é que, até certo estágio das suas histórias, essas populações não tinham a preocupação de legalizar as terras que ocupavam, pois não as tinham como ainda não as têm, enquanto bens mercantis. Fato que se estende até os dias atuais. Inclusive, com os componentes da Comunidade Quilombola do Rio ds Rãs, que desde seus primeiros ocupantes até a exploração das terras por fazendeiros, jamais tiveram preocupações em legalizar as áreas exploradas. O segundo tem a ver com o fato de que, como na maior parte das áreas camponesas clássicas, o uso da terra não obedece a padrões de parcelamento. As atividades agrícola, pecuária, pesqueira e extrativista são articuladas e exploradas sazonalmente, com evidente preocupação em manter o meio ambiente equilibrado. Terceiro, ao contrário do que estudiosos do tema costumavam afirmar, as comunidades negras rurais não são grupos que se isolaram da sociedade envolvente.

Os quilombolas do Rio das Rãs mantém forte relacionamento social e comercial com os membros do Assentamento Batalha, também localizado no município de Bom Jesus da Lapa. O quarto aspecto registra os laços de parentesco, consanguíneos ou por afinidade são a base da organização social. É importante notar que, na comunidade do Rio das Rãs, de acordo com o Artigo 6º do estatuto da Associação Agropastoril Quilombola Rio das Rãs, somente podem ingressar na Associação pessoas nascidas e que residam da localidade.

Finalmente, as histórias desses grupos, majoritariamente negros, são reconstruídas a partir de narrativas orais.

Souza (1994b, p. 5) constatou em suas investigações que a denominação “quilombo” não é do vocabulário do Vale do São Francisco, que resultou:

A referida expressão significa um negro que teria feito alguma coisa errada e, por isto estaria escondido; alguém que fugiu e se escondeu, no mato, num lugar ermo e difícil. No Nordeste, ‘mucambo’ designa também, segundo Aurélio Buarque, o lugar onde o gado ficou perdido ou o próprio gado escondido, na catinga, numa moita esquisita. (SOUZA, 1994b, p.5).

Entretanto, para Veran (1999, p. 295).

As populações ribeirinhas usavam a palavra ‘mucambo’ para designar “negros aquilombados”. Dessa forma utilizavam a palavra para identificar o local de esconderijo dos negros fugitivos, que

posteriormente passou a ser conhecida como quilombos. (VERAN, 1999, p. 295).

Os mucambos de negros, no sertão da Bahia, eram uma autêntica organização de guerrilha para lutar contra a escravidão. “Eram grandes povoados, onde viviam, como irmãos, às ordens de um chefe a que obedeciam cegamente”, (SOUZA, 1994b, p. 23), dentro de um pensamento que os movia para a libertação da escravidão, a defesa da raça, da sua cultura e a resistência contra senhores de escravos.

Para Silva (1998) é enquanto ocupante de um território que o grupo se reproduz cultural, política e simbolicamente como organização distinta no meio rural. Essa afirmativa particulariza para as comunidades negras rurais o processo, através do qual, elas tomaram posse da área que hoje habitam. Elemento fundamental para se entender a formação do grupo, sobretudo as suas estratégias de preservação no espaço territorial.

Os relatos que trazem a história de Rio das Rãs são confusos. Dentro de um contexto sócio histórico, contém muitas incoerências e contradições.

No caso específico do Rio das Rãs, a história confusa e muitas vezes contraditória que os arquivos revelam é aquela que fala de certa propriedade cujos princípios jurídicos e contornos físicos só serão efetivamente definidos na segunda metade do século XX. (VERAN, 1999, p.168).

Concorda-se com a citação, uma vez que, por estar estreitamente ligada à estrutura fundiária das grandes sesmarias do Estado da Bahia, os registros se confundem com outros de momentos históricos, que, muitas vezes, não correspondem a realidade.

Com a instituição da Lei de Terras, em 1850, grileiros, posseiros e supostos donos de terras buscaram obter ou regularizar títulos de propriedade, sem levar em conta os direitos da população, que, historicamente, ocupava a região. De acordo com Souza (1994a), foi nesse processo que, no final do século XIX, o coronel Deoclesiano Teixeira estabeleceu o controle sobre as terras dos quilombolas do Rio das Rãs.

Segundo relata Rodrigues (2013, informação verbal)², liderança comunitária, seus antepassados entraram em acordo com o coronel e, na prática, os

² RODRIGUES, Simplicio Arcanjo. Ex-presidente da Associação Agropastoril Quilombola do Rio das Rãs, agosto de 2013.

comunitários tornaram-se agregados, trabalhando para ele como vaquejadores. Esse arranjo só viria a se modificar na segunda metade do século seguinte.

De acordo com a Comissão Pró-Índio (NÉSPOLI, 2013) passado quase um século de relativa calmaria na região, a Comunidade Quilombola do Rio das Rãs se defronta com novas ameaças.

No início da década de 1970, novos conflitos se iniciaram na região. A violência foi intensa. Muitos quilombolas foram expulsos, além de algumas localidades acabarem se extinguindo. No início da década de 1980, a compra dessas terras pelo Grupo Bial-Bonfim Indústria Algodoeira agravou ainda mais essa situação de conflito.

Ainda, em seu depoimento, uma liderança comunitária, relata as dificuldades encontradas pela comunidade para a conquista das terras, que vinham sendo ocupadas por séculos:

Nos idos de 1980, o Grupo Bial-Bonfim Algodoeira Ltda., adquiriu as terras da família Espínola Teixeira e passaram a explorá-la em atividades pecuárias, reservando aos moradores da região uma área de 4.000 hectares, como pagamento de seus direitos sobre referidas terras. Inicialmente, através de documentos de doação, concedeu a 80 famílias, lotes de 20 hectares de terras de sequeiro.

Assim sendo, os 4.000 hectares de terras prometidas seriam suficientes para o assentamento de 200 famílias em pequenos lotes de 20 hectares cada. E o restante dos moradores, aproximadamente 150 famílias, ficariam sem terras para trabalhar e manter suas famílias.

Diante da triste realidade, 150 famílias de trabalhadores rurais da região sem terras para trabalhar iniciaram a luta para aquisição pacífica, através da fixação nas áreas já ocupadas. Procuraram apoio na Pastoral da Terra da Diocese de Bom Jesus da Lapa e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa, além de lideranças locais e políticos regionais.

Nas primeiras reuniões com o Sindicato e a Pastoral da Terra, os moradores das margens do Rio das Rãs nos municípios de Bom Jesus da Lapa, tiveram a consciência de que eram remanescentes de quilombos e tinham o direito às terras ocupadas e trabalhadas por mais de um século, fortalecendo assim as lutas pelas terras, com o apoio da Igreja Católica e dos movimentos sociais recém-instalados na região. (RODRIGUES, 2013, informação verbal)³.

Ainda, sobre a luta para a conquista da terra, especialmente acerca da violência dos proprietários, o líder comunitário e presidente, durante seis anos, da Associação Agropastoril Quilombola do Rio das Rãs registra que “não ocorreram

³ RODRIGUES, Simplicio Arcanjo. Ex-presidente da Associação Agropastoril Quilombola do Rio das Rãs, agosto de 2013.

confrontos diretos entre moradores e proprietários das terras do Rio das Rãs, porém teve a lamentável ocorrência da morte de três crianças “por envenenamento de aguadas próximas de suas residências.” (RODRIGUES, 2013, informação verbal).

De acordo com a Comissão Pró-Índio, nessa luta, os quilombolas contaram com diversos aliados como o Ministério Público Federal, o Movimento Negro Unificado e a Comissão Pastoral da Terra (NÉSPOLI, 2013). A comunidade saiu vitoriosa e conseguiu, em 2000, o título de sua terra e se tornaram exemplo de luta e estímulo para outras comunidade quilombolas da Bahia e do Brasil.

Segundo Souza (1994b) o Rio das Rãs é um dos afluentes do São Francisco, e, que ao ingressar na área quilombola, provoca uma revitalização das terras, principalmente no período de cheias do rio principal, quando recebe um volume maior de águas. Formando assim, várias lagoas dentro da área da fazenda Rio das Rãs. Estas cheias têm um significado fundamental para a sobrevivência dos moradores por fertilizar as terras ribeirinhas e possibilitar a criação de gado, o cultivo de mandioca, da melancia, do milho, do feijão, da manga e de hortaliças. Além de permitir cultivos em dois períodos distintos – o cultivo do lameiro – nas terras férteis do rio, na vazante – e, o de sequeiro, durante as chuvas ou invernada, como é denominada pelos habitantes da região.

De acordo com o Estatuto da Associação Agropastoril Quilombola do Rio das Rãs (AAQRR), registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Bom Jesus da Lapa (Anexo A), para regular e incentivar as atividades agropecuária da comunidade, foi criada a referida Associação. Conforme o Artigo 3º do mencionado estatuto, tem como finalidade representar os remanescentes de quilombo, residentes nas localidades do Riacho Seco, Capão do Cedro, Exu, Bom Retiro, Brasileira, Rio das Rãs, às margens do Rio das Rãs e São Francisco, bem como preservar a sua identidade cultural de comunidade negra rural.

Ainda, conforme o Estatuto da AAQRR (Anexo A), Título II do Capítulo I, que trata da admissão, ficou estabelecido que somente pode ingressar na associação e ter direito de explorar a suas terras, as pessoas nascidas e que residam nas localidades Riacho Seco, Capão do Cedro, Exu, Bom Retiro, Brasileira e Rio das Rãs. Podem, também, receber pessoas que abandonaram as terras ou foram pressionadas a sair das localidades mencionadas, desde que haja aprovação da assembleia geral da Associação. Assim sendo, as condições de acesso e exploração das terras impostas pelo Estatuto criam uma espécie de segurança

contra estranhos. Permitem, também, manter a integridade do grupo como comunidade remanescente de quilombo.

Segundo Andrade (2013, informação verbal)⁴ a instituição é o órgão encarregado promover o desenvolvimento econômico e social, de caráter coletivo. Através de melhoria, preservação, exploração e fortalecimento da criação de cerca de 7.000 bovinos e das atividades agrícolas e pesqueira. Na defesa do território ocupado pela comunidade, originária de quilombo, em cujo espaço físico exerce o seu modo de viver, fazer e criar.

Ainda, de acordo com o Estatuto da AAQRR (ANEXO A), nos Títulos VI e VII do Artigo 4º, ficam consignadas as preocupações em recuperar o calendário de manifestações religiosas, de datas históricas, das lutas quilombolas. Bem como, preservar e respeitar as manifestações religiosas, tais como: juremas, caboclos, reis, divinos e outros, deixando evidente a preocupação da comunidade em manter e revitalizar os costumes e tradições da raça negra.

3.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.

A orientação dos objetivos específicos desta dissertação desenvolve-se pela análise e apresentação da realidade física, socioeconômica da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, enfocando a escola do meio rural.

Para Andrade (2013, informação verbal) as residências, casas simples (Figura 2), são compostas de 2 dormitórios, 1 cozinha, 1 sala e 1 banheiro, as quais foram construídas em regime de mutirões e com financiamentos efetuados pelo INCRA, na base de R\$ 5.000,00 cada (valores referentes ao ano 2003). Estão edificadas em blocos, com piso de cimento e cobertas com telhas, mantendo uma distância entre 30 a 100 metros de uma para outra.

É interessante notar que para Weber (1999) as cidades podem ser conceituadas de formas diversas. Os conceitos referem-se a um assentamento fechado (pelo menos relativamente, um povoado e não uma ou várias moradias isoladas. Ao contrário, nas cidades (mas apenas nestas) costumam-se as casas encontrarem-se muito perto uma das outras. Dessa forma, a comunidade Quilombola do Rio das Rãs não se caracteriza como cidade.

⁴ ANDRADE, Manoel. Presidente da Associação Agropastoril Quilombola do Rio das Rãs. Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, agosto de 2013.

Ainda de acordo com Andrade (2013, informação verbal) os longos espaços entre as casas, foi uma das soluções encontradas pelos quilombolas para ocuparem fisicamente uma maior parte de terras, demonstrando maior robustez do grupo.

Figura 2 - Casa típica da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs



Fonte: Acervo pessoal do autor desta dissertação (agosto 2013).

Segundo Silva (2013, informação verbal)⁵ a energia elétrica disponível em todos domicílios e para a iluminação das ruas foi instalada, inicialmente, pelo governo do Estado da Bahia, através da Companhia de Eletricidade da Bahia (COELBA).

De acordo com Silva (2013, informação verbal) água para abastecimento humano, para cerca de 95% das residências foi instalado com recursos do INCRA. É composto de poços artesianos e reservatórios (Figura 3), fornecendo água não tratada e salobra. A água doce é captada das chuvas e estocada em cisternas, porém são insuficientes para o consumo durante todo o ano. No período de seca a água é fornecida por caminhões pipas e estocadas em tonéis.

⁵ SILVA, Davi Arcanjo Pereira. (Davi do Quilombo). Vereador representante da comunidade na Câmara Municipal de Bom Jesus da Lapa, agosto de 2013.

Figura 3 - Reservatório de Águas do Quilombo Rio das Rãs



Fonte: Acervo pessoal do autor desta dissertação (agosto 2013).

O sinal de TV é captado por antenas parabólicas na maioria das residências. O sinal de telefonia celular da operadora TIM atende precariamente à comunidade. O acesso à internet é disponível para a comunidade, por empresa da cidade de Guanambi, que oferece o serviço por meio de antenas. Ainda de acordo com Silva (2013, informação verbal), existe, atualmente, 20 usuários que pagam mensalidade de R\$50,00 para disporem do referido serviço.

Através de suas visitas, o pesquisador constatou que a comunidade é servida pela estrada estadual, BA 160, em péssimo estado de conservação, cujo revestimento asfáltico foi ou está sendo removido. O percurso de 60 Km para a cidade de Bom Jesus da Lapa é realizado em cerca de 2 horas.

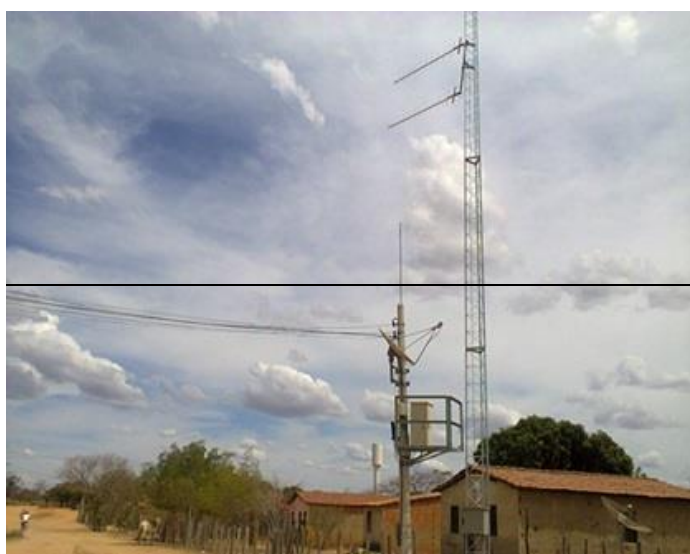
De acordo com Silva (2013, informação verbal) o serviço de transporte público é explorado por empresa particular que oferece ônibus em 01 linha diária, de ida e volta, para a cidade de Bom Jesus da Lapa, em estrada de péssima qualidade.

Segundo informações de Andrade (2013, informação verbal)⁶ constatou-se uma condição atípica, a inexistência de templos da Igreja Católica ou tradicionais Terreiros para a prática das seitas importadas da África. Existe uma “mesa branca”, para prática do Espiritismo (Kardecista).

⁶ ANDRADE, Manoel. Presidente da Associação Agropastoril Quilombola do Rio das Rãs. Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, agosto de 2013.

De acordo com Cândido (2013, informação verbal)⁷ para as práticas religiosas na comunidade de Enxu, inicialmente se destacava o Centro Afro da Jurema, liderado pelo senhor Andreino Francisco Xavier, curador e mestre de Orixá, que fazia uso de plantas medicinais para efetuar curas de doenças do moradores da região. Hoje, essas funções são exercidas pelo curador Osvaldo de Inês, em sua residência.

Figura 4 - Instalações da Antena de Celular do Quilombo Rio das Rãs



Fonte: Acervo pessoal do autor desta dissertação (agosto 2013).

⁷ CÂNDIDO, Moisés da Silva. Vice-Diretor da Escola Emiliano Joaquim Vilaça, agosto de 2013.

CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO

4.1 ESPAÇO ESCOLAR FORMAL

Seguindo a metodologia proposta para verificar a percepção dos gestores educacionais sobre a caracterização da educação oferecida na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, em entrevista efetuada com Vieira (2013, informação verbal)⁸, foi informado que a comunidade do Rio das Rãs dispõe de duas escolas para o Ensino Fundamental e Médio: Escola Municipal Quilombola Emiliano Joaquim Vilaça, (Figura 5), e, Escola Elgino Nunes de Souza, em cujo espaço físico funciona o Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC). As informações da Diretora Vieceira foram confirmadas pelo pesquisador, quando das visitas realizadas em agosto de 2013.

Figura 5 - Escola Municipal Quilombola Emiliano Joaquim Vilaça



Fonte: Acervo pessoal do autor desta dissertação (agosto 2013).

Conforme constatado pelo pesquisador em agosto 2013, as condições reais de funcionamento das escolas, em termos de infraestrutura física, de recursos humanos para as práticas pedagógicas e materiais para alimentação escolar são suficientes para as demandas que se apresentam na comunidade.

As áreas para realização da alimentação escolar encontram-se organizadas nas duas escolas. Entende-se como um dos espaços necessários, principalmente

⁸ VIEIRA, Juvenice C. Diretora do Colégio Elgino José de Souza, agosto de 2013.

nas escolas do campo, devido à permanência de alunos em contraturnos e a realização das refeições dos intervalos de aula. A merenda escolar é distribuída para 100% dos alunos.

A existência de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) garantem serviços terceirizados de transporte escolar de qualidade para estudantes quilombolas, atendidos pela rede de ensino municipal.

Figura 6 - Ônibus Escolar Quilombola



Fonte: Acervo pessoal do autor desta dissertação (agosto 2013).

Os investimentos na estrutura física das escolas da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs ocorreram em maior proporção nos anos de 2009 e 2010. Embora não apresentassem documentos dos serviços realizados, tais como recibos e notas fiscais, as informações acerca dos investimentos foram apresentadas pelas diretoras das duas escolas da comunidade. Esses dados foram confirmados pelo Presidente da Associação Agropastoril Quilombola Rio das Rãs (ANDRADE, 2013, informação verbal)⁹ e pelo Vereador representante dos quilombolas na Câmara Municipal de Bom Jesus da Lapa (SILVA, 2013, informação verbal)¹⁰.

De acordo com o Cunha (2013)¹¹, a Escola Municipal Quilombola Emiliano Joaquim Vilaça (Figura 10), foi inaugurada em 2010, com o objetivo de ampliar a oferta de vagas do ensino fundamental na comunidade. Conta, em sua estrutura, com diretor, vice diretor, coordenador, secretário e 10 professores que trabalham 40 horas semanais.

⁹ ANDRADE, Manoel. Presidente da Associação Agropastoril Quilombola do Rio das Rãs. Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, agosto de 2013.

¹⁰ SILVA, Davi Arcanjo Pereira. (Davi do Quilombo). Vereador representante da comunidade na Câmara Municipal de Bom Jesus da Lapa, agosto de 2013.

¹¹ CUNHA, João Carlos Pinto da. Coordenador da Escola Municipal Quilombola Emiliano Joaquim Vilaça. Rãs, agosto de 2013.

Ainda, de acordo com o coordenador na estrutura física existem sete salas de aula, pátio amplo e parcialmente coberto, salas de informática, leitura e vídeos. Além das dependências exclusivas para diretores, coordenadores, professores e secretária (informação verbal).

Figura 7 - Placa de Inauguração da Escola Municipal Quilombola Emiliano Joaquim Vilaça



Fonte: Acervo pessoal do autor desta dissertação (agosto 2013).

Vale registrar que na sala de informática, foi constatado pelo pesquisador a existência de quatro computadores na escola, em funcionamento, porém sem conexão de internet, para uso de diretores, coordenadores, secretária e professores.

Segundo Vieira (2013, informação verbal)¹² e Purificação (2013, informação verbal)¹³ os professores fazem parte do Colegiado Escolar, que se reúne ao fim da cada unidade. Os alunos não têm qualquer entidade representativa. Os pais e a comunidade são representados nas reuniões de Pais e Mestres, que ocorrem trimestralmente.

No período de 2010 a 2013, verificou-se uma redução nas matrículas anuais, conforme Tabela 2, atribuída pela direção, pelo fato de, inicialmente, atrair alunos por se tratar de estabelecimento novo e, posteriormente, perder jovens acima de 16 anos para os trabalhos de corte de cana de açúcar, em Minas Gerais e em São Paulo.

¹² VIEIRA, Juvenice C. Diretora do Colégio Elgino José de Souza, agosto de 2013.

¹³ PURIFICAÇÃO, Rita Ferreira. Diretoras dos colégios Emiliano Joaquim Vilaça, agosto de 2013.

Tabela 2 - Matrículas realizadas na Escola Municipal Emiliano Joaquim Vilaça no período de 2010 a 2013

Anos	2010	2011	2012	2013
Quantidade	262	241	245	216

Fonte: Arquivos da Escola Municipal Quilombola Emiliano Joaquim Vilaça (2013).

Segundo Purificação (2013, informação verbal)¹⁴ no Colégio Elgino Nunes de Souza, foram realizadas melhorias de sua rede física, com a ampliação da cozinha, banheiros, laboratório de informática. Também, criação de biblioteca e aquisição de material de apoio pedagógico. Com a instalação e funcionamento do Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC) (Figura 8), foi possível a oferta de 60 vagas para o ensino médio.

O EMITEC é um programa estruturante da Secretaria da Educação da Bahia que faz uso de uma rede de serviços de comunicação multimídia que integra dados, voz e imagem. Para a diretora da Escola Elgino Nunes de Souza, o EMITEC se constitui uma alternativa pedagógica para atender jovens e adultos que residem em localidades distantes, ou de difícil acesso, em relação a centros de ensino-aprendizagem, onde não há oferta do Ensino Médio.

Ainda de acordo com Purificação (2013, informação verbal) muito embora o Programa constitui-se de uma modalidade de educação à distância, na qual os conteúdos são veiculados por meio de uma moderna plataforma de telecomunicações, não tem atendido as expectativas dos jovens da comunidade que concluem o ensino fundamental que demonstram preferência por um curso de Técnicas Agrícolas.

¹⁴ PURIFICAÇÃO, Rita Ferreira. Diretoras dos colégios Emiliano Joaquim Vilaça, agosto de 2013.

Figura 8 – Sala de Aula do EMITEC



Fonte: Acervo pessoal do autor desta dissertação (agosto 2013).

A matriz curricular (Quadro 1), utilizada na escola Municipal Elgino Nunes de Souza, em comum acordo com a Escola Municipal Quilombola Emiliano Joaquim Vilaça, foi sugerida pela Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa.

Segundo Vieira (2013, informação verbal)¹⁵ e Purificação (2013, informação verbal)¹⁶, seguindo orientação da Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa as escolas da comunidade fizeram inserção na matriz curricular de temas que sejam comuns à cultura, educação, valores e saberes quilombolas. Essa matriz contempla: terra, territorialidade, identidade, religiosidades, organização comunitária, dentre outros.

Dessa forma, as Escolas Quilombolas do Rio das Rãs, orientadas pela Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa, tiveram seus currículos adaptados aos normativos do Ministério da Educação:

Uma concepção de conhecimento para quilombola significa pensar em um a formação curricular onde o saber instituído e o saber vivido sejam contemplados, provocando uma ruptura em um fazer pedagógico em que o currículo é visto enquanto grade hierarquicamente organizado com conteúdos. (MEC, 2006, p. 152).

¹⁵ VIEIRA, Juvenice C. Diretora do Colégio Elgino José de Souza, agosto de 2013.

¹⁶ PURIFICAÇÃO, Rita Ferreira. Diretoras dos colégios Emiliano Joaquim Vilaça, agosto de 2013.

Quadro 1 - Matriz Curricular utilizada na Escola Municipal Elgino Nunes de Souza e na Escola Municipal Quilombola Emiliano Joaquim Vilaça

Secretaria Municipal de Educação do Município de Bom Jesus da Lapa Matriz Curricular - Ensino Fundamental Escola Municipal Elgino Nunes de Souza Escola Municipal Quilombola Emiliano Joaquim Vilaça
I – BASE NACIONAL COMUM
Português
Matemática
Geografia
História
Ciências
Artes
Educação Física
Educação Religiosa
II – PARTE DIVERSIFICADA
Eixo Temático 1 – Meio Ambiente Foco Recursos Naturais
Eixo Temático 2 – Ciência e Tecnologia Foco: Leitura e Rótulos e Alimentos
Eixo Temático 3 – Identidade E Cultura* Foco: Território, memória, história e identidade.
Eixo Temático 4 – Linguagem e Comunicação Foco: Língua Estrangeira Moderna
Eixo Temático 5 – Cidadania Foco: Consumo e Cidadania
III – ESTUDOS TRANSVERSAIS
Temática: Lei 11.645/2006 – Educação das Ralações Étnico-raciais
Temática: Lei 9.795/1999 – Educação Ambiental no Sistema Educacional
Temática: Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa (2013).

Na parte diversificada os docentes serão destinados a observarem os Eixos Temáticos e os focos sobre os quais serão materializadas as atividades didáticas

A outra Instituição de Ensino da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, Escola Municipal Elgino Nunes de Souza está em funcionamento há mais de 10 anos, com um público atual de 300 alunos. Em sua estrutura organizacional conta com diretora, vice-diretora, secretária, dez professores e dois monitores do EMITEC, todos trabalhando 40 horas semanais, dos quais sete professores são residentes na comunidade.

Possui Projeto Político Pedagógico que foi elaborado na perspectiva de desenvolver o trabalho pedagógico, orientado na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e no respeito à diversidade, pluralidade e ética cultural. O objetivo principal é: “Oferecer educação de qualidade, que apure o senso crítico dos alunos, ampliando

os conhecimentos que lhe forem transmitidos e os divulguem futuramente, continuando o processo do saber.” (ESCOLA MUNICIPAL ELGINO NUNES DE SOUZA, 2013).

Em sua estrutura física existem seis salas de aulas, salas para direção, secretaria, informática e leitura. As duas últimas, são utilizadas como salas de aulas em função da pequena quantidade de livros e da falta de acesso à internet, para o uso pleno de dois computadores existentes.

Segundo informação de Santana (2013)¹⁷ as matrículas do ensino fundamental e médio apresentaram decréscimo do ano de 2011 para o ano de 2013 (informação verbal). Conforme a direção da escola, essa redução ocorreu em função do abandono das aulas pelos alunos acima de 16 anos, para trabalharem no corte de cana de açúcar em Minas Gerais e em São Paulo.

As informações acerca das migrações de jovens da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs para os trabalhos de corte de cana-de-açúcar, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, foram confirmadas junto ao Presidente da Associação Agropastoril Quilombola Rio das Rãs (ANDRADE, 2013, informação verbal)¹⁸ e pelo Vereador representante da comunidade quilombola na Câmara Municipal de Bom Jesus da Lapa (SILVA, 2013, informação verbal)¹⁹.

Tabela 3 - Matrículas - Escola Municipal Elgino Nunes de Souza no período de 2011 a 2013

Anos	2011	2012	2013
Quantidade	300	294	270

Fonte: Escola Municipal Elgino Nunes de Souza (2013).

Para Vieira (2013, informação verbal)²⁰ a baixa renovação de matrículas e o baixo índice de efetivação de novas matrículas, principalmente na Escola Elgino José, que em 2013 teve uma redução de 10%, comparando com o ano de 2011. De 300 para 270 alunos no ano 2013, conforme demonstrado na Tabela 3. Essa situação tem trazido preocupações para a direção e coordenação das escolas, uma vez que podem retratar ineficiência dessas instituições na comunidade, bem como a

¹⁷ Santana, Andréia Batista, Secretária do Colégio Elgino Nunes de Souza.

¹⁸ ANDRADE, Manoel. Presidente da Associação Agropastoril Quilombola do Rio das Rãs. Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, agosto de 2013.

¹⁹ SILVA, Davi Arcanjo Pereira. (Davi do Quilombo). Vereador representante da comunidade na Câmara Municipal de Bom Jesus da Lapa, agosto de 2013.

²⁰ VIEIRA, Juvenice C. Diretora do Colégio Elgino José de Souza, agosto de 2013.

perduração dos problemas socioeconômicos, que levam ao desinteresse do aluno e da família, com relação à educação, oferecida para a comunidade.

Para Andrade (2013, informação verbal)²¹, Vieira (2013, informação verbal)²² e Silva (2013, informação verbal)²³ a evasão das escolas da Comunidade decorre da desistência dos estudos para a procura de trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar em Minas Gerais e São Paulo. Mesmo se caracterizando como migração para as grandes cidades brasileiras, é importante salientar que Castells (1983), registra que o fenômeno essencial, que determina o crescimento urbano é o das migrações. A fuga para as cidades é um fenômeno muito mais decorrente de uma decomposição da sociedade rural, do que como expressão do dinamismo da sociedade urbana.

4.2 A EDUCAÇÃO NO ESPAÇO INFORMAL

Para a SEPPIR (2012) o objetivo da política de educação voltada às comunidades quilombolas é a ampliação e qualificação da oferta de educação básica, contemplando as especificidades da história, vivência, tradições, cultura e a inserção no mundo do trabalho, próprios das populações quilombolas.

Nessa linha de pensamento Cândido (2013, informação verbal)²⁴ a Educação no Quilombola deve abranger, além da escola, ações que devem estar interligadas e presentes nos movimentos sociais, e, na organização do povo, para a realização de atividades significativas da população do campo.

Como exemplo o Cândido (2013, informação verbal) cita o projeto Jovens Artistas que trabalha com jovens que desejem desenvolver seus conhecimentos em teatro, música e construção de textos dramáticos, pesquisa e montagem teatral.

Também, de acordo com Cândido (2013, informação verbal) existem as bandas de música que realizam um trabalho de resgate e popularização da música afro e o ensino da mesma, através da transmissão de conhecimentos musicais, com fins socioeducativos e socioculturais.

²¹ ANDRADE, Manoel. Presidente da Associação Agropastoril Quilombola do Rio das Rãs. Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, agosto de 2013.

²² VIEIRA, Juvenice C. Diretora do Colégio Elgino José de Souza, agosto de 2013.

²³ SILVA, Davi Arcanjo Pereira. (Davi do Quilombo). Vereador representante da comunidade na Câmara Municipal de Bom Jesus da Lapa, agosto de 2013.

²⁴ CÂNDIDO, Moisés da Silva. Vice-Diretor da Escola Emiliano Joaquim Vilaça, agosto de 2013.

Para tanto, na Comunidade Quilombola Rio das Rãs existe o Projeto Cultural Moisés da Silva Cândido, assim conceituado:

O projeto tem como objetivo não deixar a cultura dos nossos antepassados acabar, por isso trabalhamos com crianças a partir dos três anos de idade até pessoas com 80 anos ou mais, adquirindo conhecimentos com as pessoas mais velhas da comunidade, renovando a cultura local e interagindo com outras culturas. Com esse projeto, a comunidade trabalha de maneira coletiva, construindo sua própria identidade cultural e fazendo um povo feliz. (CÂNDIDO, 2013, informação verbal):

Dessa forma, a partir do princípio de que as comunidades quilombolas possuem dimensões sociais, políticas e culturais significativas, com particularidades no contexto geográfico brasileiro, tanto no que diz respeito à localização, quanto à origem, o Projeto Cultural Rio das Rãs, considera a necessidade de ressaltar e valorizar as especificidades de cada comunidade. Esse destaque pode ser efetiva no planejamento e execução de ações, voltadas para seu desenvolvimento sustentável, especialmente no que tange a preservação dos costumes e tradições.

4.3 EDUCAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES

Através da metodologia de entrevistas e questionários aplicados com os professores²⁵ quando das visitas à comunidade, procurou-se as respostas às questões norteadoras do objetivo geral do projeto de pesquisa: avaliar a educação oferecida para a Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, no município de Bom Jesus da Lapa, no período de 2010 a 2013.

Os desdobramentos nos objetivos específicos foram obtidos pela pesquisa de campo, realizados por meio de verificações *in-loco*, pesquisas documentais efetuadas no estatuto da Associação Agropastoril Quilombola do Rio das Rãs, do Documentário de Souza (1994a): Comunidades Rurais Negras – Rio das Rãs - Bahia e também em entrevistas e questionários aplicados a gestores educacionais, educadores, alunos e pais de alunos da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs.

²⁵ Professores: Araújo, Adélia P. de Almeida; Santana, Andrea Batista; Silva, Claudionice de Oliveira; Rodrigues Erica de A; Teixeira, Ilane Arcanjo; Santos, Ivana Cordeiro; Jesus, Paulina Souza de; Nunes, Thais; Coutinho, Ivaneir; Souza, Lilian R, de; Matos, Gabriela O. de; Souza, Simone Nunes; Santos, Ângela Maria; Cunha, João Carlos P. da; Silva, Ritane R.

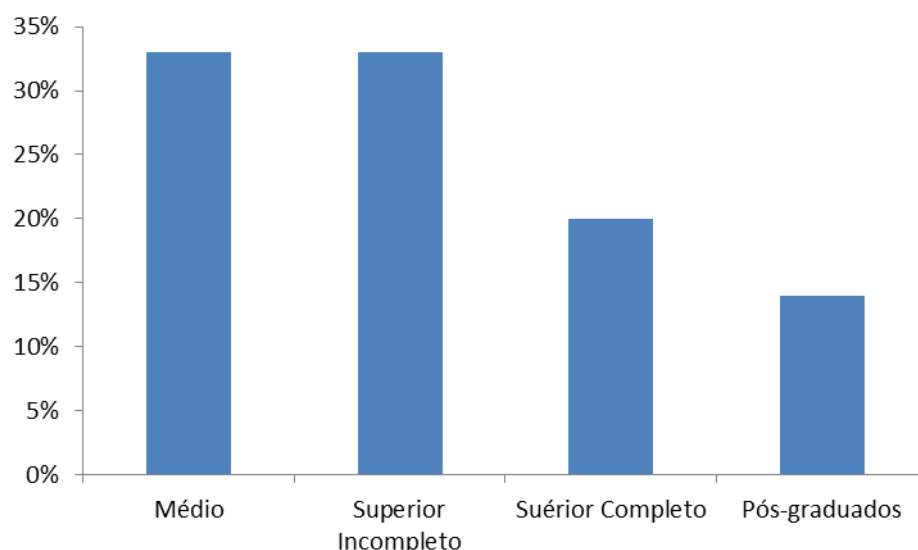
Através de observações do Pesquisador, constatou-se boas condições para o exercício das atividades pertinentes à Educação do Campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs.

As estruturas físicas da Escola Municipal Elgino Nunes de Souza e da Escola Municipal Quilombola Emiliano Joaquim Vilaça, apresentam satisfatórias e condizentes com a demanda escolar. Pode até receber mais alunos, especialmente a Escola Emiliano Joaquim Vilaça, construída em 2010, cuja fachada consta da Figura 10.

Os quadros de pessoal das referidas escolas, também são condizentes com a população estudantil. A média é de 24,3 alunos por professor, que, no último ano, experimentou uma redução de 10%, Tabelas 2 e 3.

A formação acadêmica dos professores da Escola Municipal Elgino Nunes de Souza e da Escola Municipal Quilombola Emiliano Joaquim Vilaça (Gráfico 5): 5 (33%), com nível médio; 5 (33%) com nível superior incompleto, 3 (20%) com nível superior completo e 2 (14%) pós-graduados, mostra-se insuficiente e sem especialização adequada para a Educação do Campo.

Gráfico 5 - Formação Acadêmica. Professores das Escolas Municipais do Rio das Rãs



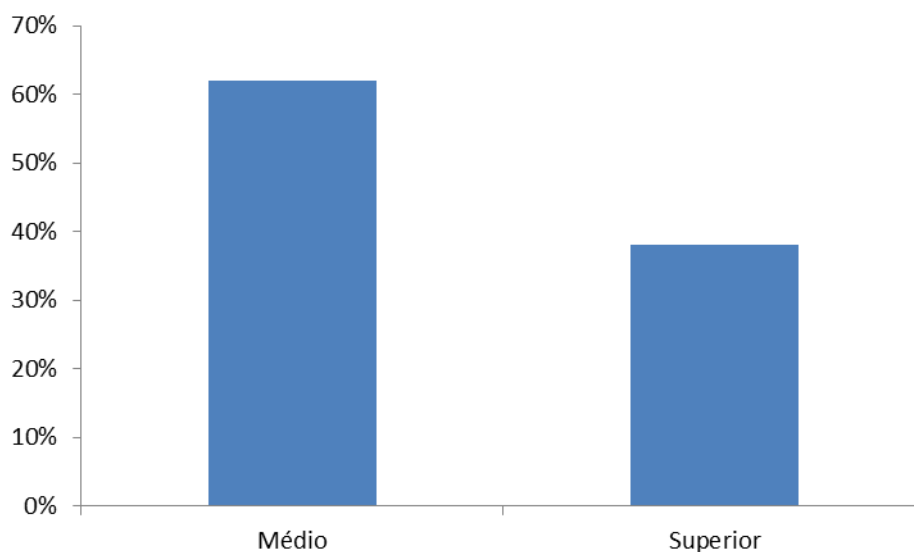
Fonte: Pesquisa de Campo, Comunidade Quilombola do Rio das Rãs. Agosto de 2013.

Dos oito gestores, três (37%) contam com nível superior (licenciados) e cinco (63%) com nível médio (magistério). Formações que não oferecem conhecimentos

administrativos e pedagógicos adequados para o gerenciamento da educação nas escolas quilombolas da comunidade do Rio das Rãs (Gráfico 6).

Os serviços de apoio, tais como transporte e merenda escolar também são suficientes para atender os alunos das escolas municipais.

Gráfico 6 - Formação Acadêmica. Gestores das Escolas Municipais do Rio das Rãs



Fonte: Pesquisa de Campo, Comunidade Quilombola do Rio das Rãs. Agosto de 2013.

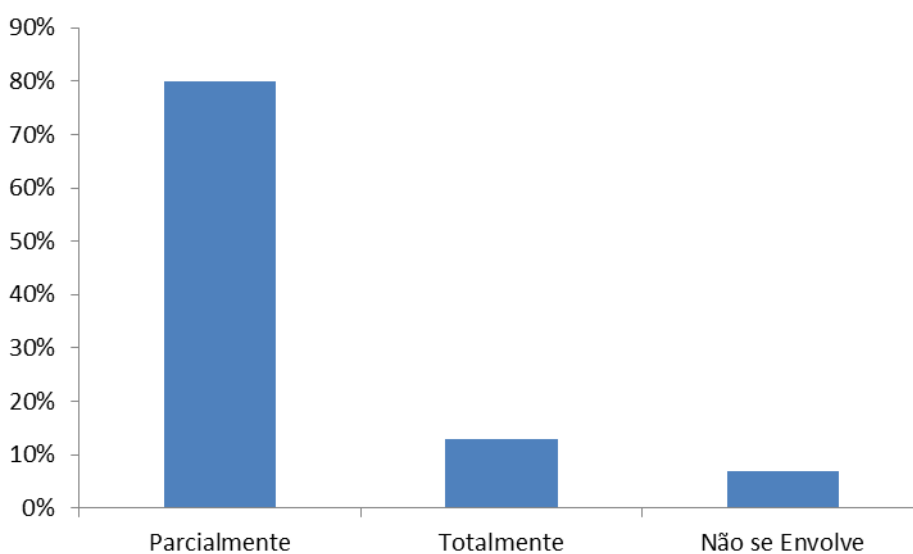
Com relação à qualidade da educação oferecida, procurou-se pesquisar e analisar através de entrevistas e questionários realizados com gestores, educadores, alunos e pais de alunos. Dos 20 docentes das Escolas Elgino Nunes de Souza e Emiliano Joaquim Vilaça, 15 (75%) devolveram questionários respondidos, com as percepções que serão apresentadas a seguir.

Em questionamento tratando do envolvimento da escola com a Educação no Campo, dos 15 professores questionados, 12 (80%) responderam que a sua escola se envolve parcialmente com a Educação do Campo. 2 (13%) professores informaram que a escola se envolve totalmente. E 1 professor (7%), que a escola não se envolve com a Educação do Campo. As respostas (Gráfico 7) evidenciaram posição não desejada das escolas da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, com relação ao envolvimento da escola com a Educação do Campo.

Em questão aberta, foi solicitado o posicionamento de como está sendo possível integrar a atividade e o trabalho com os eixos norteadores propostos na escola.

Dez educadores responderam: buscando e pesquisando para que a proposta norteadora dê certo; contextualizando conteúdos, leituras, produções textuais; integrando ao eixo norteador da escola; relacionando os conteúdos à nossa realidade; trabalhando com o meio em que se vive; de forma passiva; trabalhando com a realidade da comunidade, de acordo com a do aluno; trabalhando com a realidade da comunidade. Ainda, no papel não há registro, mas na oralidade sim. Não há nenhum eixo norteador na escola.

Gráfico 7 - Grau de Envolvimento das Escolas para com a Educação do Campo



Fonte: Pesquisa de Campo, Comunidade Quilombola do Rio das Rãs. Agosto de 2013.

Pelas respostas dos educadores questionados, nas escolas quilombolas Elgino Nunes de Souza e Emiliano Joaquim Vilaça, fica registrado os esforços da maioria dos docentes para integrar os eixos norteadores. Estes, apresentados na grade curricular, fornecida pela Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa, com a realidade da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs

Questionados se são realizados trabalhos em grupo, integrando direção, professores e serventes, 11 (73%) responderam que sim, e, 4 (27%) às vezes.

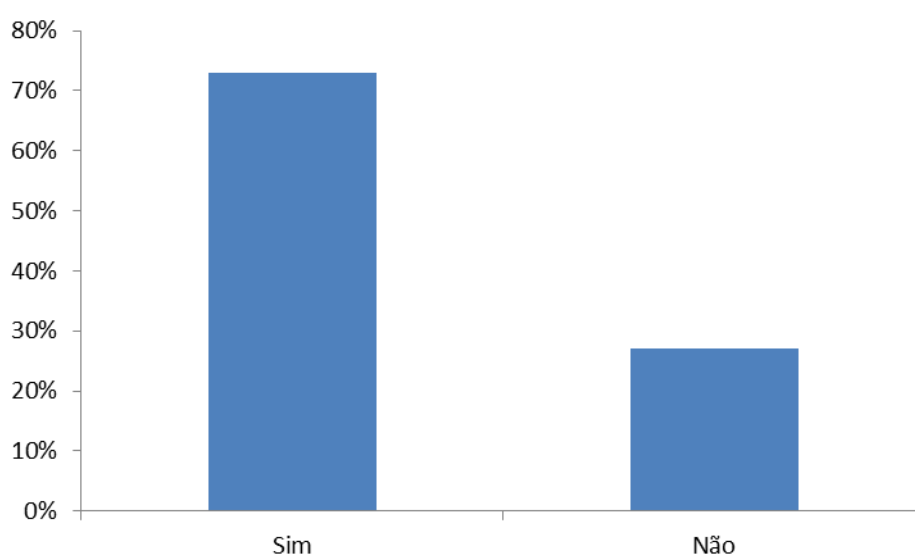
Para os trabalhos em grupo, o Gráfico 7 mostra que existe integração entre coordenação e educadores das escolas da comunidade. Fato que conflita com as respostas apresentada nos questionamentos acerca do grau de envolvimento das Escolas com a Educação do Campo.

Quando perguntados se as reuniões e encontros pedagógicos internos da escola são realizados planejamento e avaliação dos conteúdos

curriculares, contextualizados com o campo, 6 (40%) responderam que sim, e, 6 (40%) às vezes. 3 (20%) que não.

Pelo entendimento dos pesquisados, através das respostas, representadas no Gráfico 8, registrou-se que as atividades de avaliação e planejamento dos conteúdos contextualizados com o campos carecem de uma maior atenção nas reuniões internas das escolas.

Gráfico 8 – Participação dos Professores nos Trabalhos em Grupo das Escolas Quilombolas do Rio das Rãs



Fonte: Pesquisa de Campo, Comunidade Quilombola do Rio das Rãs. Agosto de 2013.

Objetivando analisar como estão sendo discutidos e inseridos temas que sejam comuns à cultura, educação, valores e saberes quilombolass na matriz curricular, colocou-se que para o pronunciamento dos educadores se a implantação desses conteúdos no contexto escolar trouxe melhorias para o ensino e a aprendizagem, 7 (47%) responderam que sim, e, 8 (53%) que não.

Em questionamentos abertos, foram solicitados esclarecimentos sobre as atividades voltadas para a Educação no Campo e os resultados que alunos estão apresentando:

Os educadores responderam positivamente, uma vez que ocorreu redução dos índices de faltas; valorização do meio em que vivem, porém, não apresentam alterações no comportamento

Através das declarações dos docentes, ficou evidente que a Educação do Campo, na Comunidade do Rio das Rãs, está trazendo bons resultados somente no

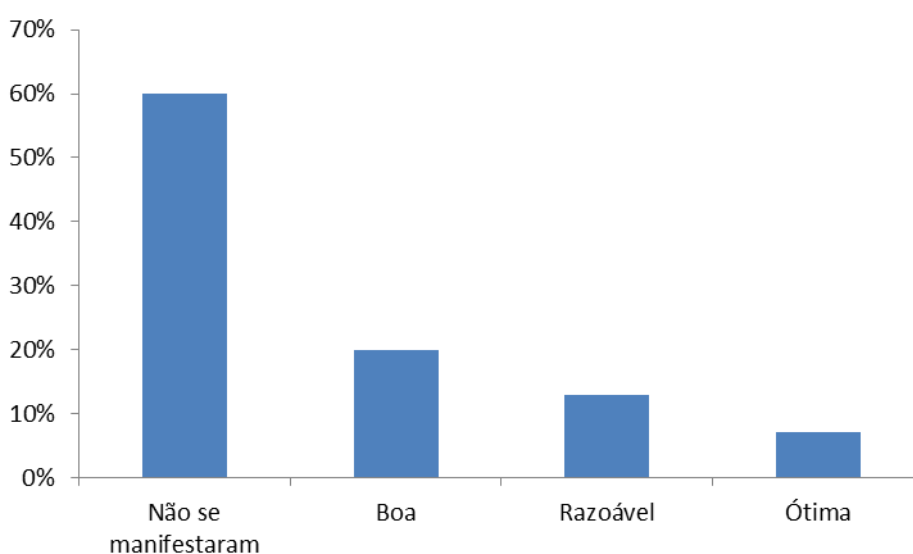
que concerne ao interesse pelos estudos, através da redução dos índices de faltas e da valorização do meio ambiente.

Com relação ao interesse dos professores em melhorar os percentuais de aprovação, reprovação, evasão, transferências dos últimos 5 anos da escola, os docentes entrevistados apresentaram as seguintes respostas: comecei a trabalhar em 2013; sou recente na escola; não tenho conhecimento; gosto de estar a par de tudo da escola; não costumo fazer este levantamento; para saber da movimentação dos alunos reprovados e transferidos na escola; não tenho 3 anos de trabalho na escola e não tive acesso a esses dados. As respostas apresentadas retratam certo desinteresse dos docentes com assuntos administrativos e alheios aos temas tratados em sala de aula.

Com relação às dificuldades e desafios para desenvolver os conteúdos das disciplinas ligadas à Educação do Campo, os docentes se posicionaram de forma também alheia a estes assuntos. Apresentaram colocações de falta de tempo para planejarem e carência de capacitação para os professores.

Quanto à organização escolar, os docentes acharam: boa 3 (20%), ótima 1 (7%) e razoável 2 (13%). 9 (60%) não se manifestaram, na forma do Gráfico 9.

Gráfico 9 – Envolvimento dos Professores na Administração das Escolas Quilombolas do Rio das Rãs



Fonte: Pesquisa de Campo, Comunidade Quilombola do Rio das Rãs. Agosto de 2013.

Diante do alto índice dos professores que não se manifestaram 60%, sobre o envolvimento na administração escolar (Gráfico 9) e da formação acadêmica dos docentes (Gráfico 7), no qual 10 dos 15 educadores não possuem nível superior, fica evidente a necessidade de uma plano de educação continuada para os professores da comunidade do Rio das Rãs.

Com relação ao Projeto Político Pedagógico (PPE), existente somente na Escola Municipal Elgino Nunes de Souza. 40% dos educadores afirmaram que está sendo cumprido totalmente. 20% responderam que o projeto não está sendo utilizado. 40% responderam que está sendo utilizado parcialmente.

4.4 A EDUCAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS GESTORES

De um total de 8 gestores educacionais da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, investigou-se 5 (75%)²⁶, utilizando-se da metodologia de aplicação de entrevistas pré-elaboradas. Esse grupo compõe-se de diretores, vice-diretores, coordenadores e secretários.

O objetivo principal da entrevista foi o de se ter uma percepção com relação à qualidade do ensino, avaliando assim, a educação oferecida para a Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, no município de Bom Jesus da Lapa, no período de 2010 a 2013.

A primeira questão buscou saber dos gestores se a realização de atividades contextualizadas com a educação do campo estimula o desenvolvimento da educação oferecida para a população local.

De acordo com as respostas dos entrevistados, pode-se levantar o conhecimento e as expectativas das pessoas, sistematizados da seguinte forma:

Educar para a produção do consumo, cultivo, dar suporte para implantação de projetos e tornar o lugar atraente e consumidor. Acredito que o incentivo, a realização de feira de ciências, mostrando o lado positivo do campo, poderá ajudar. Sim, pois levará a implantação de cursos profissionalizantes. Educar para a produção do seu consumo de culturas para dar suporte a implantação de novos projetos e tornar o lugar atraente e consumidor. Fortalecendo, estimulando, propondo, criando e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade

²⁶ Gestores Matos, Gabriela Oliveira de; Souza, Jonas Duque de; Cunha, João Carlos Pinto da; Vieira, Juvenice C Silva; Silva, Edineia Pereira da

do campo, sem abrir mão da diversidade da comunidade quilombola como fonte de conhecimento em diversas áreas. (GESTORES EDUCACIONAIS, 2013, informação verbal)

Os entrevistados acreditam que a escola, utilizando atividades contextualizadas poderá influir na produção e no consumo da comunidade, tornando o lugar mais atraente. Inclusive, proporcionando realização de feiras e implantação de cursos profissionalizantes, sem abrir mão da diversidade da comunidade quilombola como fonte de conhecimento em diversas áreas.

Tendo em vista a formação acadêmica dos gestores, e, diante de suas respostas, percebe-se que há gestores com pouco conhecimento acerca da educação do campo, desejando-a como uma educação capitalista voltada para a produção e o consumo. Porém, outros descrevem a sua percepção da escola do campo, preocupada com a diversidade da comunidade quilombola, como fonte de conhecimento de diversas áreas.

De acordo com os entrevistados, as políticas públicas e os investimentos direcionados para a educação da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, não estão atendendo as necessidades dos alunos das escolas Emiliano Joaquim Vilaça e Elgino Nunes de Souza. Como não existem outras opções de escolas na comunidade, o fato tem provocado a saída de jovens das escolas para procurar trabalho em outras localidades.

As respostas colocadas como a falta de investimentos não condizem com a realidade dos investimentos efetuados em infraestrutura física das escolas da comunidade. O pesquisador constatou: reformas das instalações da Escola Elgino Nunes de Souza; construção da Escola Emiliano Joaquim Vilaça, além da existência de 20 professores e 8 gestores educacionais.

As colocações dos gestores educacionais revelam uma forte preocupação com o desenvolvimento econômico da comunidade, confundindo oportunidades de trabalho com oportunidades de educação, respeitando a história e práticas culturais.

Como o questionamento sugere, as preocupações com o desenvolvimento econômico superam às questões educacionais, aparecendo o incentivo à agricultura familiar e a iniciação ao agronegócio. Também foi enfatizado o assessoramento técnico como elemento necessário ao desenvolvimento do campo, de forma a manter a população no espaço rural, ou seja, a criação de um curso técnico em ciências agrárias.

Aos gestores educacionais, também foi questionado que, de acordo com o seu conhecimento, o ensino está estimulando as comunidades escolares quilombolas a melhorarem a autoestima, proporcionando mudanças organizacional e ambiental, lazer e valorização da cultura local. Para eles:

Mesmo não tendo condições de implantar um currículo para atender as especificidades da comunidade escolar quilombola, a escola tem procurado trabalhar a realidade, melhorar a autoestima e valorizar a cultura local. Infelizmente, a cultura local está desvalorizada. GESTORES EDUCACIONAIS, 2013, informação verbal).

Para uma melhor avaliação da educação, praticada na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, nos espaços formais e informais, envolvendo as ações do poder público e da própria comunidade, efetuou-se uma entrevista com o gestor principal do Centro Cultural Moisés Cândido da Silva, associação recreativa cultural, que tem como principal objetivo revitalizar e manter a cultura afro entre os moradores da região do Rio das Rãs.

Assim sendo, os membros do Centro Cultural Moisés Cândido da Silva trabalham para não deixarem a cultura dos seus antepassados acabar.

Trabalhamos com crianças a partir dos três anos de idade, até pessoas com 80 anos ou mais, adquirindo conhecimento com as pessoas mais velhas da comunidade, renovando a cultura local e interagindo com outras culturas. Com esse projeto, a comunidade trabalha de maneira coletiva, construindo sua própria identidade e fazendo um povo feliz. (CÂNDIDO, 2013, informação verbal).²⁷

A capoeira, o maculelê e o teatro afro são atividades iniciadas em 1987, visando o resgate da cultura local, como o samba de roda, samba do baú, samba de gaita, reisado, chula, entre outros. A maioria das atividades tem o acompanhamento de sons e ritmos da capoeira e da Banda Quilombola do Rio das Rãs, fundada em 1987, e conta com integrantes da própria comunidade.

Com o desenvolvimento dessas atividades culturais, aliadas a práticas religiosas afro brasileiras, mesmo sem templos próprios, os Quilombolas do Rio das Rãs procuram resgatar a sua história, tradições, hábitos e costumes do seu povo.

4.5 EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO QUILOMBO RIO DAS RÃS

A Comunidade Quilombola do Rio das Rãs (Tabela 4) é composta de nove grupos de localidades situadas numa área de 32 mil hectares no município de Bom

²⁷ CÂNDIDO, Moisés da Silva. Vice-Diretor da Escola Emiliano Joaquim Vilaça, agosto de 2013.

Jesus da Lapa, Estado da Bahia. Seis grupos estão localizada entre a rodovia BA 160 e o Rio das Rãs e três no lado oposto da rodovia, conforme ANEXO B.

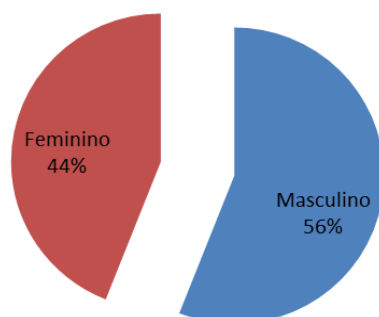
Tabela 4 – Localidades do Quilombo Rio das Rãs

Localidade	Nº Famílias	%	Nº Famílias Pesquisadas	%	Maior Distância para Escola - Km
Brasileira	250	36	69	39	2.5
Capão do Cedro	50	7	10	6	5.0
Corta Pé	15	2	4	2	3.0
Enxu	70	10	20	11	9.0
Mucambo	15	2	4	2	10,5
Pau Preto	10	1	4	2	12,0
Retiro	20	3	6	3	8.0
Riacho Seco	20	3	6	3	12.0
Rio das Rãs	250	36	54	32	2.5
Total	700	100%	177	100	

Fonte: Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs (2015).

O resultado dos registros do gênero dos entrevistados foi obtido através de observações pessoais e mostrou um maior número de homens entre os participantes da pesquisa. Dos 177 entrevistados, 100 foram do gênero masculino e 77 do feminino, numa relação de 56% de homens e 44% de mulheres (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Perfil dos Moradores do Quilombo do Rio das Rãs por Gênero



Fonte: Pesquisa de Campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs (2015).

No tocante à raça, oferecendo-se as opções de negro, branco e pardo para que cada entrevistado se autodeclarasse, o resultado demonstra: Negro 176 (99%) Branco 1 (1%) evidenciando a hegemonia da raça negra, característica preponderante das comunidades quilombolas.

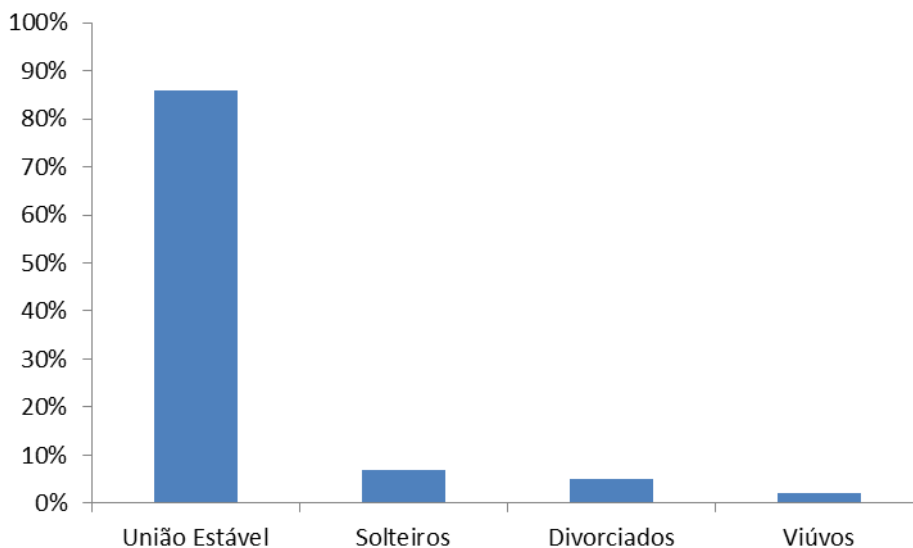
Na questão seguinte a escolaridade da população foi questionada aos entrevistados. Percebe-se pela Tabela 5 em relação à escolaridade os não alfabetizados por gênero, o masculino supera o feminino no atributo da frequência escolar 27% não frequentaram escolas, contra 11% do gênero feminino. Com relação ao ensino médio a pesquisa caracterizou um maior nível escolar para o gênero feminino (Tabela 5).

Nível escolar	Masculino	Feminino
	(%)	
Não frequentou Escola	27	11
Ensino fundamental	69	62
Ensino médio	3	26
Superior	1	1
Total	100	100

Fonte: Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs (2015).

Ao investigar sobre o estado civil os entrevistados manifestaram na forma descrita no Gráfico 11 Solteiros são 12 (7%), casados ou união estável 153 (86%). Divorciados/separados 4 (2%) e viúvos 8 (5%).

Gráfico 11 – Perfil dos Moradores no Quilombo Rio das Rãs por Estado Civil

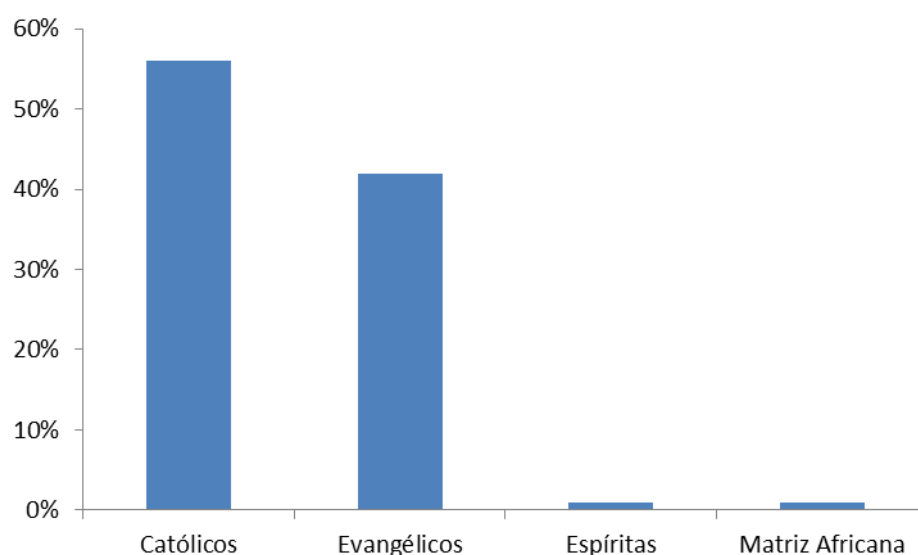


Fonte: Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs (2015).

Na pergunta seguinte, para pesquisar sobre a religião foram colocadas as seguintes alternativas: católico, evangélico, espírita, matriz africana (candomblé/umbanda) e outros.

Percebe-se pelo Gráfico 12 que a maior parte dos quilombolas do Rio das Rãs pertence à religião Católica 99 (56%), logo seguidos de evangélicos 75 (42%). A minoria é composta pelos espíritas 1 (1%) e matriz africana 2 (1%). Estes dados não atrapalham em nada nesta pesquisa, valendo-se destes números para conhecer a distribuição dos entrevistados por religião, sem que sofra, por conta disto influência na análise e considerações finais desta pesquisa.

Gráfico 12 – Perfil dos Moradores no Quilombo Rio das Rãs por Religião



Fonte: Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs (2015).

Prosseguindo a pesquisa foram colocadas questões referentes à quantidade de filhos. Dos 170 entrevistados 163 (96%) responderam que possuem filhos e 7 (4%) que não. Vale ressaltar que dos que informaram ter filhos, 43 (25%) disseram ter 2 e 127 (75%) responderam ter 4, constituindo uma média de 3 filhos por família.

Para conhecer a situação econômico-financeira da população, foram apresentadas questões acerca da renda mensal familiar e se algum membro da família era aposentado ou pensionista.

Muito embora a média de idade dos entrevistados tenha ficado em 41 anos, registrou-se um alto número de aposentados ou pensionistas 40 (24%).

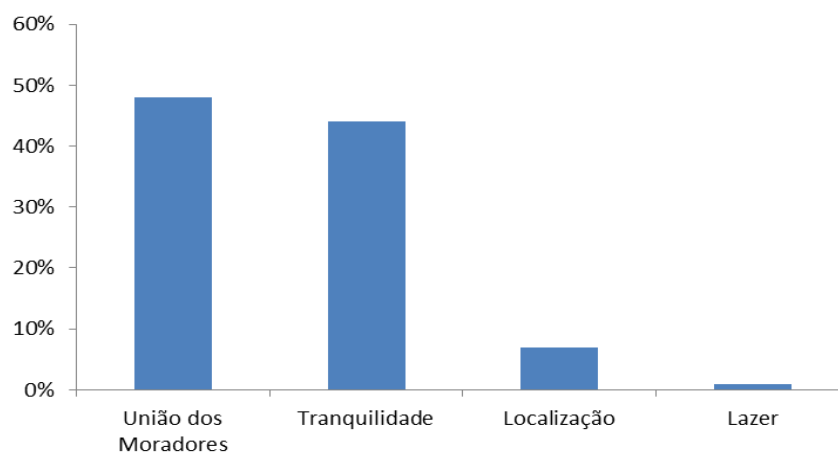
A renda média da população da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs apresentou-se bastante reduzida R\$380,00, com o valor mínimo de R\$65,00 para 25% da população e de R\$460,00 para 75% dos quilombolas. Ainda sobre o valor médio de renda R\$380,00, cerca de R\$1,00 e bem menos de 1,0 US\$ por dia, mostra uma população vivendo em condição relativa de extrema pobreza.

Objetivando conhecer a ligação afetiva social dos moradores com a comunidade perguntou-se em primeiro lugar se o entrevistado gostava de morar na comunidade e em seguida indagou-se sobre os que eles mais e menos gostavam no Quilombo Rio das Rãs.

Mostrando um forte vínculo com a terra conquistada com dificuldades e lutas e com o grupo social que pertencem, 100% dos entrevistados afirmaram que gostavam da comunidade em que residiam.

Nos questionamentos sobre o que mais e o que menos gostavam no Quilombo do Rio das Rãs. Sobre o que mais gostavam a população entrevistada manifestou na forma do Gráfico 13: lazer 01 (1%), localização 13 (7%), tranquilidade 77 (44%) e união dos moradores 86 (48%).

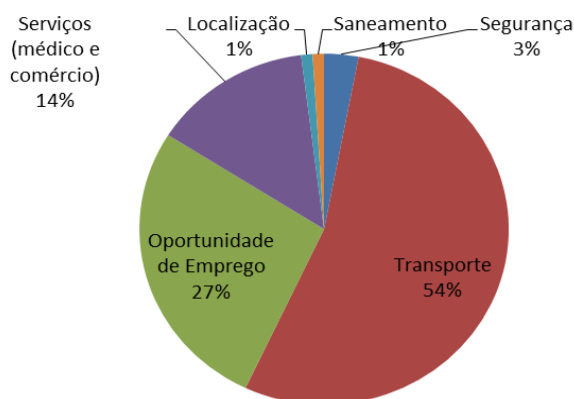
Gráfico 13 – Moradores do Quilombo Rio das Rãs. O que mais gostavam na Comunidade



Fonte: Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs 2015).

O Gráfico 14 mostra que em relação ao que menos gostavam na comunidade quilombola os entrevistados apresentaram as seguintes respostas: segurança 6 (3%), transporte/acesso 94 (54%), saneamento 3 (1%), localização 1 (1%) oportunidade de emprego 49 (27%), serviço (médico/comércio) 24 (14%).

Gráfico 14 – Moradores do Quilombo Rio das Rãs. O que menos gostavam na Comunidade



Fonte: Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs (2015).

Para conhecer a origem dos moradores da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs perguntou onde residiam antes do Quilombo, 155 responderam que residiam na área do Quilombo e 22 vieram de outras localidades como Bom Jesus da Lapa, Agrovilas 9 e 21, Caetité, Carinhanha, Fazenda Batalha, Malhada, Paratinga e Riacho de Santana. O resultado mostra uma homogeneidade de origem dos moradores do Quilombo, quando não são nativos, vieram de municípios vizinhos.

Sobre a agricultura familiar, onde uma agropecuária de subsistência constitui-se em exclusiva atividade econômica da comunidade, questionou-se se os moradores plantavam e criavam e se a criação era efetuada na área comunitária.

Sobre as atividades econômicas, 174 (98%) dos 177 moradores afirmaram que plantavam e criavam confirmando a exploração da atividade agropastoril, através da agricultura familiar como principal exploração econômica dos moradores do Quilombo do Rio das Rãs.

Utilizam-se a área comunitária de vazante de 7.300 hectares localizada entre os rios das Rãs e São Francisco, 170 moradores afirmaram utilizar a área para criarem os seus animais (bovinos, caprinos e ovinos).

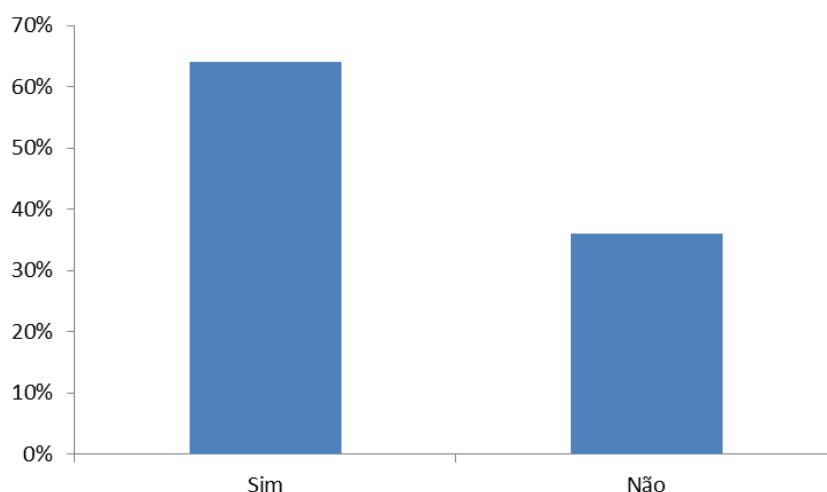
Dos 174 moradores que responderam a pergunta 87 (50%) afirmaram que membros da família deixaram o quilombo em busca de novas oportunidades.

Sobre a média de idade dos jovens quando deixaram o Quilombo foram registradas as idades de 18 e 19 anos (25%) e 20 e 21 (75%), assim sendo a comunidade perdeu a metade de sua força de trabalho no início da plenitude laboral.

Para uma avaliação do desempenho das escolas localizadas na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs foram apresentadas perguntas relacionadas com a evasão escolar e os fundamentos básicos para a cidadania de um quilombola, tais como, história da comunidade, meio ambiente, identidade quilombola, nível do aprendizado da leitura, escrita e aritmética: somar e diminuir.

O Gráfico 15 mostra que 110 (64%) crianças das famílias entrevistadas estavam frequentando as escolas e 62 (36%) responderam que não.

Gráfico 15 – Escolas Municipais Quilombolas - Frequência



Fonte: Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs (2015).

Sobre os fundamentos básicos da aprendizagem para crianças da área rural, quando perguntou se as crianças estavam tendo dificuldades para aprender a ler e escrever, dos 168 que responderam, 55 (33%) que sim e 113 (67%) que não. O desempenho dos alunos apresenta melhora quando a pergunta é sobre os fundamentos de somar e diminuir onde 168 moradores responderam e 132 (79%) sim e 36 (21%) registraram que não.

É importante que profissionais da educação do Quilombo, pais e autoridades regionais tomem ciência dos números negativos apresentados, pois, na medida em que o aluno não consegue desenvolver, ao longo de sua trajetória escolar,

determinadas habilidades que lhe permitam enfrentar as tarefas e exigências da sociedade e do mundo do trabalho contemporâneos, ele provavelmente será excluído do mercado, principalmente se egresso de sociedades rurais que não conseguiram fixá-lo no campo.

Objetivando avaliar a ação das escolas no sentido de aprimorar o sentimento de ser quilombola das crianças da comunidade o Rio das Rãs. Arguiu se as escolas estão dando continuidade aos ensinamentos da família para que as crianças aprendam e continuem a ser quilombolas (Tabela 6).

Tabela 6 – Características da Formação Escolar de Uma Comunidade Quilombola

Avaliação do Desempenho das Crianças	Sim	%	Não	%
1. Assimilam os ensinamentos de continuidade quilombolas	168	98	3	2
2. Assumem a identidade quilombola	162	96	6	4
3. Estão Interessados e na história, costumes e tradições quilombola	162	96	6	4
4. Estão interessados com assuntos da natureza e meio ambientes	163	97,0	5	3,0

Fonte: Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs (2015).

Dos 171 entrevistados 168 (98%) responderam que sim e 3 (2%) que não. As respostas sinalizam uma boa performance das escolas para compartilhar atributos e cultivar relações com os alunos de forma a perpetuar o grupo quilombola.

Perguntados se depois de frequentar a escola os alunos estão se identificando com mais como quilombola

Dos 168 que responderam a pergunta 162 (96%) disseram que sim e 6 (4%) que não. A exemplo dos questionamento anterior, as escolas, sob avaliação da comunidade, contaram com uma excelente pontuação no que diz respeito à sua contribuição para que as crianças se identifique como quilombolas.

Sobre a história do quilombo, perguntou-se aos moradores sobre a atuação da escola na construção da história do Quilombo do Rio das Rãs e a preservação dos costumes e tradições quilombolas.

Responderam ao questionamento 168 moradores. 162 (96%) posicionaram-se com sim e 6 (4%) com não. Diante dessas manifestações dos pais sobre seus

filhos, pode-se entender satisfeitos com o resultado dos ensinamentos ministrados pela escola acerca da tradição, cultura e história do Quilombo.

Em continuidade perguntou se depois que passaram a frequentar a escola as crianças estão mais interessadas em assuntos da natureza e meio ambiente.

Dos 168 que responderam, 163 (97%) declaram que sim e apenas 5 (3%) que não. O nível de satisfação obtido pelas respostas dos entrevistados mostra que a educação está sendo realizada de forma contextualizada com a preservação do meio ambiente.

Para analisar a infraestrutura hídrica sanitária oferecida pelo governos municipal, estadual e federal para a Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, foram efetuadas perguntas aos moradores acerca da coleta e destino dos resíduos sólidos, existência de água encanada, fossas sépticas e esgotamento sanitário (Tabela 7).

Tabela 7 - Saneamento Básico

Serviços Oferecidos	Sim	%	Não	%
1. Fossas Sépticas	171	97	6	3
2. Água encanada	172	97	5	3
3. Coleta de Lixo	2	1	175	99
4. Esgotamento Sanitário	0	0	100	100

Fonte: Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs (2015).

Sobre a coleta de lixo no quilombo, dos 177 entrevistados 2 (1%) alegaram que existe e 175 (99%) que não. Com relação ao destino dado ao lixo, dos 177 entrevistados, 6 (3%) enterra e 171 (97%) queima.

Analisando os números apresentados, conclui-se a inexistência de coleta de lixo Quilombo e que os resíduos sólidos são, em sua maioria, enterrados ou queimados. Com relação à água encanada, dos 177 entrevistados, 172 (97%) informaram que em suas residências existe esse tipo de serviço e apenas 5 (3%) que não são servidos por água encanada. A água encanada disponível para a população é de qualidade inferior, procedente de poços artesianos sem qualquer tratamento.

Quando perguntados se em suas residências existiam fossa sépticas, dos 177 entrevistados 171 (97%) informaram que sim e 6 (3%) que não.

Diante das respostas dos moradores, indagou-se de lideranças a razões de 6 residências não contarem com fossas e as respostas foram que se tratavam de residências recentes, construídas extra programa do Governo Federal para a Comunidade Quilombola.

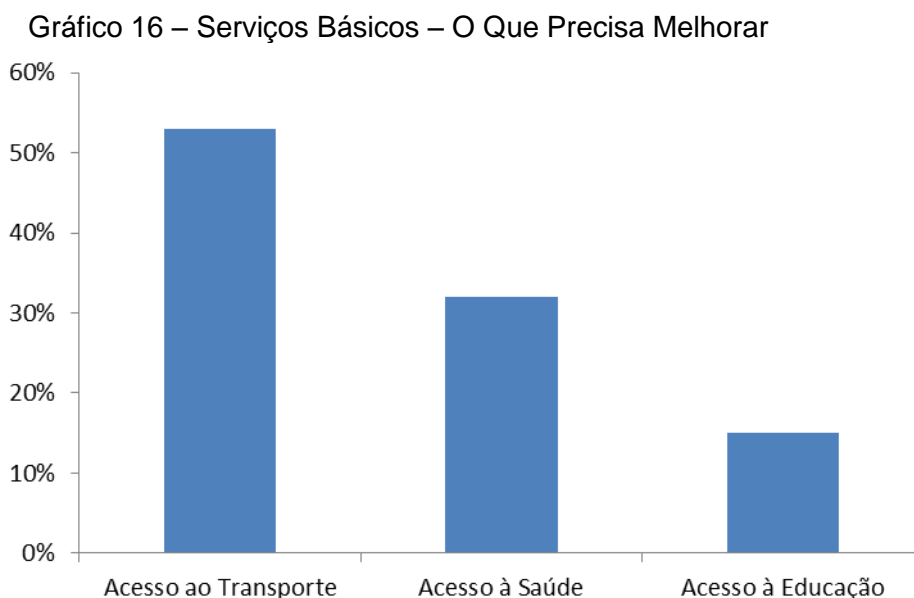
Sobre o esgotamento sanitário, 100% dos entrevistados informaram que os esgotos não direcionadas para as fossas sépticas, correm a céu aberto nos quintais das residências.

Solicitou-se aos entrevistados realizarem uma avaliação geral do saneamento básico. Pelos pontos negativos ou positivos de saneamento básico, a população do Quilombo assim avaliou esse serviço básico: (1%) regular 87 (49%) e ruim 88 (50%).

Para verificar com a população se locomovia para a cidade de Bom Jesus da Lapa, centro urbano mais próximo do Quilombo, perguntou qual o meio de transporte mais utilizado.

Dos 176 que responderam 162 (92%) utiliza linha de ônibus, 5 (3%) pega carona e 9 (5%) utiliza o Rio São Francisco.

Para consolidar os questionamentos apresentados, perguntou-se sobre o que mais achava que precisa melhorar em sua comunidade oferecendo as alternativas de acesso a transporte, acesso a saúde e acesso a educação. No Gráfico 16, dos 176 moradores que responderam 92 (53%) colocaram o acesso a transporte, 57 (32%) acesso a saúde e 27 (15%) acesso a educação.



Fonte: Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs (2015).

Finalmente, perguntou se após a comunidade ser reconhecida como quilombola a qualidade de vida melhorou. 100% dos 177 entrevistados afirmaram que sim.

4.5.1 Análise de dados estratificados entre as localidades do Quilombo do Rio Das Rãs

Para analisar os dados pertinentes à evasão escolar nas localidades do Quilombo Rio das Rãs, foram aplicados 172 questionários indagando se algum membro da família havia abandonado os estudos nos últimos dois anos, Tabela 8.

Tabela 8 - Perfil da Educação no Quilombo Rio das Rãs - Evasão Escolar

Localidade	Abandonaram	%	Não	%	Total
Brasileira	22	33	45	67	67
Capão do Cedro	5	50	5	50	10
Corta Pé	2	50	2	50	4
Enxu	4	22	14	78	18
Mucambo	1	25	3	75	4
Pau Preto	3	75	1	25	4
Retiro	2	33	4	67	6
Riacho Seco	1	17	5	83	6
Rio das Rãs	22	41	31	59	53
Total	62		110		172

Fonte: Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs (2015).

Os números absolutos mostram as localidades de Brasileira e Rio das Rãs com 22 abandonos cada como as localidades em que um maior número de alunos abandonaram os estudos nos últimos dois anos. Pelos dados relativos as comunidades de Pau Preto 75% e Capão do Cedro e Roda Pé com 50% cada, como as localidades que mais contribuíram para a evasão escolar no Quilombo.

E análise a essas respostas dos moradores pertinentes ao abandono do Quilombo por parte de membros da família em busca de novas oportunidades, Tabela 9 os dados relativos apresentaram as localidades de Retiro com 83,3%, Pau Preto 75,0%, Corta Pé 75,0% e Brasileira 51,0%. Os números absolutos demonstraram as localidades Brasileira (34) e Rio das Rãs (26) como as comunidades que mais perderam membros das famílias que migraram para outras regiões do País em busca de melhores oportunidades. Vale registrar que no

computo geral 50%, ou seja 87 famílias declaram que tiveram membros incluídos nas estatísticas de abandono do Quilombo (Tabela 9).

Tabela 9 - População de Até 21 anos - Abandono do Quilombo

Localidade	Sim	%	Não	%	Total
Brasileira	34	51	33	49	67
Capão do Cedro	4	40	6	60	10
Corta Pé	3	75	1	25	4
Enxu	7	35	13	65	20
Mucambo	2	50	2	50	4
Pau Preto	3	75	1	25	4
Retiro	5	83	1	17	6
Riacho Seco	3	50	3	50	6
Rio das Rãs	26	49	27	51	53
Total	87		87		174

Fonte: Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs (2015).

Para conhecer o desempenho das escolas do Quilombo no atributo ler e escrever arguiu-se a 168 chefes de família se as crianças estão encontrando dificuldades para aprender a ler e escrever (Tabela 10).

Tabela 10 - Fundamentos Básicos da Formação Escolar no Quilombo Rio das Rãs Dificuldades para Ler e Escrever

Localidade	Sim	%	Não	%	Total
Brasileira	20	30	46	70	66
Capão do Cedro	0	0	10	100	10
Corta Pé	3	75	1	25	4
Enxu	2	13	13	87	15
Mucambo	1	25	3	75	4
Pau Preto	3	75	1	25	4
Retiro	2	33	4	67	6
Riacho Seco	3	50	3	50	6
Rio das Rãs	21	40	32	60	53
Total	55		113		168

Fonte: Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs (2015).

As localidades Corta Pé e Pau Preto apresentaram uma performance de dificuldades de 75% cada. Em valores absolutos as comunidades Brasileira 20 e Rio das Rãs 21 contribuíram com o maior número de crianças com dificuldades para ler e escrever. Vale ressaltar que em Capão do Cedro não foram encontradas dificuldades para ler e escrever por parte das crianças de 10 famílias entrevistadas.

Para continuidade de avaliação do desempenho das escolas, verificou-se as crianças já haviam aprendido a somar e diminuir através de questionários aplicados para 168 famílias (Tabela 11).

Em análise dos dados, observa-se que em números absolutos, as localidades Brasileira 65 e Rio das Rãs 54 apresentaram os melhores resultados na opinião dos entrevistados.

Tabela 11 - Fundamentos Básicos da Formação Escolar no Quilombo Rio das Rãs Dificuldades para Somar e Diminuir

Localidade	Sim	%	Não	%	Total
Brasileira	55	83	11	17	66
Capão do Cedro	9	90	1	10	10
Corta Pé	3	75	1	25	4
Enxu	13	87	2	13	15
Mucambo	3	75	1	25	4
Pau Preto	1	25	3	75	4
Retiro	5	83	1	17	6
Riacho Seco	5	83	1	17	6
Rio das Rãs	38	72	15	28	53
Total	132		36		168

Fonte: Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs (2015).

Considerando os números relativos as localidades Enxu 87%, Brasileira 83% e Pau Preto 83% se destacaram como as localidades em que as crianças aprenderam a somar e diminuir.

Objetivando avaliar ação das escolas no que concerne ao prolongamento dos ensinamentos da família para aperfeiçoar o sentimento e a identidade quilombola.

Tabela 12 - Características da Formação Escolar - Sentimento e Identidade Quilombola

Localidade	Sim	%	Não	%	Total
Brasileira	65	96	3	4	68
Capão do Cedro	10	100	0	0	10
Corta Pé	4	100	0	0	4
Enxu	15	100	0	0	15
Mucambo	4	100	0	0	4
Pau Preto	4	100	0	0	4
Retiro	6	100	0	0	6
Riacho Seco	6	100	0	0	6
Rio das Rãs	54	100	0	0	54
Total	168		3		171

Fonte: Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs (2015).

A Tabela 12 evidencia em números absolutos que as localidades Brasileira (65) e Rio das Rãs com (54) famílias afirmaram que as escolas estão aprimorando e dando continuidade aos ensinamentos das famílias para que as crianças fortaleçam as suas identidades quilombolas. Em números relativos somente a localidade Brasileira apresentou o percentual de 96% e as demais registraram o índice de 100,0% para o desempenho das escolas nesta variável.

Em seguida questionou se depois de passarem a frequentar as escolas as crianças ficaram mais interessadas em assuntos da natureza e meio ambiente.

Tabela 13 - Características da Formação Escolar - Interesse Pelo Meio Ambiente

Localidade	Sim	%	Não	%	Total
Brasileira	63	96	3	4	66
Capão do Cedro	10	100	0	0	10
Corta Pé	4	100	0	0	4
Enxu	14	93	1	7	15
Mucambo	4	100	0	0	4
Pau Preto	4	100	0	0	4
Retiro	6	100	0	0	6
Riacho Seco	6	100	0	0	6
Rio das Rãs	52	98	1	2	53
Total	163		5		168

Fonte: Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs (2015).

Mais uma vez as localidades Brasileira (63) e Rio das Rãs (52) obtiveram os maiores registros de famílias afirmando a evolução das crianças nos temas natureza e meio ambiente o ingresso das crianças nas escolas.

Em números relativos nas localidades Capão do Cedro, Corta Pé Mucambo, Pau Preto, Retiro e Riacho Seco, 100% das famílias questionadas registraram que depois que passaram a frequentar as escolas as crianças estão mais interessadas em assuntos da natureza e do meio ambiente.

Com relação à história e tradições do Quilombo foram apresentados questionários perguntando se depois da escola as crianças estão mais interessadas em conhecer as tradições e a história do Quilombo.

Tabela 14 - Características da Formação Escolar - Tradições e História Quilombola

Localidade	Sim	%	Não	%	Total
Brasileira	61	93	5	7	66
Capão do Cedro	10	100	0	0	10
Corta Pé	4	100	0	0	4
Enxu	14	93	1	7	15
Mucambo	4	100	0	0	4
Pau Preto	4	100	0	0	4
Retiro	6	100	0	0	6
Riacho Seco	6	100	0	0	6
Rio das Rãs	50	94	3	6	53
Total	159		9		168

Fonte:

Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs (2015).

As localidades: Brasileira 61, Enxu 14 e Rio das Rãs 50, apresentaram os melhores desempenhos em números absolutos. Em valores relativos Capão do Cedro, Corta Pé, Mucambo, Pau Preto, Retiro e Riacho, 100% das famílias registraram que depois de frequentar as escolas as crianças estão mais interessadas em conhecer as tradições e história da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs.

Também para avaliar o nível de aceitação da identidade quilombola perguntou a 162 famílias se depois de frequentar as escolas as crianças estão se identificando como quilombolas.

Tabela 15 - Características da Formação Escolar - Aceitação da Identidade Quilombola

Localidade	Sim	%	Não	%	Total
Brasileira	64	97	2	3	66
Capão do Cedro	10	100	0	0	10
Corta Pé	4	100	0	0	4
Enxu	14	93	1	7	15
Mucambo	4	100	0	0	4
Pau Preto	4	100	0	0	4
Retiro	6	100	0	0	6
Riacho Seco	6	100	0	0	6
Rio das Rãs	50	94	3	6	53
Total	162		6		168

Fonte: Pesquisa de campo na Comunidade Quilombola do Rio das Rãs (2015).

Pelos dados absolutos registrados na Tabela 15 verifica-se que Brasileira (64) e Rio das Rãs (50) lideraram as comunidades as localidades do Quilombo que afirmaram que depois de frequentar as escolas as crianças estão melhores se identificando como quilombolas. Em termos relativos Capão do Cedro, Corta Pé, Mucambo, Pau Preto, Retiro e Riacho Seco são as localidades que registraram que 100% das crianças estão melhores se identificando com o quilombola após frequentar as escolas.

Finalmente, perguntou às 177 famílias entrevistadas se gostavam de residir no Quilombo. 100% responderam afirmativamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil povos e comunidades tradicionais é uma categoria recentemente estabelecida para designar grupos culturalmente diferenciados, com forte vinculação com seus territórios (sejam esses oficialmente reconhecidos ou não). A categoria designa principalmente povos indígenas e quilombolas.

O pesquisador para problematização da pesquisa colocou em foco os povos e comunidades tradicionais, especialmente o Quilombo do Rio das Rãs para desenvolver trabalho acadêmico, de uma forma geral sobre educação em áreas rurais e de uma maneira específica a caracterização da educação através das unidades escolares da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, localizada no município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.

Do Império à metade do século XX, a educação do campo sempre foi tratada com precárias condições de infraestrutura física e materiais didáticos pedagógicos, além da insuficiência quantitativa e da pouca formação acadêmica dos professores. Dentro da ótica althusseriana o caráter ideológica e a concepção teórica pedagógica da escola são regidos para manter as relações de dominação e exploração implantadas pelo modo capitalista de produção.

Portanto, durante mais de um século, a missão da escola em áreas rurais foi de manter uma educação que se limitava a atender os filhos dos subordinados do latifúndio empresarial e, do controle político da terra, dessa forma, concorda-se com Arroyo, Caldart e Molina (2004) de que no Brasil existe uma tendência dominante de considerar a maioria da população que vive no campo como parte atrasada e fora do lugar do almejado projeto de modernidade.

Com a Constituição Federal de 1988, abriram-se caminhos para o surgimento de políticas públicas que favoreçam a melhoria da qualidade do ensino das escolas do meio rural. Com isso, ficou evidente que não bastava ter escola no campo, também era preciso escolas com projetos políticos pedagógicos vinculados às causas, aos desafios, aos sonhos, as necessidades, à história e a cultura do povo trabalhador do campo brasileiro.

Nos anos de 2010 a 2015, período de referência da pesquisa, de acordo com informações dos dirigentes educacionais locais, os alunos das escolas da Comunidade do Rio das Rãs não fizeram a Prova Brasil. Diante disso, não se tem

avaliação específica do MEC sobre o desenvolvimento ou desempenho escolar na comunidade do Rio das Rãs.

Através de consultas às lideranças e moradores da comunidade não registrou-se ações das Organizações não Governamentais no que concerne à melhoria da qualidade do ensino, bem como, na forma de viver dos quilombolas, exceto na época das lutas para a conquista da terra, oportunidade em que essas organizações, principalmente a Pastoral da Terra, se apresentaram e foram atuantes no apoio aos moradores do Rio das Rãs.

Pelo nível de satisfação obtido pelos relatos e depoimentos com a comunidade ficou evidenciado um bom desempenho das escolas no sentido de compartilhar com os alunos atributos e cultivar relações de forma a perpetuar o grupo quilombola, bem como para que as crianças se identifiquem como quilombolas, porém a pesquisa indicou um baixo nível de escolaridade da população do Rio das Rãs não havendo registro entre os entrevistados de habitando com cursos de pós-graduação.

Em análise a esses números percebe-se a necessidade de ações de combate ao analfabetismo e comprova-se a inexistência de políticas públicas eficientes para abranger essa parcela adulta da população quilombola do Rio das Rãs.

A realização das entrevistas não indicaram a existência na comunidades de profissionais com formação ou especialização em ciências agrárias e entre os gestores e professores ficou evidente uma forte preocupação com a instalação de um curso de nível médio de técnicas agrícolas, medida que além da formação profissional dos jovens quilombolas, contribuiria para a redução da migração dos estudantes concluintes dos estudos de nível fundamental no Quilombo Rio das Rãs.

Diante desses fatos o pesquisador sugere a ampliação do programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) no meio rural e estabelecimento de oportunidade de expansão do ensino médio através da criação de um curso de nível médio em técnicas agrícolas, vez que a comunidade após o ensino fundamental conta tão somente com o Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC). A oferta de oportunidades para o nível superior deve também ser observada, de preferência para os cursos de formação de professores.

Como se pôde perceber durante a pesquisa é importante que profissionais da educação do Quilombo, pais e autoridades regionais tomem ciência dos números

negativos apresentados, pois, na medida em que o aluno não consegue desenvolver, ao longo de sua trajetória escolar, determinadas habilidades que lhe permitam enfrentar as tarefas e exigências da sociedade e do mundo do trabalho contemporâneos, ele provavelmente será excluído do mercado, principalmente se egresso de sociedades rurais que não conseguiram fixá-lo no campo.

Com relação aos objetivos específicos da pesquisa gestores e educadores foram unânimes em responder negativamente o questionamento sobre a suficiência de políticas públicas direcionadas para a educação na Comunidade Quilombola, de forma que as escolas ofereçam oportunidade de educação, respeitando sua história, suas práticas e que permitam a formação de jovens capazes de dar continuidade à vida no campo, dentro do contexto de desenvolvimento regional.

Numa comunidade rural onde predomina a agricultura familiar, é notória a falta de oportunidade de empregos. Por isso, entende-se a preocupação dos gestores educacionais da região do Rio das Rãs. Pois, de acordo com o IBGE (2010) a população Rural do Brasil está resumida a 19% da população total. Dessa forma, como se obterá sustentabilidade do Campo?

Parte dos jovens com idade superior a 16 anos está abandonando a escola, fato que também influencia negativamente para a manutenção da cultura, tradições e costume do Quilombo, vez que quando individualmente ou em pequenos grupos vão trabalhar em outras regiões do país, fatalmente assimilam novos conhecimentos que levarão a uma perda ou esquecimento da sua cultura regional.

Em suas colocações, os gestores educacionais revelaram uma forte preocupação com o desenvolvimento econômico da comunidade, confundindo oportunidades de trabalho com oportunidades de educação. Posicionamentos contrários ao de Freire (2005, p.100) que diz: “É uma imoralidade, para mim, que se sobreponha, como se vem fazendo, aos interesses radicalmente humanos, os do mercado”.

Sobre investimentos públicos direcionados à infraestrutura educacional não se pode concordar com as colocações apresentadas pelos gestores de que são insuficientes uma vez que, no período de 2009 a 2013 construiu-se a Escola Municipal Quilombola Emiliano Joaquim Vilaça e procederam-se reformas profundas da estrutura física da Escola Municipal Elgino Nunes de Souza, inclusive, permitiu o funcionamento um segmento do ensino médio através do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC).

De uma forma geral, os pais estão satisfeitos com a escola e o ensino oferecidos para as crianças quilombolas. Pelo que foi pesquisado, pode concluir que para os olhos ingênuos e da forma limitada que os pais enxergam a educação ofertada para seus filhos é de boa qualidade e suficiente para manter a cultura e tradições do povo quilombola, porém, para os olhos mais críticos de gestores e docentes das escolas da comunidade, com os quais o pesquisador concorda o Estado não oferece uma educação do campo de qualidade para preservar os costumes e tradições quilombolas e com atrativos para manter o jovem na área rural de forma a promover sua sustentabilidade.

Deve ficar registrado a receptividade da comunidade para com pesquisador. Os gestores educacionais, professores, lideranças e moradores, se apresentaram sempre abertos para os questionamentos formulados através de entrevistas e questionários, não sendo registrado caso em que alguma residência deixou de apresentar uma liderança para responder os questionários, bem como, algum professor, gestor ou liderança tenha se recusado a apresentar uma posição quando das entrevistas.

Para que este trabalho de pesquisa apresente resultados práticos é do pensamento do pesquisador não limitá-lo aos meios acadêmicos, para tanto serão produzidos exemplares para serem distribuídos e divulgados junto à Secretaria de Educação de Bom Jesus da Lapa.

Além do veículo formal de educação do ensino fundamental do município, também será distribuída cópia desta dissertação para a Loja Maçônica Acácia Lapense, que dentre os seus trabalhos filantrópicos procura apoiar e auxiliar a educação da população menos favorecida social e economicamente do município de Bom Jesus da Lapa.

REFERÊNCIAS

- AIRES, L. **Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional**. [S.l.]: Universidade Aberta, 2011.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.
- AMORIM, J. **Ribeirinhos**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2007. Disponível em: <pesquisaescolar@fundaj.gov.br>. Acesso em: 1 ago. 2015.
- ANJOS, R. S. A. **Quilombolas: tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicações, 2006.
- ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- AAQRR - ASSOCIAÇÃO AGROPASTORIL QUILOMBOLA DO RIO DAS RÃS. **Estatuto da Associação Agropastoril Quilombola do Rio das Rãs**. [Bom Jesus da Lapa], [2012].
- BOF, Á. M.; SAMPAIO, C. E. M. **A educação no Brasil rural**. Brasília: Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- BOM JESUS DA LAPA NOTÍCIAS. **Bom Jesus da Lapa Notícias**. 2013. Disponível em: <<http://www.bomjesusdalapanoticias.com.br/v1/bom-jesus-da-lapa/>> Acesso em: 2 set. 2013.
- BRANDÃO, C. R. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 2 set. 2013.
- _____. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **[Diário Oficial da União]**, Brasília, 4 ago. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm> Acesso em: 2 set. 2013.
- _____. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória. **[Diário Oficial da União]**, Brasília, 20 nov. 2003a. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 2 set. 2013.
- _____. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e**

Tribais. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 2 fev. 2013.

_____. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.**

2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 2 fev. 2013.

_____. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **[Diário Oficial da União]**, Brasília, 16 ago. 2012a. disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm>
Acesso em: 2 set. 2013.

BRASIL. Emenda Constitucional n.14, de 12 de setembro de 1996. Modifica os Arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao Art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **[Diário Oficial da União]**, Poder Executivo, Brasília, D. F., 13 set. 1996a. disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm>
Acesso em: 4 jan. 2013.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **[Diário Oficial da União]**, Brasília. 27 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm> Acesso em: 1 ago. 2015.

_____. Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973. Regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.

[Diário Oficial da União], Brasília. 21 dez. 1973. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis> Acesso em: 1 ago. 2015.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **[Diário Oficial da União]**, Brasília, 10 jan. 2001.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>
Acesso em: 12 set. 2015.

_____. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **[Diário Oficial da União]**, Brasília, 10 jan. 2003b. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em: 12 set. 2013.

_____. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **[Diário Oficial da União]**, Brasília, 10 mar. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>

Acesso em: 12 set. 2015.

_____. **Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12519.htm> Acesso em: 12 set. 2013.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **[Diário Oficial da União]**, Brasília, 30 ago. 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: 12 set. 2013.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei nº 9.394). Brasília, DF, 1996.

_____. **Educação no campo: diferenças mudando paradigmas.** Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidades – SECAD, 2007.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CUNHA, A. S. de A. **Construindo Quilombos, desconstruindo mitos: a educação formal e a realidade quilombola no Brasil.** São Luís: SETAGRAF, 2011.

DELORES, J. **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ESCOLA MUNICIPAL ELGINO NUNES DE SOUZA. **Projeto Político Pedagógico (PPE).** Comunidade Quilombola do Rio das Rãs, 2013. (Documento interno).

FAUSTO, B. **História do Brasil.** São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1994.

FENG, L. Y. **Projeto Educação do Campo: estratégias e alternativas no campo pedagógico.** Araraquara: UNIARA, 2008.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez, 1984.

_____. **Ação cultural para liberdade e outros escritos.** 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Educação e atualidade brasileira.** São Paulo: Instituto Paulo Freire; Cortez, 2001.

_____. **Educação e mudança.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. **Medo e ousadia.** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade.** 6. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R. ; CALDART, R. S. Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do campo: texto preparatório. In: ARROYO, M. Gonzalez; CALDART, R. S. ; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p.19-63.

FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. [Portal Institucional]. 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

GASPAR, L. **Ciganos no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2012. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 1 out. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HENRIQUES, R. et al. Educação do campo: diferenças mudando paradigmas. **Cadernos SECAD**, fev. 2007. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educacaocampo.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm>. Acesso em: 14 mar. 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [Portal Institucional]. 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149>. Acesso em: 1 out. 2015.

LEITE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, M. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos estudos CEBRAP**, n. 87, jul. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000200005>>. Acesso em: 14 set. 2013.

LUCIANO, G. dos S. **Índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MACHADO, P. B. et al. **Tijuaçu**: uma resistência negra no semiárido baiano. Senhor do Bonfim: [s.n.], 2005.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de

Educação na Reforma Agrária - PRONERA. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 5 nov. 2010d. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1025597/decreto-7352-10>>. Acesso em: 16 set. 2013.

_____. **Portal Institucional**. 2013a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 16 ago. 2013.

_____. **Conferência Nacional de Educação - CONAE**. 2010a. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/index.php?Itemid=57&id=46&option=com_content&view=article>. Acesso em: 16 mar. 2013.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. [**Diário Oficial da União**], Brasília, Seção 1, p. 329, abr. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica>. Acesso em: 16 set. 2013.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. [**Diário Oficial da União**], Brasília, Seção 1, p. 34, 15 dez. 2010c. Disponível em: <[>. Acesso em: 16 ago. 2013.](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5367&Itemid=.)

_____. Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. [**Diário Oficial da União**], Brasília, Seção 1, p.28, n.24, 4 fev. 2013b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13218&Itemid>. Acesso em: 16 set. 2013.

_____. Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7, 824, de 11 de outubro de 2012. [**Diário Oficial da União**], Brasília, 15 out. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf> Acesso em: 16 set. 2013.

_____. Secretaria da Educação Continuada. **Alfabetização e diversidade**. Orientações e Ações para Educação das Ralações Étnico-Raciais, Brasília: SECAD, 2006.

MDS - MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. [**Portal Institucional**]. 2015. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>> Acesso em: 10 ago. 2015

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. [**Portal Institucional**]. 2015. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/carteira-indigena>> Acesso em: 1 ago. 2015

MONTENEGRO, A. T. **História oral e memória a cultura popular revisitada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOREIRA, E. S. A escola família agrícola em Riacho de Santana: um exemplo de educação para a convivência com o semiárido e a inclusão social. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 9., ENCONTRO BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009. **Anais...** 2009.

MUNARIM, A. Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção. In. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPED, 31., 2008, Florianópolis. **Anais...** 2008.

NÉSPOLI, D. de S. S. **Raízes e sombras: luta e resistência na formação da identidade quilombola**. 2013. Dissertação. (Mestrado)- Universidade Estadual Paulista, França, 2013.

O'DWYER, E. C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Educação escolar quilombola: pilões, peneiras e conhecimento escolar**. Curitiba: SEED, 2010.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA LAPA. **[Portal Institucional]** 2013. Disponível em: <<http://www.bomjesusdalapa.ba.io.org.br>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

RAMOS, M. N. et al. **Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica; Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia Letras, 2006.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**. A organização escolar. 17. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

SEPPPIR - SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **[Portal Institucional]**. 2015. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

SEPPPIR - SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Programa Brasil Quilombola: diagnóstico de ações realizadas.** Brasília, 2012.

SILVA, V. S. **Do Mucambo do Pau-Preto a Rio das Rãs.** Salvador: UFBA, 1998.

SODRÉ, N. W. **Síntese de história da cultura brasileira.** São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, J. E. de. **Comunidades rurais negras Rio das Rãs – Bahia.** Bom Jesus da Lapa: Arte e Movimento, 1994a.

SOUZA, J. E. de. **O Mucambo do Rio das Rãs: um modelo de resistência negra.** Bom Jesus da Lapa: Arte e Movimento, 1994b.

TOLEDO, V. M. M. **Povos comunidades tradicionais e a biodiversidade.** México: Instituto de Ecologia. UNAM, 1990.

THEODORO, M. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição.** Brasília: IPEA, 2008.

UZÊDA, J. A. A Cidade do Salvador diante da tragédia: o caso do Taboão. In: LIMA, Paulo Costa (Org.). **Quem faz Salvador:** UFBA, 2002.

VÉRAN, J-F. Rio das Rãs. Memória de uma comunidade remanescente de quilombo. **Afro-Ásia**, n. 23, p.163-192, 1999.

WEBER, M. **Economia e sociedade.** Brasília: Editora UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. v.1.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO A MORADORES

O senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de mestrado sobre as condições de vida da população do da sua comunidade. Sua participação é muito importante e as respostas dadas irão ajudar a compreender melhor a realidade do local de onde o senhor (a) mora. Quero agradecer pela sua participação e informar que o questionário não é identificado e todas as respostas dadas serão mantidas em sigilo e serão usadas única e exclusivamente para avaliar a qualidade de vida da população.

Data de Entrevista: ____/____/ 2015 N° do quest.: ____

Nome da localidade: _____

Numero da casa entrevistada: _____

DADOS DEMOGRAFICOS E ECONOMICOS:

Q1. Qual o sexo de entrevistado? (Não perguntar observar e marcar)

- (1) Masculino (2) Feminino

Q2. Qual a sua idade? _____ (anos)

Q3. Qual a sua raça?

- (1) Negro
(2) Branco
(3) Pardo

Q4. Há quanto tempo o senhor (a) reside nesta comunidade? _____ Anos (Se residir em tempo menor que um ano preencher com zero)

Q5. Qual a sua escolaridade?

- (1) Não frequentou a escola
(2) Ensino Fundamental (1º grau)
(3) Ensino Médio (2º grau)
(4) Superior (universitário)
(5) Pós-graduação

Q5. Qual o seu estado civil?

- (1) Solteiro(a)
(2) Casado(a) / União estável
(3) Divorciado(a) / Separado(a)
(4) Viúvo(a)

Q6. Qual a sua religião?

- (1) Católico
(2) Evangélico
(3) Espírita
(4) Matriz africana (Candomblé/umbanda)
(5) Outros

Q7. O Sr(a) possui filhos?

(1) Sim (2) Não

Q8. Se sim, quantos? _____ (Se não tiver filhos(as) preencher com 88)

Q8. Quantas pessoas moram na sua casa? (nº de pessoas residentes contando com o entrevistado). _____ pessoas.

Q9. O(a) Sr(a) é aposentado (a) ou pensionista00?

1 Sim (2) Não

Q10. Qual a sua renda mensal? R\$ _____

Q11. Sr(a) gosta de morar nesta comunidade?

(1) Sim (2) Não

Q12. O que o(a) Sr(a) mais gosta nesta comunidade?

(1) Lazer

(2) Localização

(3) Tranquilidade

(4) União dos moradores

(5) _____

Q13. O que o(a) Sr(a) menos gosta na comunidade?

(1) Segurança

(2) Transporte/acesso

(3) Saneamento

(4) Localização

(5) Oportunidade de emprego

(6) Serviços (medico/comercio)

Q14. O que fazem atualmente. Plantam e criam?

1) Sim

(2) Não

Se sim, A criação é efetuada na área comunitária ?

(1) Sim

(2) Não

Q15. Antes da Comunidade Quilombola vocês residiam em qual localidade?

Sempre morou aqui ()

Q16. Seus filhos estão estudando?

(1) Sim (2) Não

Q17. Algum dos seus filhos abandonou os estudos nos últimos dois anos?

(1) Sim (2) Não

Q18. Algum membro de sua família abandonou o quilombo em busca de novas oportunidades?

(1) Sim (2) Não

Q19. Se sim, Que idade ele (a) tinha quando saiu do quilombo?

_____ (Anos)

Q21. As crianças estão encontrando dificuldades para ler e escrever?

(1) Sim (2) Não

Q20. O sr (a) acha que a escola está dando continuidade aos ensinamentos da família para que as crianças aprendam e continuem a ser quilombolas?

(1) Sim (2) Não

Q21. As crianças já aprenderam a somar e diminuir?

(1) Sim (2) Não

Q22. Depois que passaram a frequentar a escola as crianças estão mais interessados em assuntos da natureza e meio ambiente?

(1) Sim (2) Não

Q23. Depois da escola as crianças estão mais interessadas em conhecer a história do Quilombo?

(1) Sim (2) Não

Q24. Depois de frequentar a escola o sr (a) acha que as crianças estão se identificando como quilombolas ?

(1) Sim (2) Não

SANEAMENTO

Q25. Existe coleta de lixo no quilombo?

- (1) Sim (2) Não

Q26. Se não, o que o senhor (a) faz com o seu lixo?

- (1) Queima
(2) Enterra
(3) Joga no rio
(4) Outro

Q27. Sua casa possui água encanada?

- (1) Sim (2) Não

Q28. Sua casa possui fossa séptica?

- (1) Sim (2) Não

Q29. Qual o tipo de esgotamento sanitário existe na rua onde você mora?

- (1) Rede de esgoto (2) Esgoto a céu aberto

Q30. O(a) Sr(a) considera o saneamento do bairro:

- (1) Bom
(2) Regular
(3) Ruim

Q27. O Sr (a) acha que após a sua comunidade ter sido reconhecida como uma comunidade quilombola a qualidade de vida melhorou?

- (1) Sim (2) Não

TRANSPORTE PÚBLICO:

Q28. Na maioria das vezes como o senhor (a) se locomove para a cidade?

- (1) Linha de ônibus público
(2) Carona
(3) Rio
(4) Outro

Q30. O que (a) Sr(a) mais acha que precisa melhorar em sua comunidade?

- (1) Acesso a transporte
(2) Acesso a saúde
(3) Acesso a educação

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA EDUCADORES DAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS DO RIO DAS RÃS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
URBANO – PPDRU**

**QUESTIONARIO PARA EDUCADORES DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS
DO RIO DAS RÃS**

UNIDADE ESCOLAR _____

1.Quanto à participação geral da escola:

a) A Escola está se envolvendo com a Educação do Campo:

() Parcialmente () Totalmente () Não se Envolve

b) Com está sendo possível integrar a sua disciplina/trabalho com o eixo norteador proposto em sua escola? _____ ?

c) Há trabalho em grupo entre direção professores e serventes?

() Sim () Não () Às vezes

d) Nas reuniões e encontros pedagógicos internos da escola são realizados planejamento e avaliação dos conteúdos curriculares contextualizados com o campo?

() Sim () Não () Às vezes

e) Com a implantação da Educação do Campo no contexto escolar está trazendo melhorias na qualidade do ensino e da aprendizagem? () Sim. () Não.
Como: _____

f) Com as atividades voltadas para a Educação do Campo os alunos estão apresentando:

() Maior interesse e motivação para aprender.

() Redução do índice de faltas.

() Estão valorizando o meio em que vivem.

() Acrescenta valores em conscientização na questão ambiental.

() Não apresentam alterações comportamentais.

g) Você tem conhecimento dos percentuais de aprovação, reprovação, evasão e transferências dos últimos cinco anos de sua escola?

() Sim () Não Justifique_____

h) Quais as dificuldades/desafios para desenvolver a interdisciplinaridade na Educação do Campo?_____

2. Quanto à organização escolar:

a) Gostaria de ter acesso à grade curricular de sua disciplina.

b) O Projeto Político Pedagógico está sendo cumprido na escola?

() Totalmente () Parcialmente

c) Gostaria de ter acesso ao Projeto Político Pedagógico da escola.

Identificação do sujeito da pesquisa
Nome:
Série/turma:

**APÊNDICE C - QUESTIONARIO PARA GESTORES ENVOLVIDOS NA
EDUCAÇÃO DO CAMPO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO RIO DAS RÃS –
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA**

**PROGRAMA DE PÓ-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
URBANO – PPDRU**

**QUESTIONARIO PARA GESTORES ENVOLVIDOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO
NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO RIO DA RÃS – MUNICÍPIO DE BOM
JESUS DA LAPA**

ENTIDADE/INSTITUIÇÃO _____

1) Em sua opinião a realização das atividades escolares contextualizadas com a Educação do Campo estimulará o desenvolvimento da educação oferecida para a população da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs? _____

2) As políticas públicas direcionadas para a educação na comunidade quilombola são suficientes para que as escolas ofereçam oportunidade de educação respeitando sua história, suas práticas culturais e que permitam a formação de jovens capazes de dar continuidade à vida no campo dentro do contexto de desenvolvimento regional?

() Sim () Não

Como? _____

3) Somente ações educacionais para o desenvolvimento do campo são suficientes para manter a população no meio rural?

() Sim () Não

O que deve ser feito também?

4) De acordo com o seu conhecimento como o ensino está estimulando as comunidades escolares quilombolas melhorarem a autoestima proporcionando mudanças organizacional e ambiental, lazer e valorização da cultura local.

Identificação do sujeito da pesquisa

Nome:
Profissão
Cargo
Endereço
E mail

ANEXO A – ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO AGROPASTORIL QUILOMBOLA RIO DAS RÃS – ALTERAÇÕES

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, às dez horas, ~~na casa comunitária~~ da Comunidade Novo Rio das Rãs, município de Bom Jesus da Lapa, Bahia. ~~Reuniram-se~~ a diretoria e os sócios da Associação Agropastoril Quilombola Rio das Rãs para deliberarem sobre as alterações e fazer no estatuto da citada associação, com o objetivo de obter sua aprovação ou não. A reforma do estatuto proposta visa adequar o estatuto ao padrão mínimo exigido pela legislação vigente. Assim sendo, decidi-use, digo decidiu-se que o estatuto da Associação Agropastoril Quilombola Rio das Rãs passará a ter a seguinte redação: "Título I - Da denominação, sede, duração e finalidade. Artigo 1º - A associação Agropastoril Quilombola Rio das Rãs é sociedade civil sem fins lucrativos, com sede no Quilombo Rio das Rãs, e foro em Bom Jesus da Lapa, Bahia. Artigo 2º - O prazo de duração da associação é por tempo indeterminado. Os artigos 1º e 2º descritos acima referem-se ao "capítulo I - Da denominação, sede, duração", pertencente ao Título I. Capítulo II - Das finalidades. Artigo 3º - A associação tem como finalidades representar os remanescentes de quilombos residentes nas localidades Riacho Seco, Capão do Cedro, Exu, Bom Retiro, Brasileira, Rio das Rãs, às margens do Rio das Rãs e Rio São Francisco, bem como preservar a sua identidade cultural de comunidade negra rural. Artigo 4º - Para atingir suas finalidades a associação se propõe a: I - Exigir do poder público a Titulação da área ocupada pelos remanescentes de quilombo, consoante estabelecido no artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988; II - Exigir do poder público o tombamento dos sítios com reminiscências históricas do quilombo hoje conhecido como Rio das Rãs; III - Proteger e recuperar o meio ambiente; em especial as áreas de preservação permanente definidos na legislação ambiental, bem como preservar os recursos naturais e a convivência harmoniosa com a natureza; IV - Promover o desenvolvimento econômico e social de caráter coletivo, através da melhoria e preservação, exploração e fortalecimento da criação de animais e das atividades agrícolas e pesqueiras; V - Defender o território ocupado pela comunidade originária do quilombo em cujo espaço físico exerce o seu modo de viver, fazer e criar; VI - Recuperar o calendário de celebrações e comemoração de datas históricas das lutas quilombolas; VII - Preservar e respeitar as manifestações religiosas tais como juuremas, caboclos, reis, divinos e outros, bem como novas manifestações de fé e religiosidade; VIII - Respeitar e fazer respeitar a autonomia à autodeterminação do quilombo como forma alternativa de organização política e social, enquanto segmento social diferenciado; IX - Desenvolver estudos e promover cursos, seminários, palestras, encontros e outras atividades culturais e pedagógicas para a conscientização e emancipação humano, social e ambiental; X - produzir memória histórica através de registro fotográfico, fonográfico, filmográficos e escritos, sobre as manifestações culturais da comunidade remanescente; XI - Criar e manter um centro de documentação e uma biblioteca; XII - Implantar uma rádio comunitária no quilombo, objetivando a divulgação de informações, a participação e a comunicação entre as comunidades; XIV - Estimular a organização de mulheres e jovens incorporando a sua participação na tomada de decisões coletivas e em cargos diretivos da associação; XV - Desenvolver relações fraternas de apoio mútuo, relações solidárias, troca de conhecimentos e experiências com outros grupos de remanescentes de quilombos na Bahia e no Brasil; XVI - Relacionar-se com órgãos públicos, Federais, Estaduais, municipais, suas autarquias, empresas, departamentos e instituições, inclusive de outros países, bem como entidades, outras e organizações não governamentais a nível nacional e internacional, objetivando o desenvolvimento econômico, social, educacional, cultural e fins de moradia, dependendo da autorização da Assembléia Geral; XVII - Manter o cadastro atualizado dos associados remanescentes do Quilombo Rio das Rãs, ou seja, da associação; XVIII - Organizar e respeitar a prática de esportes e lazer para crianças, adolescentes, adultos, homens, mulheres e idosos; Artigo 5º - Associação Quilombola será representada ativa e passivamente, nos atos jurídicos e

extrajudiciais pela diretoria, não respondendo os associados, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações da Associação ou pelos atos da diretoria. Título II – Dos associados. Capítulo I – Da admissão. Artigo 6º - Podem ingressar-se à associação as pessoas nascidas e que residem nas localidades de Riacho Seco, Capão do Cedro, Exu, Bom Retiro, Brasileira e Rio das Rãs, não falecidos, bem como seus sucessores, maiores de 16 anos ou emancipados, que desistam de seu direito a titulação fundiária individual em favor da Associação. Artigo 7º - Podem associar-se também aqueles que abandonaram ou foram pressionados a sair das localidades mencionadas no artigo 4º a partir de 1984, na condição de retornar a área, e desde que haja aprovação da Assembléia Geral. Artigo 8º - Somente os associados maiores de 18 anos poderão fazer parte da diretoria ou exercer funções diretivas por esta delegada. Capítulo II – Dos direitos e deveres. Artigo 9º - os associados têm os seguintes direitos: I – utilizar de forma coletiva a propriedade quilombola, na forma determinada em Assembléia Geral; II – Participar de todas as atividades promovidas pela Associação; III – Votar e ser votado nas Assembléias Gerais, desde que estejam quites com suas obrigações sociais. Artigo 10º - Os associados terão os seguintes deveres: I – Participar das reuniões convocadas pela diretoria e, ou Assembléia Geral, sendo em caráter extraordinário ou não; II – Manter-se quite com a contribuição da associação; III – Cumprir e observar este estatuto e demais atos normativos da associação; IV – Exercer os cargos para os quais eleitos, salvo nos casos de impedimentos justificados; V – Pagar a contribuição mensal fixada em 2% de sua produção agrícola e pesqueira até o último dia do mês corrente. Capítulo III – Das infrações e penalidades. Artigo 11º - Os associados, os que de alguma forma infringirem as disposições deste estatuto, ficarão sujeitos às seguintes penalidades da diretoria respaldada pela Assembléia Geral: I – Advertência, sempre por escrito e em caráter reservado; II – Suspensão de 01 (um) a 12 (doze) meses, no caso de reincidência na infração ou atraso igual ou superior a três meses no pagamento da contribuição mensal fixada; III – Exclusão, no caso de reincidência em infração, e punidos com suspensão. § 1º No caso de exclusão, os associados terão direito à plena defesa cabendo recurso à Assembléia Geral no prazo de 30 (trinta) dias. § 2º A apresentação de recurso não terá efeito suspensivo. § 3º A pena de suspensão não isenta o associado (a) de suas obrigações financeiras e coletivas. Artigo 12º - os associados que estão em aberto com suas mensalidades a partir do 3º mês devedor, não terão direito ao voto e aos benefícios concedidos pela associação, cabendo apenas o direito a voz e a participação das reuniões. Artigo 13º - É proibido aos associados a apropriação de equipamentos e objetos da associação, ficando estabelecido o termo de responsabilidade com tempo determinado para devolução. Título III – Da administração. Capítulo I – Dos órgãos da associação. Artigo 14º - A administração social da associação será exercida pelos seguintes órgãos: I – Assembléia Geral; II – Diretoria; III – Conselho Fiscal. § 1º A entidade não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes eleitos ou para associados. § 2º É vedado o exercício acumulativo de cargos, assim como é vedado qualquer tipo de remuneração para as funções. Capítulo II – Da Assembléia Geral. Artigo 15º - A Assembléia Geral é o órgão maior e supremo da associação, constituindo-se por todos os associados quites em pleno exercício de seus direitos. Parágrafo único – A Assembléia Geral possui poderes para definir a política geral da entidade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa de seus membros e da comunidade remanescente, devendo ser obedecidas por todos os associados presentes ou ausentes. Artigo 16º - Compete a Assembléia Geral: I – Examinar e aprovar as contas da diretoria; II - Reformar o estatuto social da entidade. III – Eleger a diretoria e o conselho fiscal; IV – Decidir sobre a admissão de novos associados e a exclusão de associados; V – Destituir em parte ou integralmente, em qualquer época, a diretoria e o conselho fiscal, quando se tomarem indignos do cargo, podendo ser excluídos da associação; VI – Estipular o valor da contribuição financeira dos associados e a parcela devida de sua

produção agrícola e pesqueira à associação; VII – Aprovar o orçamento anual; VIII – Dissolver a entidade; IX – Decidir sobre outras necessidades coletivas. Parágrafo único – para os fins previstos nos incisos II, V e VIII do presente artigo, será necessária a aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, em assembleia especialmente convocada para esse fim. Artigo 17º - Compete ainda à Assembleia Geral criar: I – Comissão de Cultura, Esporte e Lazer; II – Comissão de produção; III – de Educação e Meio Ambiente; IV – Comissão de Saúde; V – Comissão de Infraestrutura; VI – Comissão de Organização Social. Artigo 18º - As decisões da Assembleia Geral serão escritas no livro de ata da associação e os termos de abertura e encerramento serão assinados pelos membros da diretoria e do conselho fiscal. Artigo 19º - A Assembleia Geral realizar-se-á: I - Ordinariamente, duas vezes ao ano, uma no início do plantio e a outras na primeira quinzena de março, para inclusive avaliar a prestação de contas da diretoria, balanço dos relatórios de atividades desenvolvidas pela associação e aprovação do orçamento anual; II – Extraordinariamente, em qualquer época, para assuntos específicos, atendendo os requisitos de urgência e necessidade; III – Nos anos ímpares a Assembleia Geral ordinária realizará ainda a eleição da coordenação e do conselho fiscal. Artigo 20º - A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 15 dias antes de sua realização, através de edital de convocação, contendo local, horário e pauta da assembleia, fixado na sede da Associação ou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa, Bahia, e amplamente divulgado em todas as comunidades do Quilombo. Artigo 21º - A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria ou por 40% dos associados quites na forma prevista no artigo anterior. Artigo 22º - O quorum da Assembleia Geral será da maioria absoluta dos associados no gozo dos seus direitos sociais na primeira convocação, e em segunda convocação, uma hora depois, com 40% dos associados. Capítulo II – Da Diretoria. Artigo 23º - A Diretoria da associação é um órgão da entidade, eleito em Assembleia Geral, através de votação secreta, e terá um mandato de 02 (dois) anos, podendo seus membros serem reeleitos por 01 (um) mandato consecutivo. Artigo 24º - A Diretoria será constituída por representantes da localidade e será formada pelos seguintes cargos: I – Presidente; II – Vice-presidente; III – Secretário e segundo secretário; IV – Tesoureiro e vice-tesoureiro. § 1º A Diretoria se reunirá pelo menos duas vezes ao mês e sempre que for necessário. § 2º No caso de Diretoria se reduzir a menos de 05 (cinco) membros e estiver restando mais de 06 (seis) meses de mandato, será realizada nova eleição para escolha de novos membros com objetivo de completar quadro da organização. Artigo 25º - Compete à Diretoria: I – administrar a associação cumprindo e fazendo cumprir o presente estatuto; II – Convocar as reuniões da Assembleia Geral; III – Praticar os atos que sejam necessários ao bom desempenho da associação; IV – Prestar contas de seus atos a Assembleia Geral; V – Recolher a contribuição de seus associados. Artigo 26º - Compete ao Presidente: I - Coordenar, representar a associação onde se fizer necessário, podendo delegar esta representação a um procurador ou a um outro membro da Diretoria por ele indicado; II – Convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e da Diretoria; III – Assinar com o secretário toda a correspondência da associação; IV – Assinar termos de convênio e contrato com entidades públicas e privadas, desde que autorizados pela Diretoria; V – Assinar e endossar, juntamente com o tesoureiro, cheques e notas promissórias, todos os documentos que representam valores; VI – Apresentar à Assembleia Geral o orçamento anual para apreciação e aprovação. Artigo 27º - Compete ao vice-presidente: I – substituir o Presidente em suas ausências e seus impedimentos, assim como vacância; II – Firmar apoio e parceria de trabalho com o Presidente, estando ciente de todos os encaminhamentos e resoluções ocorridos. Artigo 28º - Compete ao secretário: I – organizar e redigir todos os assuntos da secretaria da associação; II – Dirigir os trabalhos da secretaria; III – Assinar com o Presidente as correspondências da associação; IV – lavrar as atas e conservar atualizados os livros e registros

ANEXO B – LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO QUILOMBO DO RIO DAS RÃS - MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA-BA

